



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

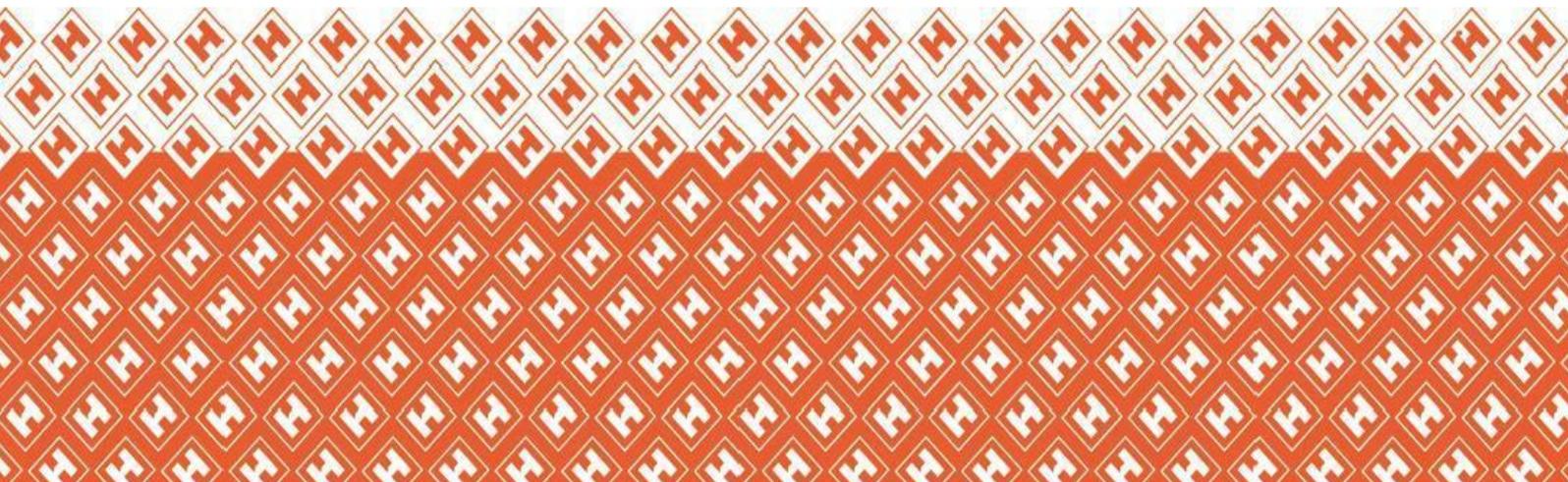


UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO FLORES TORRES

ENSINO DE HISTÓRIA E TEMAS SENSÍVEIS (2020 – 2022):
O QUE (NÃO) APRENDEMOS COM A PANDEMIA

Crato, CE, dezembro 2022



JOÃO PAULO FLORES TORRES

ENSINO DE HISTÓRIA E TEMAS SENSÍVEIS (2020 – 2022):
O QUE (NÃO) APRENDEMOS COM A PANDEMIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientadora: Dra. Rosilene Alves de Melo

Crato, CE

2022

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Tôrres, João Paulo Flôres

T693e ENSINO DE HISTÓRIA E TEMAS SENSÍVEIS (2020 – 2022): O QUE (NÃO) APRENDEMOS COM A PANDEMIA / João Paulo Flôres Tôres. Crato - CE, 2022. 110p.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.a Dr.a Rosilene Alves de Melo

1. Ensino de História, 2. Pandemia, 3. COVID-19, 4. Temas sensíveis; I. Título.

CDD: 907

JOÃO PAULO FLORES TORRES

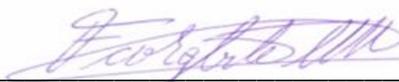
ENSINO DE HISTÓRIA E TEMAS SENSÍVEIS (2020 – 2022):
O QUE (NÃO) APRENDEMOS COM A PANDEMIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri - URCA para obtenção do título de Mestre em História em: 15/12/2022.

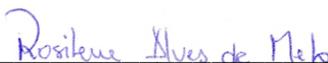
BANCA EXAMINADORA



Dr. Israel Soares de Sousa
(Examinador externo. UFCG)



Dr. Francisco Egberto de Melo
(Examinador interno. ProfHistória URCA)



Dra. Rosilene Alves de Melo
(Orientadora. UFCG/ProfHistória URCA)

Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo
(suplente. UFCG/ProfHistória URCA)

Dedico esta pesquisa aos mais de 676 mil mortos pelo governo brasileiro fascista e genocida, que desdenhou do povo brasileiro e prevaricou as medidas sanitárias durante a pandemia da COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste período de aprendizado, é chegada a hora de agradecer às pessoas que me reconduziram aos estudos e contribuíram para que eu pudesse concluir esta dissertação.

Primeiramente, quero agradecer à minha esposa e companheira Isabella, por me incentivar a concorrer à seleção do ProfHistória da URCA, ouvir minhas queixas, aconselhar-me, acompanhar-me nos momentos de solidão escrita. Sou grato a ela por suportar as dificuldades do mantimento do lar durante o meu período de desemprego. Hoje estou muito feliz de ter Isabella como companheira na pós-graduação e, assim como eu, trilhar os mesmos caminhos no ProfHistória, turma 2022.

Jamais poderia deixar de agradecer também à minha mãe, Dona Socorro, bem como aos meus irmãos Mariane e George por inspirarem comigo às conquistas e desejarem o melhor para mim.

Agradeço aos colegas de mestrado do ProfHistória Turma 2020. Sou grato a todos pela partilha, conversas, desabafos, auxílios durante o curso e por fornecerem experiências docentes para a construção desta dissertação. Gostaria de citar nominalmente os colegas Ricardo, Kelrilene, Sinara, Marcos, Thatiana, Matheus, Fernanda, Rivânio, Roberto, Mayara, Nilson, Sued, Adjalmo, Suellen, Geovane e Harlisson. Registro um especial agradecimento aos colegas, Daniel, Eliana e Fernando pela parceria na construção do produto desta dissertação.

À coordenação do ProfHistória, pela organização das atividades acadêmicas e aos professores que contribuíram para minha formação durante as disciplinas, através das aulas, dos textos e dos debates que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Portanto, meu sincero agradecimento aos docentes Sônia Meneses, Darlan Reis, Isabel Reis, Paula Christiane, Maria Telvira, Túlio, Carolina. Agradeço especialmente aos professores Francisco Egberto Melo e Nilton Mullet Pereira pelas contribuições no exame de qualificação que foram importantes para o aprofundamento deste trabalho. Além de agradecer a orientação da Professora Rosilene. Obrigado a todos.

A pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis as alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum (SANTOS, 2020).

RESUMO

Na tendência das demandas do tempo presente, investigamos o que professores ensinaram sobre os Temas Sensíveis durante a pandemia da COVID-19, a partir das experiências de ensino dos mestrandos da turma 2020 do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Ao abordar Temas Sensíveis, às propostas de aulas dialogam com as demandas emergenciais da sociedade: a luta contra a desigualdade e a violência, o combate às estratégias autoritárias de valorização de posturas antidemocráticas e a criminalização das culturas (SEFFNER, 2021). Desse modo, problematizamos quais temas foram debatidos, que lugar o ensino de história ocupou nesse período, quais foram as visibilidades intensas e os saberes expostos para sistematizar os objetos constituídos nas aulas de história dos temas sensíveis. Assim, o eixo central desta dissertação é refletir sobre o papel do Professor de História da Educação Básica em uma época de pandemia. A metodologia aplicada foi a aplicação de dois questionários: o primeiro com o objetivo de entender o perfil social dos professores e o segundo para obter os relatos das aulas durante o período pandêmico. Também foram realizadas entrevistas gravadas pessoalmente com três mestrandos/professores de história para a elaboração do produto da dissertação: o podcast “Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo Presente” que foi disponibilizado através da plataforma *Spotify*. A pesquisa objetiva contribuir com a formação dos professores de história na abordagem dos temas sensíveis, a partir das falas dos convidados, sistematizando o período vivido na pandemia e abordando os desafios do retorno das aulas presenciais. A principal conclusão do trabalho é que a maioria dos professores pesquisados produzem aulas ou abordam os temas sensíveis durante a pandemia, a partir de diversas metodologias. No geral, foram aulas de história planejadas, abordadas no formato tradicional ou nas disciplinas eletivas, bem como propostas didáticas a partir de debates e/ou conversas (ALBERTI, 2021). Desse modo, compreendemos que a abordagem dos temas sensíveis dentro do espaço escolar, permite a aproximação do conhecimento histórico dos problemas vividos pelos alunos, assim criar uma aula que ofereça aos alunos uma lógica diferente do consumo nas redes sociais (TURIN, 2020). Desse modo, com avanço do conservadorismo no Brasil e das mudanças curriculares, ensinar História das demandas do tempo urgente torna-se uma tarefa hercúlea (TURIN, 2020). Ao abordar os temas sensíveis, os professores de história precisam reforçar o desenvolvimento da escuta, de ouvir todas as opiniões, todas as vozes, até as contrárias a que o professor defenda, para tentar a construção de uma história ensinada de forma inclusiva.

Palavras-chave: Ensino de História; Pandemia; COVID-19; Temas sensíveis.

ABSTRACT

In line with the demands of the present time, we investigated what teachers taught about Sensitive Issues during the COVID-19 pandemic, based on the teaching experiences of master's students in the 2020 class of the Professional Master's in History Teaching at the Regional University of Cariri (URCA). By addressing Sensitive Topics, the class proposals dialogue with the emergency demands of society: the fight against inequality and violence, the fight against authoritarian strategies that value anti-democratic postures and the criminalization of cultures (SEFFNER, 2021). In this way, we problematize which themes were debated, what place did history teaching occupy in this period, what were the intense visibilities and the knowledge exposed to systematize the objects constituted in the history classes of sensitive themes. Thus, the central axis of this dissertation is to reflect on the role of the Teacher of History of Basic Education in a time of pandemic. The applied methodology was the application of two questionnaires: the first with the objective of understanding the social profile of the teachers and the second to obtain the reports of the classes during the pandemic period. Personally recorded interviews were also conducted with three master's students/teachers of history for the elaboration of the dissertation product: the podcast "Teaching History, Sensitive Subjects and the Present Time" which was made available through the Spotify platform. The research aims to contribute to the training of history teachers in addressing sensitive topics, based on the guests' speeches, systematizing the period experienced in the pandemic and addressing the challenges of returning to face-to-face classes. The main conclusion of the work is that most of the teachers surveyed produce classes or address sensitive topics during the pandemic, based on different methodologies. In general, they were planned history classes, addressed in the traditional format or in elective disciplines, as well as didactic proposals based on debates and/or conversations (ALBERTI, 2021). In this way, we understand that the approach to sensitive topics within the school space allows the approximation of historical knowledge of the problems experienced by students, thus creating a class that offers students a different logic of consumption on social networks (TURIN, 2020). Thus, with the advance of conservatism in Brazil and curricular changes, teaching History of urgent time demands becomes a Herculean task (TURIN, 2020). When approaching sensitive topics, history teachers need to reinforce the development of listening, listening to all opinions, all voices, even those contrary to what the teacher defends, in order to try to build a history taught in an inclusive way.

KEYWORDS: History Teaching; Pandemic; COVID-19; Sensitive Themes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: PERFIL SOCIAL E EXPERIÊNCIA DOCENTE DOS MESTRANDOS PROFHISTÓRIA (URCA).....	21
1.1 A REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E EXPERIÊNCIA DOCENTE (URCA) 25	
1.2 COMO A PANDEMIA AFETOU O ENSINO DE HISTÓRIA.....	32
CAPÍTULO 2. ABORDAGENS DOS TEMAS SENSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	38
2.1 TEMA SENSÍVEL: REGIME MILITAR.....	41
2.2 TEMA SENSÍVEL: NEGACIONISMO.....	43
2.3 A QUESTÃO AMBIENTAL.....	47
2.4 A QUESTÃO INDÍGENA.....	49
2.5 A QUESTÃO RACIAL.....	51
2.6 HOMOFOBIA.....	53
2.7 COMO OS TEMAS SENSÍVEIS FORAM ABORDADOS?.....	55
2.8 MOTIVOS PARA NÃO ABORDAR OS TEMAS SENSÍVEIS.....	57
2.9 CONTEMPLAÇÕES DA HISTÓRIA ENSINADA: TEMAS SENSÍVEIS.....	58
3. “PODCAST: ENSINO DE HISTÓRIA, TEMAS SENSÍVEIS E O TEMPO PRESENTE”.....	69
3.1 RELAÇÃO, PROFESSOR DE HISTÓRIA/DISCENTE.....	74
3.2 RELAÇÃO, PROFESSOR DE HISTÓRIA/PROFESSOR.....	77
3.3 RELATOS DE PRÁTICAS/EXPERIÊNCIAS DAS AULAS.....	81
3.4 O ENSINO DE HISTÓRIA, O CONSERVADORISMO E O NEGACIONISMO	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
FONTES.....	99
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada pelas autoridades da cidade de Wuhan, na China, sobre o aparecimento de vários casos de um tipo incomum de pneumonia. Em janeiro do ano de 2020, foi confirmada a identificação de um novo tipo de Coronavírus – denominado SARS-CoV-2 -, que causa uma doença infecto contagiosa, cujos sintomas iniciais são semelhantes aos da gripe. No entanto, em razão de uma série de fatores considerados como comorbidades, alguns casos evoluem para um quadro grave e os pacientes necessitam de atendimento urgente, uma vez que em poucos dias podem vir a óbito. Ainda em janeiro de 2020, a OMS declarou que o novo surto deveria ser elevado à categoria de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Com essa medida, a OMS alertava para a necessidade de uma resposta internacional coordenada pelas autoridades para conter os efeitos da doença. No mês de fevereiro de 2020, o número de mortes pela doença, que recebeu o nome de COVID-19, ultrapassou a marca de 800 casos. A disseminação intercontinental da doença foi muito rápida e em fevereiro o primeiro caso de COVID-19 foi registrado no Brasil. Em março de 2020, a OMS declarou que a COVID-19 atingiu o patamar de uma pandemia (HISTÓRICO, 2020).

Como já sabido, a propagação da COVID-19 obrigou o fechamento de fábricas, lojas, espaços públicos, bem como o cancelamento de eventos sociais, artísticos, religiosos e outras situações que promovessem a aglomeração de pessoas. A adoção de medidas restritivas trouxe para o cotidiano das pessoas uma palavra pouco conhecida: *lockdown*. Numa tradução literal e direta, *lockdown* quer dizer “confinamento”. Em poucas semanas, bilhões de pessoas, em todos os países, foram confinadas. O confinamento e o distanciamento social eram, naquele início de 2020, a única medida capaz de conter a disseminação da doença. Pessoas que adquiriram o vírus, mesmo nos quadros mais leves, foram obrigadas a cumprir a “quarentena”. Mesmo assim, o número de contaminados e mortos não parou de crescer.

Diversos decretos governamentais deixaram as ruas vazias em todo o mundo com a medida do lockdown. Segundo estudos, em torno de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo teriam entrado em quarentena. Hospitais de campanha

foram criados de uma hora para outra. Cemitérios com uma movimentação jamais vista no tempo presente, aludindo às cenas das epidemias medievais foram uma realidade. Corpos foram guardados em câmaras frigoríficas, aguardando vagas para sepultamento. Medidas profiláticas – uso de máscaras, lavar mãos com frequência, higienização de roupas, alimentos e objetos, além do uso de álcool 70 graus - passaram a fazer parte do cotidiano. Novas etiquetas e rígidos limites para evitar aglomerações alteravam as rotinas da maioria das pessoas nesses últimos anos (SÁ, 2020).

Em março de 2020, a escalada de casos de COVID-19 obrigou a UNESCO a recomendar o ensino à distância, com a adoção de medidas que pudessem minimizar as perdas de aprendizagem dos estudantes. O uso de tecnologias já reconhecidas e voltadas para o ensino, passaram a ser recomendadas por governos. Portarias, resoluções e decretos emitidos por prefeituras, estados e pelo governo federal, à medida em que o quadro se agravou, culminaram com a decisão do Congresso Nacional de decretar o estado de calamidade pública. Dentre as diversas consequências desse ato, aquela que diz respeito ao tema deste trabalho se refere à autorização para que escolas e universidades fechassem suas portas. Não há precedentes históricos para esse acontecimento.

Nesse sentido, esta pesquisa surgiu como uma tentativa de compreender os impactos deste acontecimento no ensino, mais especificamente no ensino de história. Desde o início da pandemia, principalmente após a transformação da doença num estado de calamidade no Brasil, a comunidade de historiadores passou a acompanhar, problematizar e tentar construir explicações sobre as especificidades da doença no Brasil: não em função de fatores biológicos, mas fundamentalmente tentar explicar o fracasso da política federal no combate à pandemia.

Podemos apontar a negação da doença e a tese defendida pelo presidente Jair Bolsonaro de que quanto mais a população fosse exposta ao vírus a pandemia seria combatida. Portanto, com a aposta na “imunidade de rebanho” e o combate às recomendações da comunidade científica – que defendia o isolamento social até a descoberta de uma vacina eficaz – o bolsonarismo produziu uma catástrofe no país. No momento da escrita deste trabalho, o Brasil já contabilizou mais de 688

mil mortos. É possível concluir que – a partir do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional (CPI) que investigou a responsabilidade do Governo Federal na condução do combate à pandemia – a tragédia brasileira poderia ser evitada, ou minimizada, se o Governo Federal tivesse implantado medidas profiláticas e apoiado os governos estaduais nas ações de combate.

Coube aos historiadores, sociólogos, filósofos, cientistas políticos, psicólogos e antropólogos refletir sobre os impactos sociais da pandemia. Para os historiadores preocupados com a passagem dos acontecimentos no tempo, a pandemia significou, em primeiro lugar, uma mudança na percepção da temporalidade. A suspensão do cotidiano, tal como conhecemos, foi recebida como a interrupção da vida “normal”. Trouxe uma inédita relação com o tempo: cidades vazias, pessoas confinadas, o “home office” e a paralisação do ensino presencial.

A partir da pandemia de COVID-19, a vida social, o mundo do trabalho e a educação foram transformados de maneira drástica. Vejamos alguns problemas decorrentes desta tragédia humanitária que, no Brasil, adquiriu contornos específicos.

Em primeiro lugar, a pandemia agravou a fome e a insegurança alimentar de milhões de brasileiros. A paralisação da atividade econômica, necessária à contenção da disseminação da COVID-19, aumentou a crise econômica e o desemprego de uma expressiva parcela da população, juntando-se a isso a política econômica de exceção do governo federal. Desse modo, a consequência dramática da pandemia apareceu nas ruas: milhões de pessoas nas filas em busca de “quentinhas” e da doação de cestas básicas de alimentos. Mesmo em meio às filas nos hospitais e nos cemitérios, milhares de pessoas voluntárias e de organizações não governamentais, como a Central Única das Favelas – CUFA Brasil – se “agigantaram” em 2020 e mobilizaram doações de pessoas físicas e empresas para alimentar milhões de famílias. A dramaticidade da situação, as imagens nos telejornais e os apelos da sociedade civil organizada sensibilizou prefeitos, governadores e parte do Poder Legislativo. Medidas de socorro que garantiria a segurança alimentar e mudasse o cenário de fome, em abril de 2020, tiveram início com a tramitação no Congresso Nacional, através da lei que instituiu o auxílio emergencial para atender às pessoas em situação de vulnerabilidade social

(BRASIL. Câmara dos Deputados, 2020). Ao longo de 2021, e especialmente no ano de 2022, o bolsonarismo passou a usar o auxílio emergencial como moeda de troca junto ao eleitorado mais carente com vistas a barganhar votos nas eleições presidenciais.

Com o confinamento das famílias em casa, durante um longo tempo, a violência doméstica aumentou. Os dados mais relevantes estão relacionados ao aumento dos casos de feminicídio, agressões a crianças e idosos no Brasil (BOND, 2020.). De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram contabilizados 2.451 feminicídios e 103.398 casos de estupro de vulnerável do gênero feminino. Em 2020, 1.351 mulheres foram mortas. Em 2021, houve um pequeno recuo, mesmo assim inaceitável: 1.319 mulheres perderam a vida vítimas de feminicídio no Brasil (BRASIL, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

A situação do país começou a melhorar com a chegada das vacinas e a realização de uma grande campanha de imunização.

Na escrita deste texto, estamos no Brasil com o total de mais de 31 milhões de casos de contaminação, somados a mais de 668 mil casos de morte por Covid-19. No estado do Ceará foram mais de 1 milhão de casos confirmados, e 27 mil pessoas que perderam a vida para a doença (CSSEGIS, 2022). É importante registrar, a título de testemunho, que o Ministério da Saúde não agiu de forma adequada na notificação de casos. Os números que temos trazem, embutidos, uma subnotificação que não é possível quantificar, pela ausência de dados oficiais de testagem ou pela demora dos resultados, muitas pessoas foram contaminadas e morreram nesse período e essas mortes não foram notificadas (LIMA e col., 2021).

Mesmo com os dados alarmantes da COVID-19, encontramos caminhos para conviver com essa nova síndrome respiratória, que foi o rápido processo de desenvolvimento das vacinas. A campanha vacinal contou com grande adesão da população. De acordo com dados do site *Our World in data*¹), mais de 177 milhões de brasileiros já tomaram duas doses da vacina. Isso significa que mais de 80% da

¹ <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>

população foi imunizada com dose única ou com a primeira dose. Mais de 80 milhões de pessoas já tomaram a dose de reforço e mais de 2 milhões de pessoas já tomaram a quarta dose. Na faixa etária de 5 a 11 anos, quase 60% das crianças brasileiras tomaram a primeira dose da vacina e em torno de 30% tomaram a segunda dose (MÉDIA, 2022). Os dados revelam que Brasil passou a fase mais aguda da pandemia e ficou evidente que o governo Bolsonaro trabalhava contra a imunização, especialmente o presidente da República, Jair Bolsonaro, que foi contra o distanciamento social, defendeu uso de remédios ineficazes contra a doença e protelou a compra de vacinas, causando mais adoecimento e mortes.

A descrição dessa tragédia mostra, um pouco, das dificuldades enfrentadas pela população nestes anos do bolsonarismo. Mas, neste trabalho, o que queremos enfatizar é como essa crise sanitária, política, econômica e social afetou o ensino de história no Brasil.

Com esse objetivo, esta dissertação pretende problematizar o ensino de história a partir dos testemunhos das práticas docentes dos alunos e alunas do Mestrado Profissional do Ensino de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), da turma 2020. Esses mestrandos foram diretamente afetados em seu cotidiano e na sua formação pela pandemia de COVID-19.

A pandemia derrubou as colunas da teorização da história e da historiografia e chamou a atenção dos historiadores para refletir acerca das múltiplas temporalidades e desestruturação do atual padrão de interpretação dos eventos históricos e sociais que influenciam na forma de pensar a aula de história (REIS, 2020), criando formações de sentido e experiências temporais que mobilizam essa compreensão de mundo e conhecimento de nós mesmos.

Como testemunha que sou, fui afetado no meu cotidiano, podendo assim compartilhar com colegas os mesmos problemas. Entendo, pois, que o mergulho nas experiências concretas de colegas/mestrandos poderá ajudar a compreender mais de perto como os historiadores responderam a esse desafio. A pandemia de COVID-19 é um ponto de inflexão no cotidiano das professoras, obrigando todos a modificarem as suas práticas. Vivemos num tempo presente complexo e desafiador. Dessa forma, a rotina das aulas de história que aconteciam em espaços físicos foram transpostas, sem o tempo de preparo, para adentrar em um mundo

digital inovador, e novas formas de interação entre alunos e professores precisaram ser reinventadas nos mais diversos espaços de atuação (DELEUZE, 2005).

O profissional isolado na sua casa, acaba, simultaneamente, tendo que realizar inúmeras atividades, da experiência docente à rotina doméstica, a vivência desta pesquisa, a partir da história de vida do professor assume um papel fundamental neste contexto de crises sociais, econômicas e sanitárias, com notícias falsas e da pós-verdade, visto que os professores, na sua prática docente em meio pandêmico, encontram-se simultaneamente na escola e em casa. Logo, essa experiência singular, constitui-se uma apropriação de experiências coletivas que são culturalmente acumuladas nesta compreensibilidade do mundo (CAIMI; MISTURA, 2021).

O ensino remoto emergencial foi um arranjo circunstancial longe de atender às demandas do contexto e reduzir os agravos da pandemia na educação (CUNHA, SILVA, SILVA, 2020). Professores e alunos foram engolidos por todo tipo de informação e imposição do ensino remoto, sem nenhum tipo de capacitação para atuar nesse formato de ensino. Um esforço enorme foi despendido pelos professores para se adaptarem à nova realidade (LOPES, 2021).

No Estado do Ceará, em março de 2020, foi publicado pelo Governo Estadual, um decreto que suspendeu as aulas presenciais em escolas e universidades (CEARÁ, 2020). Assim, foi necessário reorganizar a rotina e transformar as aulas presenciais em remotas. Essa medida é uma dentre outras que pretenderam proporcionar segurança sanitária à população, como o uso obrigatório de máscaras em ambientes públicos e distanciamento social (NOTA TÉCNICA N° 1, 2020).

O Governo do Estado do Ceará, na contramão das práticas públicas federais, monitorou diariamente o aumento de taxas da circulação viral da COVID-19 nos municípios. Com transmissões ao vivo nas redes sociais, em pronunciamentos oficiais, o secretário de Saúde do Estado do Ceará, Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, alertou constantemente para o perigo das aglomerações, principalmente em datas comemorativas (REDAÇÃO, 2021).

Assim, com o advento do decreto de isolamento social, as escolas tiveram suas aulas reiniciadas remotamente, com o ensino remoto emergencial, através de

aplicativo de videoconferência e aulas online gravadas e divulgadas em diversos meios comunicacionais, sendo dos mais tradicionais a TV, rádio e nas redes sociais. A suspensão das aulas presenciais gerou um clima de incertezas, forçou uma reinvenção do formato e do regime escolar e desafiou a sociedade a engajar professores, alunos e a comunidade escolar na conectividade. No Ceará, aconteceu uma reorganização no trabalho escolar, uma continuidade do processo educativo, com atividades não presenciais e atividades mediadas ou não por tecnologias da educação (CUNHA, SILVA, SILVA, 2020).

A singularidade dos eventos da pandemia que estamos vivendo (LIMA, 2021) é a essência do nosso objeto de estudo, em diálogo para refletir a prática docente do professor de história (ANDRADE; PEREIRA, 2021).

O professor(a) de história, neste novo formato de vida, enfrentou mudanças significativas. O horário de trabalho do docente foi desregulado e as condições de emprego precarizadas. A esse respeito, pode-se citar: a sala de aula dentro da própria casa, a predominância de uma relação de trabalho/aprendizagem flexível e os momentos do avanço da pandemia e a predominância do trabalho remoto. Nesse processo de viver a aula remota, de transformar o seu espaço privado em sala de aula e atendimento aos alunos, os professores de história, ante a conexão digital constante para o processo de ensino, vivenciam a instantaneidade do tempo. Com essa realidade, surge, assim, esse “sujeito”, composto por esses diversos percursos e adaptações. Mesmo antes da pandemia, o trabalho docente invade a nossa vida privada, com os trabalhos de correção em casa e os recados nos grupos profissionais e de aluno, com a pandemia e o isolamento social a precarização do trabalho docente é agravado.

A motivação para desenvolver esta pesquisa perpassa em refletir o papel do professor de História na crise sanitária, mas também visa entender a prática docente nesse contexto, respondendo perguntas como o que é e como é ser professor de história na pandemia da Covid-19? (CÉSAR; COSTA, 2021).

O desenvolvimento da pesquisa auxiliará na produção de reflexões históricas no período da pandemia da Covid-19, com o desafio de debater e se posicionar no presente, a partir de uma perspectiva histórica e testemunhos dessa realidade (LIMA, 2021). Desse modo, a pesquisa desenvolvida poderá apresentar,

analisar, problematizar e proporcionar aprendizagens a partir da experiência histórica testemunhada, reflexões permanentes e contribuição para ações conjuntas na melhoria das formações continuadas dos professores de História.

Então, a pesquisa desenvolvida tem um papel essencial para refletir e dialogar com as questões sociais e historiográficas do ensino de História. Diante das problemáticas que a pandemia trouxe, a saber a considerável crise de confiança na ciência, o professor de História busca uma (re)conexão de diálogo entre universidade, escola e sociedade, visto que é um momento desafiador, onde as instituições e a ciência têm um papel importante (LIMA, 2021).

Nesse sentido, a pesquisa tem como problemática a relação entre a pandemia e o ensino de história, enfocando particularmente como acontece o exercício da docência pelos mestrandos do ProfHistória da Universidade Regional do Cariri. O universo da pesquisa investigado é o dos mestrandos da turma 2020, com vistas a compartilhar – através do produto desta dissertação – as experiências profissionais dos colegas de mestrado e de profissão. Como temática central da dissertação, ou seja, o eixo a partir do qual as questões foram pensadas, tem-se a relação entre o ensino de História e os chamados “temas sensíveis”. As entrevistas com os mestrandos foram reunidas em podcasts, os quais são o produto da dissertação.

A questão dos chamados temas sensíveis vem cada vez mais à tona, à medida que o ensino de história se afasta da perspectiva eurocêntrica e colonialista (PEREIRA, 2018). Como afirma a historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira, é fundamental explicitar a relação da história com a geopolítica da produção do conhecimento, seja na escrita e/ou no ensino. Esta preocupação tem norteado os debates sobre o ensino de história que se distancia da história oficial – centrada no uso da história na construção da identidade nacional, a partir dos valores considerados pelos colonizadores como universalistas, ou seja, a visão de mundo masculina, branca e católica. Como afirmam Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio, o ensino de História, a partir dos temas sensíveis, aproxima-se cada vez mais da pluralidade, diversidade e de uma história que enfoca:

(...) os traumas, as injustiças, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção histórica. Acreditamos que a história escolar pode contribuir no tensionamento das condições que tornam possível o racismo, a violência e a desigualdade” (DE VARGAS GIL; EUGÊNIO, 2018, p. 141)

Portanto, o objetivo desta dissertação é analisar como os professores de história abordam os temas sensíveis em sala de aula. A partir dessa questão norteadora é que foram realizadas entrevistas com quatro alunos do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri. Foram entrevistados os professores Daniel de Araújo Nunes, Eliana Pinheiro Muniz e Fernando Feitosa de Almeida. O material produzido a partir dessas entrevistas foram editadas e resultou no produto deste trabalho, o podcast **Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo presente**. Foram disponibilizadas três sessões (episódios) na plataforma *Spotify*, nos seguintes endereços eletrônicos: sessão 1: (<https://open.spotify.com/episode/1EEcQ0ykZs0XhNeNVfp0LL>); sessão 2: (<https://open.spotify.com/episode/7nFD9hOt9XzSUm5nYI1fwZ>); e sessão 3: (<https://open.spotify.com/episode/4nBYxXKxYnmByHKsN8VkgK>).

Neste sentido, o texto dissertativo está organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado “Perfil dos mestrados ProfHistória (URCA)”, foi produzido a partir da aplicação de questionários com os alunos mestrados da turma 2020. Foram enviados formulários contendo perguntas sobre o perfil social e a situação socioeconômica dos mestrados. Realizou-se perguntas sobre identidade racial, sexual e religiosa, bem como renda familiar e acesso à internet. Também foram investigadas as condições de trabalho e descanso adequado. A intenção dessas perguntas é compreender as condições de vida e trabalho desses professores. Em seguida, foram realizadas perguntas sobre como a pandemia de COVID-19 afetou pessoalmente e profissionalmente esses docentes, mais particularmente no ano de 2020.

O segundo capítulo, intitulado “Temas sensíveis no Ensino de História”, como o próprio título sugere, problematiza como os professores/mestrados abordam os seguintes temas: regime militar, negacionismo, questão ambiental, questão indígena, racismo e homofobia.

O terceiro e último capítulo desta dissertação apresenta como foi produzido o produto, o podcast **Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo presente**. As questões norteadoras das entrevistas foram a relação dos professores com os discentes, com os demais professores e, ao final, foram construídos relatos de experiências dos docentes nas aulas de história.

CAPÍTULO 1: PERFIL SOCIAL E EXPERIÊNCIA DOCENTE DOS MESTRANDOS PROFHISTÓRIA (URCA)

A aceleração da percepção do tempo é um dos principais eventos do tempo presente. Bilhões de pessoas conectadas através do celular, respondendo mensagens em tempo real, a cada dia tendo que resolver demandas cada vez mais urgentes. A pandemia de COVID-19 aconteceu na segunda década do século XXI e causou a suspensão do tempo comum, do tempo cotidiano. Aqueles que tiveram o privilégio de poder ficar em confinamento experimentaram uma aparente suspensão do tempo. Episódios como este, de dimensões mundiais, são comparadas, em escala, à Primeira e Segunda Guerra Mundial, eventos diferentes de uma pandemia, mas que provocaram a aceleração do tempo histórico.

A pandemia intensificou fenômenos que já existiam, como a migração da vida para o digital ou a precarização das relações de trabalho. O tempo da economia, da política, do trabalho, da natureza, das redes sociais, todos esses tempos nos atravessam. Nossa sociedade vive tempos extremamente dessincronizados. É essa pluralidade que faz com que tenhamos sensações divergentes, ou mesmo contraditórias. Estamos, ao mesmo tempo, mais acelerados e mais imobilizados na pandemia. O confinamento físico dos corpos representou uma expansão de suas existências virtuais, acelerando a digitalização de setores inteiros da sociedade. Aulas virtuais, home office, shows online, o consumo pela internet, as notícias, tudo isso embaralha nossas sensações temporais, pois tudo isso acontece no mesmo espaço (o confinamento da casa) e, muitas vezes, simultaneamente (TURIN, 2020).

O confinamento, a quarentena, o isolamento social afetaram todas as atividades econômicas, sociais e culturais. Mesmo assim, o comércio digital se fortaleceu e não se pode afirmar que houve uma paralisação total da atividade econômica. O mercado de capital financeiro continuou a circular, o comércio de produtos e serviços foi migrando para o formato digital e se adaptando às novas tendências. Por estes motivos, ao invés do discurso que alega que a economia parou, é possível afirmar que a pandemia acelerou processos de produção e circulação de bens e serviços online, além de fortalecer as redes sociais e os modelos de educação à distância.

Embora cada professor de História não possa abarcar toda a complexidade desse tempo pandêmico - a realidade caótica e intensa que vivemos, com todos os

flagelos relatados e a pandemia - foi possível criar outras experiências em sala de aula (virtual), enfrentando e resolvendo os desafios e dificuldades que aparecem. Cada professor de história na condição profissional que se encontra, no cotidiano na escola, foi desafiado a enxergar uma nova situação que se mostrou “da noite para o dia” e construir formas de lidar com uma nova temporalidade. Por um lado, havia uma aceleração das tendências, a grande questão que se tem como professores de História é como esses diferentes tempos estão coexistindo dentro deste momento e como é possível potencializar essas demandas em realidades futuras (TURIN, 2020).

Compreende-se desse modo, que a partir das demandas do seu próprio espaço escolar, das vivências individuais, é possível problematizar o tempo e permitir que os alunos tenham acesso a questões controversas e construam reflexões sobre os projetos políticos e econômicos que resultaram em traumas (DE VARGAS GIL; EUGÊNIO, 2018).

O ensino de História, ao problematizar temas sensíveis no tempo presente, tem o desafio de utilizar as informações que apenas aparecem rapidamente para dar um clique e serem consumidas, as quais devem ser utilizadas para pensar em uma sociedade que seja mais democrática tanto no produzir quanto no compartilhar das informações. A sala de aula pode se tornar um lugar que permita tensionar as condições sociais que tornaram possíveis o racismo, a violência e a desigualdade, além de instigar os alunos à reflexão dos entraves da cidadania. O cotidiano da docência pode permitir experiências sobre como se faz a curadoria da informação, e oferecer aos alunos a oportunidade de acessar conteúdos produzidos a partir de uma lógica diferente do consumo nas redes e mídias sociais, ensinando a pensar por conta própria (TURIN, 2020).

Desse modo, conceituando os temas sensíveis:

O que é uma questão sensível? Mével e Tutiaux-Guillon (2013) dizem que as escolhas didáticas são escolhas políticas e que a liberdade do professor é a de fazer escolhas.² Os autores indicam que, desde a década de 1990, o debate nomeia os temas sensíveis como: “questões quentes”, “sensíveis” ou “difíceis”, “vivas” ou “controversas”, “socialmente vivas”... Em outro texto, Tutiaux- -Guillon define questão sensível como aquela carregada de emoções, politicamente sensível, intelectualmente complexa e importante para o presente e o futuro em comum. Geralmente, implica o confronto de valores e interesses e pode ser, para um grupo, um constrangimento na tomada de decisões. Talvez fosse interessante

abordar os temas sensíveis com a especificidade de estarem relacionados à violação de direitos humanos, embora uma questão pode ser controversa exatamente por isso. Mas um tema pode gerar controvérsia sem, necessariamente, envolver situações extremas de violência (DE VARGAS GIL; EUGÊNIO, 2018, p. 142)

A aula de História torna-se um palco para dialogar sobre injustiças que foram aplicadas às pessoas, grupos e comunidades; quando o professor coloca em confronto diferentes versões do passado, quando revela as disputas de memória. Portanto, a escola pública brasileira, encontra-se inserida nesse contexto sensível, é um espaço atacado pelas violências, afetada pelas desigualdades sociais, o lugar dos grupos invisíveis. Nos últimos anos também, atacada por projetos que buscam definir e punir o professor como doutrinador (DE VARGAS GIL; EUGÊNIO, 2018). Assim,

Queremos, portanto, pensar os temas sensíveis com base em questões vivas para a sociedade, controvérsias na historiografia, temas constrangedores para determinados grupos sociais, difíceis no contexto da escola, que possam, queremos crer, produzir esperança nas salas de aula. Não se trata somente de outra forma de se aproximar dos conteúdos de História, mas de considerar os sujeitos para os quais se ensina História e seus contextos de vida, marcados pela violência e pela desigualdade social, além do contexto de quem ensina, marcado pelas perseguições e pela desumanização (DE VARGAS GIL; EUGÊNIO, 2018, p. 147).

A ausência de referências no futuro, a ausência de utopias, é a grande marca do mundo contemporâneo. Ao abordar os conceitos de nação, cidadania, soberania sem perspectivas em relação ao futuro, ou melhor, ao enxergar um futuro sem solução, fica difícil para os docentes introduzirem e dialogarem sobre esses temas em sala de aula (TURIN, 2020; 2021). Segundo Freire (1992), a desesperança é um programa que proporciona a sociedade, ao processo de sucumbir ao fatalismo, assim ficamos impedidos de juntar as forças e criar alternativas de recriar esse mundo.

Por isso, o Professor de História ao transportar para a sala de aula os temas sensíveis, não estão desviando dos conteúdos exigidos pelo currículo formal da disciplina, trazer a temática do racismo e da violência para a aula de história é oferecer aos alunos as condições para compreender as raízes desses problemas e, ao mesmo tempo, perspectivar no futuro possibilidades de buscar soluções para os problemas vividos no presente, construir o esperar (FREIRE, 1992).

O ensino de história pode estar em sintonia, além das demandas externas, com um tempo que possa respeitar a caminhada de cada aluno e de cada docente. A sala de aula pode ser um espaço onde sejam debatidos os problemas que afetem a indivíduos e ao coletivo e permitir que possam ser estabelecidas experiências temporais (TURIN, 2020). Um tempo para lutar, para reivindicar, lembrar, manter vivos na memória os acontecimentos, reparar os silêncios produzidos e as simplificações na narrativa histórica, questionar a identidade nacional, dar visibilidade à multiculturalidade, debater não apenas em sala de aula, mas debater o currículo, nas formações pedagógicas e construir os materiais didáticos que possam representar e emergir a perspectiva da justiça e dos direitos humanos (DE VARGAS GIL; EUGÊNIO, 2018).

Concordamos com Turin (2020), quando afirma que essas demandas do tempo urgente se intensificam com a pandemia da Covid-19; e essa demanda emerge por conta de dois fatores: 1) a compreensão do tempo; 2) e a aceleração temporal.

A demanda de um tempo urgente se intensificou na pandemia. A meu ver, isso se deve a dois fatores principais. Primeiro, a migração para o mundo digital acelerou a compressão do tempo. Como a própria dimensão espacial é anulada pelo virtual, há o efeito de uma aceleração temporal, causado pelo excesso de conteúdos nas redes. Eventos que aconteceriam em espaços distantes e inacessíveis tornam-se, agora, plenamente disponíveis nas "lives". Basta clicar. Segundo, a compressão do tempo vem agravada pelo ambiente político em que vivemos, com a ascensão de neofascismos e violências de toda espécie, que nos trazem a urgência como imperativo cívico. Tudo isso afeta bastante o trabalho dos historiadores, que se veem interpelados a ocupar as redes e produzir conteúdos voltados a essa urgência. A resposta é necessária, mas não deixa de ser problemática, uma vez que acaba por fazer sucumbir o trabalho historiográfico a uma forma presentista, deixando pouco espaço para temas e pensamentos menos "urgentes" -- e que são igualmente importantes para pensarmos outros tempos possíveis. De todo modo, esses movimentos tecnológicos e políticos tendem a acabar mudando o campo historiográfico de maneiras que nós não podemos sequer prever (TURIN, 2020)

Por conseguinte, a partir dessa contextualização, temos como propósito investigar a experiência de viver a pandemia num tempo marcado pela crise política, crise ambiental, negacionismo e avanço da extrema direita no Brasil. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é entender como esses acontecimentos levaram os mestrandos do ProfHistória URCA (turma de 2020) a construírem, ou não, a partir da orientação das demandas do tempo presente, planejamentos, propostas

didáticas, debates e/ou conversas com as suas turmas de alunos(as) sobre os temas sensíveis.

A pesquisa busca compreender de que forma foi construído esse lugar de mestrando/escritor, quais foram as experiências vividas, os saberes expostos para sistematizar os objetos constituídos nas aulas de história dos temas sensíveis; qual formação desses professores e como se constitui a materialização dessa nova vida remota. A realização de entrevistas permitiu, também, o acesso ao testemunho de pessoas que estavam, ao mesmo tempo, vivendo a pandemia e os desafios no ensino.

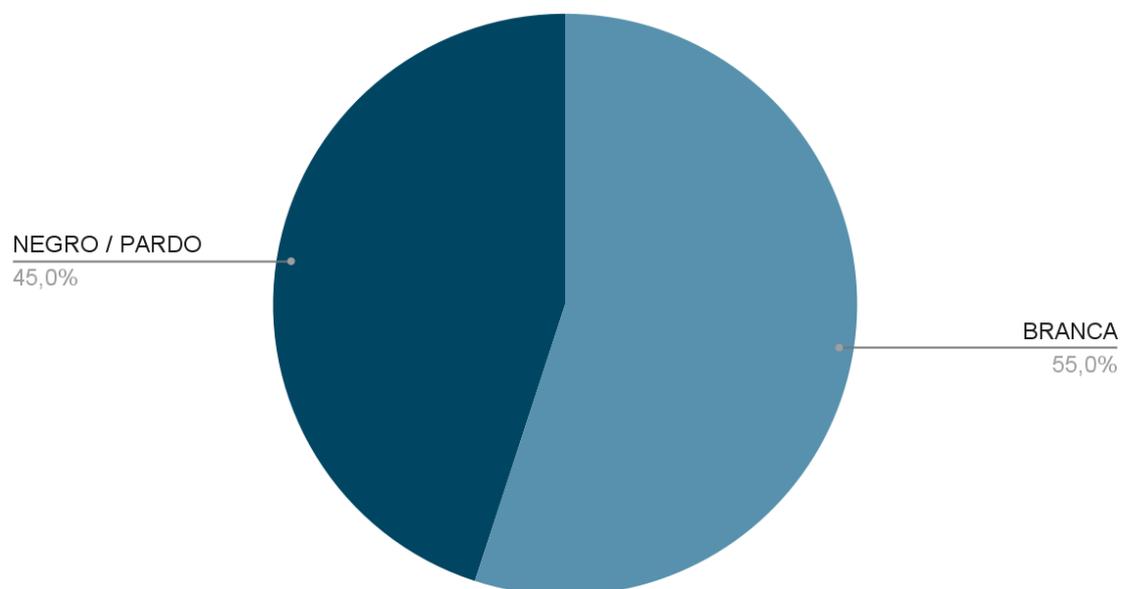
Segundo Paul Ricoeur (2007), a aproximação com a testemunha acontece a partir da interpretação das palavras, das ações do autor e do seu texto transformado em fonte. O testemunho é único e o poder desse relato advém não só da vontade de ser provado e acreditado, mas também da sua capacidade de desafiar a consciência humana e despertar o seu desejo absoluto de justificação (RICOEUR, 2007).

1.1 A REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E EXPERIÊNCIA DOCENTE (URCA)

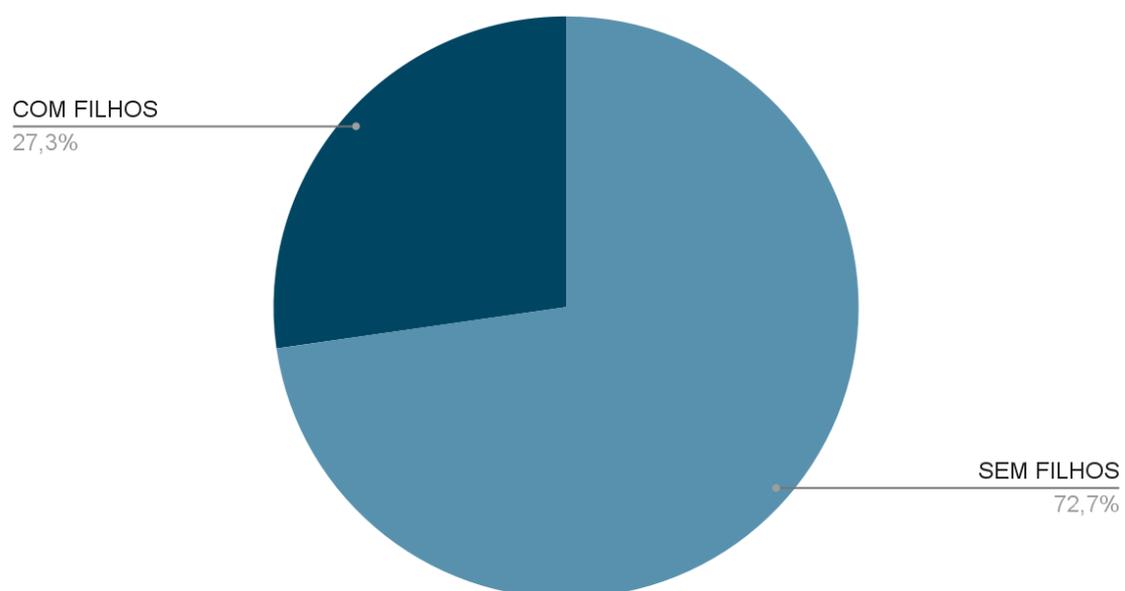
Em 2021, foram aplicados questionários para definir o perfil social dos/das colegas professores e professoras que forneceram relatos de aulas ministradas sobre temas sensíveis durante o período pandêmico. As perguntas aplicadas foram relacionadas aos seus dados gerais, à atuação profissional, à experiência como mestrando do ProfHistória durante a pandemia da Covid-19 e às questões gerais de experiências em ser professor de História e cursar um mestrado em ensino de História ao mesmo tempo, e ainda ter que lidar com uma pandemia.

A identidade sexual dos mestrandos é, em sua maioria, a heterossexualidade masculina e feminina, tendo o registro de resposta com participante identificado como mulher trans.

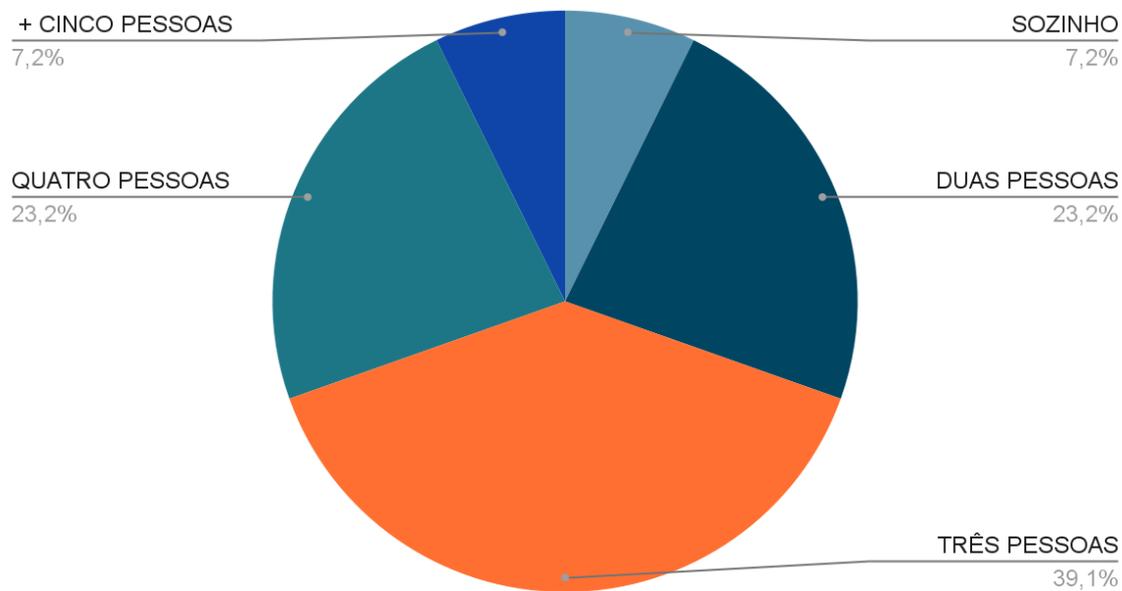
COR/RAÇA



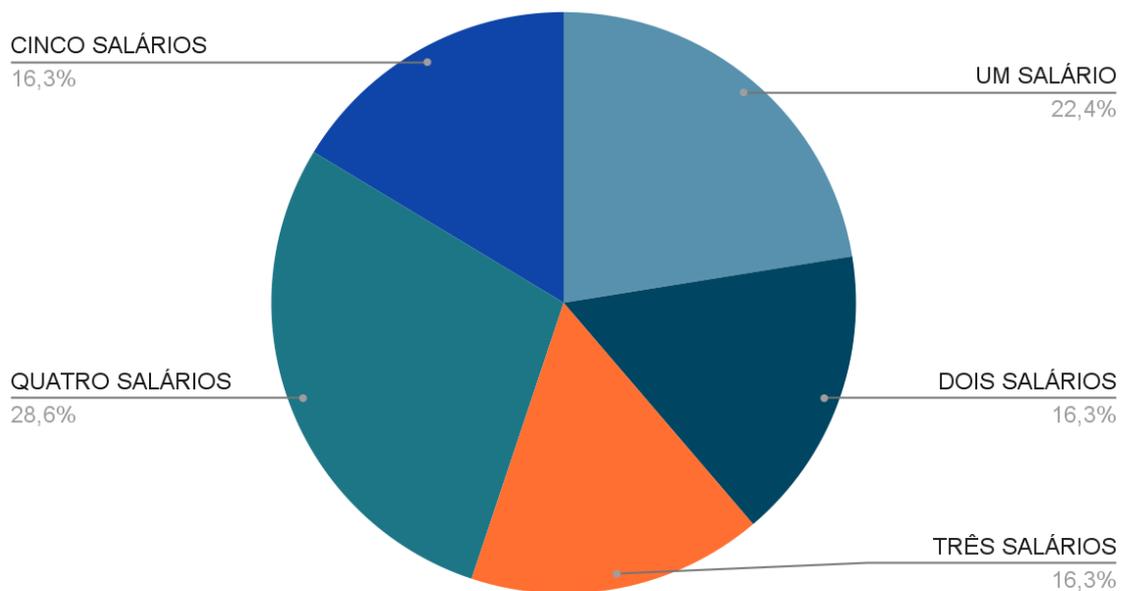
MESTRANDOS COM/SEM FILHOS



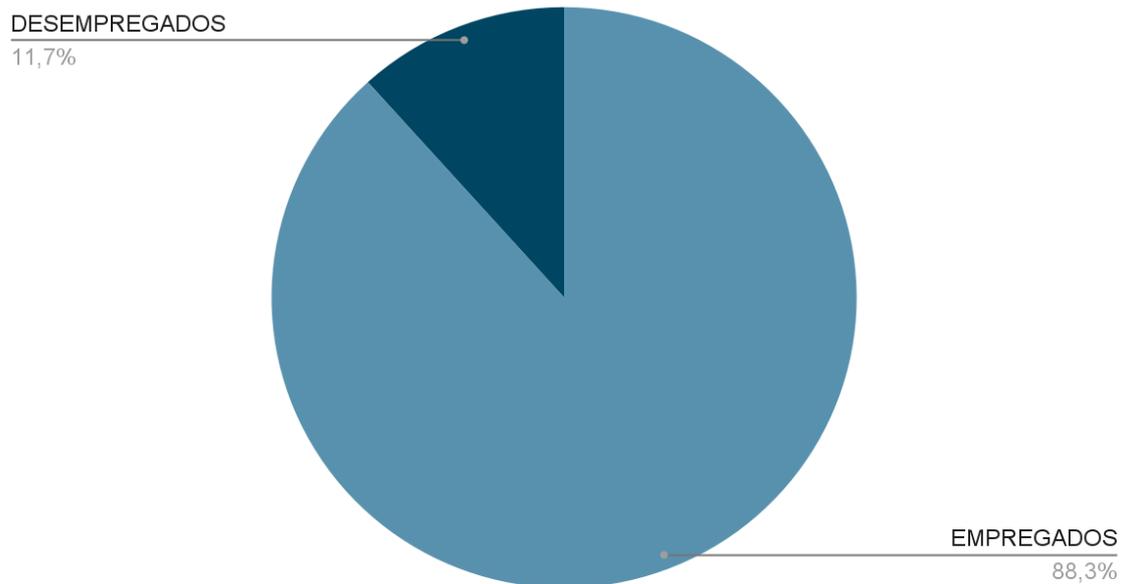
MESTRANDO RESIDE COM QUANTAS PESSOAS?



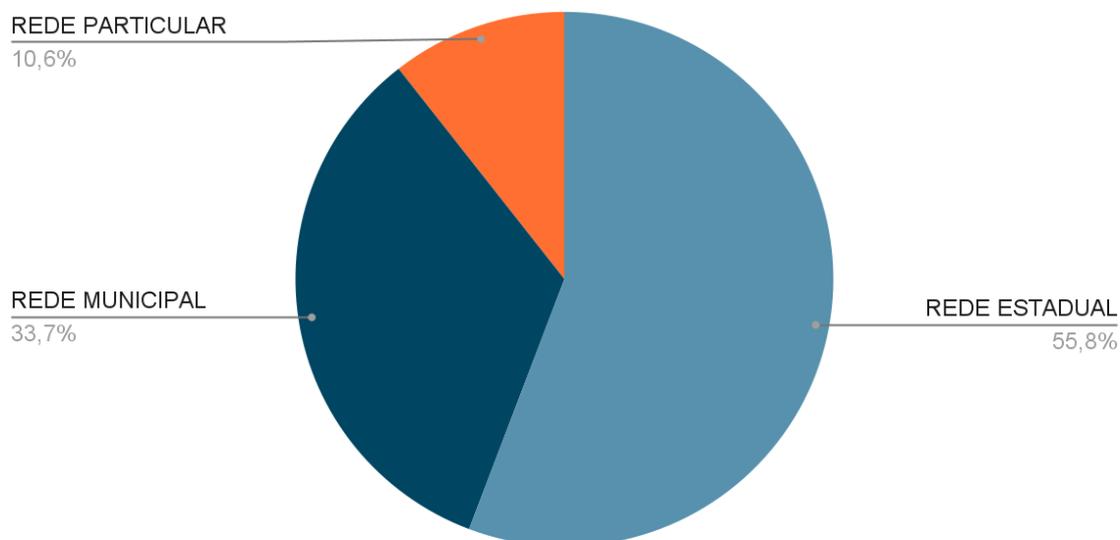
MESTRANDOS MÉDIA SALARIAL



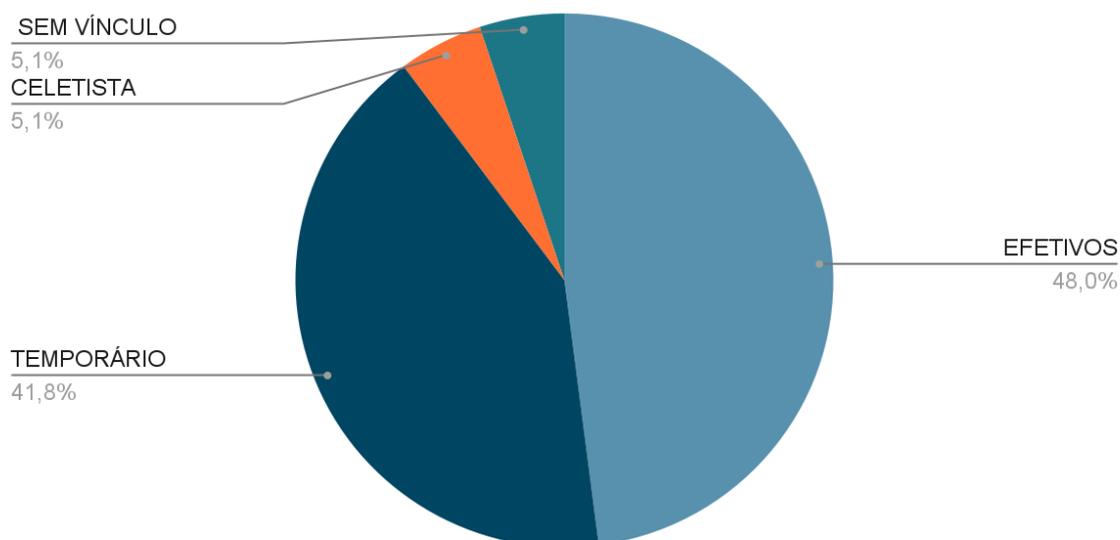
MESTRANDOS EMPREGABILIDADE



MESTRANDOS ATUAÇÃO PROFISSIONAL REDE DE ENSINO

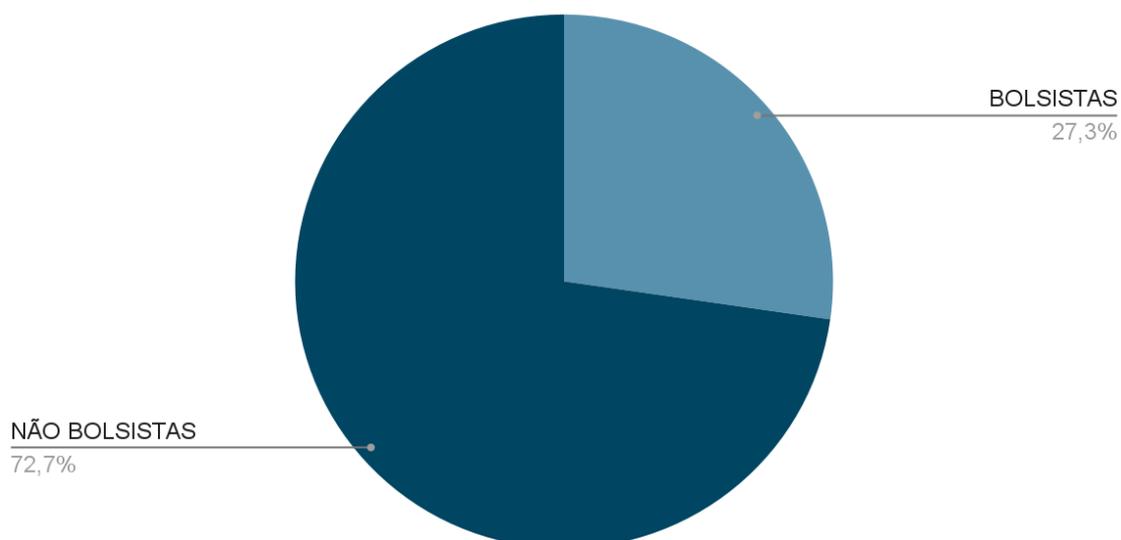


MESTRANDOS SITUAÇÃO CONTRATUAL VÍNCULO DO EMPREGO



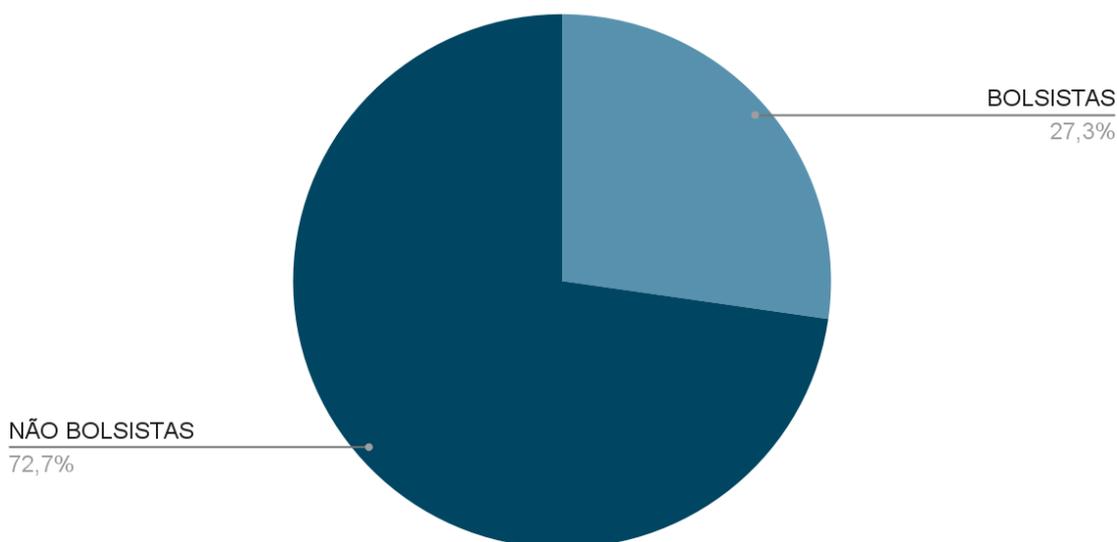
Os colegas do Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri - URCA, avaliam dificuldades em conciliar o

MESTRANDOS SE AFIRMAM BOLSISTAS DO PROFHISTÓRIA



mestrado com a atuação profissional. Que as condições de trabalho no ensino remoto emergencial são péssimas, com uma rotina de trabalho cansativa. Na relação profissional com o núcleo gestor a comunicação acontece via aplicativo de mensagem, além que os mestrandos compreendem as orientações do núcleo gestor em relação ao trabalho pedagógico, mas considera razoável o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, a produção das aulas, provas e correções. Os mestrandos no geral utilizam o próprio celular para ministrar e planejar as aulas. Demonstraram dificuldades em organizar o espaço doméstico para ser um espaço escolar durante o ensino remoto emergencial, ter na casa lugar para ministrar e planejar as aulas. Consideram que conseguem utilizar os recursos das aulas remotas sem muita dificuldade. Parte dos mestrandos considera-se estressados, afirma possuir dificuldades para dormir e dificuldades para organizar a sua residência.

MESTRANDOS SE AFIRMAM BOLSISTAS DO PROFHISTÓRIA



Para os estudantes que recebem bolsa, ter o auxílio financeiro impacta positivamente e serve até como estímulo para continuar os estudos, viabilizando a

compra de livros que ajudarão nas pesquisas. Para os estudantes que não recebem bolsa, se o aluno tivesse um auxílio financeiro poderia comprar livros e melhorar os equipamentos de apoio ao mestrado. A leitura de textos e livros no formato digital é apontada como uma das causas do cansaço e dores que a leitura na tela do computador causa.

A jornada em tempo integral, seja nas escolas públicas ou particulares, acarreta uma sobrecarga de trabalho. Os professores cursistas do mestrado sofrem com a falta de tempo adequado para os estudos, sentem-se prejudicados nos desenvolvimentos dos trabalhos e não podem renunciar sob pena de perda salarial. Preocupações com o desemprego causam sofrimento àqueles que ainda não possuem vínculo efetivo com as escolas. Mesmo com o avanço da tecnologia e a questão da aceleração do tempo e das mudanças de paradigma da profissão docente, nos deparamos com algo constante: a desvalorização do trabalho professor.

Estes problemas levam alguns colegas a pensarem em desistir do curso. Mesmo com todas essas dificuldades, estamos chegando mais próximo da maioria concluir o curso, no momento da escrita desta pesquisa já tivemos a primeira defesa da turma do ProfHistória, de 2020.

Acerca da vivência e da adversidade ao cursar o mestrado, os professores e professoras pesquisados responderam que compreendem o ProfHistória como uma experiência satisfatória, que a despeito da pandemia conseguiram aprovações nas disciplinas, mesmo que sintam que foram prejudicados na aprendizagem com as aulas remotas. As adversidades são sentidas como uma experiência incomum: conciliar o trabalho, a vida acadêmica e a vida pessoal parece ser impossível. Nunca é demais lembrar que todas essas experiências foram vividas com o medo do contágio, o adoecimento de familiares, as constantes quarentenas e a morte de conhecidos. Todas essas situações certamente afetaram o processo de escrita da dissertação.

Em pessoa, quando por questões financeiras, precisei me mudar para a zona rural, com internet ruim, dificuldades de assistir às aulas remotas, a própria dificuldade de não ter uma bagagem de leitura, isso dificultou o processo da escrita para a produção dos trabalhos. Essa dificuldade de leitura e escrita, no meu caso,

é até hoje, um dos maiores desafios que busco diariamente superar e melhorar, através de estudos e produções frequentes.

1.2 COMO A PANDEMIA AFETOU O ENSINO DE HISTÓRIA

Para esta pesquisa, a pergunta que abre o questionário aplicado aos alunos do mestrado ProfHistória (URCA) é a seguinte: “Para você, como a pandemia afetou o ensino de História no ano de 2020?”. As respostas são as que se seguem.

A dificuldade encontrada pela professora Muniz, o professor Santana e o professor Almeida está relacionada à falta de acesso dos seus alunos à internet, ao contato pessoal e à falta de adesão dos alunos nas atividades ministradas à distância, como entrega de atividades impressas, mas também nas atividades on-line. Outro ponto apontado foi que a participação dos alunos nas aulas foi praticamente zero.

Além disso, a maioria dos estudantes no ato da matrícula na escola não tinha informado os telefones de contatos, resultando num desafio para a garantia da continuidade das aulas. Por isso, os professores precisavam focar na busca ativa e no cadastro desses alunos e na atualização dos seus dados. Essa situação da falta de acesso aos alunos se agravou quando a escola se encontrava na zona rural, tanto pela dificuldade da distância para a entrega de atividades domiciliares, como pela falta de internet ou sinal de celular para manter a comunicação com a escola.

Além dessa dificuldade de acesso, outro elemento agravado na pandemia, o qual a escola amenizava, foi a exposição dos alunos à desigualdade social, que já era vivenciada anteriormente, mas que pandemia da Covid-19 e a falta de políticas públicas urgentes para amenizar os problemas, fez com que os alunos estivessem mais expostos às diversas necessidades, inclusive à fome. Percebe-se então um contexto de desgraça, em que diversos alunos e suas famílias foram desassistidas pelo poder público, ficando o aluno concomitantemente sem acesso à comida e à educação.

O outro desafio no ato de ensinar História durante a pandemia foi o domínio das tecnologias digitais, pois os professores se consideram leigos no assunto e

essa dificuldade ocasionou barreiras para a adaptação ao ensino remoto. Um ensino remoto que foi organizado sem um planejamento efetivo, nem a nível nacional e nem estadual, e que cada escola teve que encontrar o seu caminho e criar a metodologia de ensino remoto adaptado àquela realidade.

O ensino remoto emergencial é um arranjo circunstancial, longe de atender às demandas do contexto e reduzir os agravos da pandemia na educação (CUNHA, SILVA, SILVA, 2020). O ensino remoto ofertado durante a pandemia pelas escolas da rede de ensino do Estado do Ceará não pode ser comparado à Educação a Distância (EAD). A Educação a Distância (EAD) é formada por uma estrutura burocrática em que cada ator tem uma atribuição no desenho da formação, a qual tem como principais características: ser regulamentada como uma modalidade educacional; possuir uma metodologia fundamentada anteriormente para a mediação didático- pedagógica e avaliativa; encontrar-se num meio de relação tecnologia e informacional; além de estabelecer uma política de acesso (BRANCO; NEVES, 2020).

As aulas ofertadas na rede estadual de ensino do Ceará, que compõem escolas públicas e privadas, foram ministradas de forma remota através da parceria entre a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e o Google (MOTA, 2020). Desse modo, o ensino remoto emergencial (ERE) é uma adaptação temporária de formato pedagógico para o momento de crise em que vivemos, aplicada de formas diversas, seguindo a realidade e a especificidade de cada instituição de ensino.

Os professores foram obrigados a pôr em prática uma modalidade até então desconhecida pela maioria, sem nenhum tipo de capacitação para atuar nesse formato de ensino, cujo processo de ruptura da aula presencial deve ser seguido pelo professor, o qual se esforça para adaptar-se à nova realidade (LOPES, 2021).

O professor Silva, teve dificuldades para utilizar as ferramentas Google, como o Google Meet e o Google Formulário. Mas, ao longo da aplicação das aulas, o professor foi pedir ajuda. Nesse contexto de inicialmente apenas repassar o conteúdo, pensou-se em alternativas para remodelar a sua prática. As mudanças surgiram no início com a produção de videoaulas e áudios que os docentes compartilhavam com as suas turmas via aplicativo de mensagem, além do uso de

imagens e produção de slides e textos. O professor Silva desenvolveu um jogo virtual de caça-palavras e um jogo virtual de temática afrodescendente, além de desenvolver atividades para a criação de quadrinhos. Mediante essas dificuldades relatadas pelo professor, houve a tentativa de dialogar com os alunos.

Outra resposta elencada pelos professores pesquisados é abordada pela professora Oliveira, ao afirmar que a principal dificuldade que ela pode expor é a busca por motivação para continuar os estudos. Para a maioria dos seus alunos, as aulas remotas afetavam bastante o aprendizado, diminuindo o ritmo de estudos e desfavorecendo o diálogo e mantimento de uma relação mais próxima com o estudante. Essa característica do isolamento da distância dos pares também ocasionou a motivação dela como professora, no que tange à busca por enfrentar esse desafio. Outros colegas perceberam a importância de compartilhar frases motivacionais durante as videoaulas e nos grupos dos alunos. O professor Cunha percebeu como ponto positivo da pandemia, essa busca por “forçar” o professor de História a se adaptar ao formato remoto. Ele percebeu que existiam ganhos já que os professores contaram em alguma medida com recursos tecnológicos que não tinham condições de utilizar antes da pandemia.

Para a professora Fernandes, a pandemia não afetou apenas o ensino de História, mas a educação de forma geral. A professora trabalhou na rede municipal de ensino durante o período em que a pandemia estava em expansão e foi utilizado de medidas restritivas como forma de controle do vírus. As experiências em sala de aula física ou virtual foram nulas, a rede de ensino na qual a professora trabalhava criou um sistema que consistia em os professores enviarem as atividades via aplicativo de *Whatsapp*. Logo, as atividades eram postadas em uma plataforma, onde toda a rede de professores utilizava a mesma atividade em cada disciplina. Nesse ponto, o contato do aluno foi precário, além de que nem essa atividade on-line chegava aos estudantes, já que a maioria dos alunos não tinham aparelho celular ou internet; ou, existindo o aparelho celular e internet, tinham que compartilhar os aparelhos com os diversos membros de sua família.

A professora Fernandes avalia que na rede municipal que trabalha o ensino de História praticamente não aconteceu, visto que as atividades repassadas eram atividades genéricas; propostas que não promoviam a reflexão, nem o

desenvolvimento crítico; os alunos nem entendiam o motivo de estarem estudando, segundo depoimento da professora. Outro caso grave nesse contexto foi a despersonalização da professora de história, que perdeu totalmente a liberdade de produzir o seu material ou de fazer a curadoria dos materiais para a sua turma, respeitando assim a visão do professor e o seu conhecimento e experiência com a turma, acarretando numa uniformização do conteúdo e da aplicação das atividades que garantem simplesmente a burocratização do tempo pedagógico.

Elemento também importante acerca das dificuldades que os professores de história passaram durante as aulas remotas na pandemia foi o aumento do trabalho do docente, tanto na carga horária, já que as redes sociais os mantiveram conectados constantemente, quanto no aumento da burocracia. Nesse período, logo no início das aulas remotas, eu trabalhava em uma escola particular pequena e acompanhei de perto como essa adaptação sem planejamento, sem desenho instrumental, acarretou num processo altamente desgastante e estressante ao passar do ensino presencial para o remoto. Houve uma situação em que passei mais de 10 horas ininterruptas preparando material, por exemplo.

Interessante mencionar foi o processo de adaptação da professora Mota. Ela não considera a experiência da aula remota positiva e entende que o ensino a distância, mesmo em condições ideais, com equipamento, metodologia e preparo é um método limitante. A professora entendeu, que foram dois anos de improviso, mas tentou trabalhar com o mínimo de qualidade. Buscando mudar o planejamento, passou a usar slides, ao que não era adepta anteriormente, mas que passou a utilizar mais nas aulas de elementos audiovisuais, como vídeos. Dessa forma, ajudou nas reflexões dos conteúdos. Além disso, tentou ministrar aulas sobre a conjuntura da pandemia, propondo momentos com temas geradores, como por exemplo: “As pandemias na História” ou “Vacinação como pacto social”, buscando por meios geradores alcançar os alunos pela identificação.

Depreende-se que a pandemia da Covid-19 causou um grande impacto na educação, em especial, no ensino de História. O que mais os professores relataram em suas falas relacionadas ao ensino de história diz respeito à interação e ao ensino remoto em si. É essencial a relação social dos professores com os seus

alunos, visto que vivemos num difícil contexto em que o distanciamento da comunidade acarreta prejuízo à saúde mental.

Ensinar história durante a pandemia, além de todo o desafio de ministrar temas que sejam relevantes e importantes para os alunos, é perpassar pelo desafio da sobrevivência, do cuidado com o próximo e consigo mesmo. O isolamento social foi difícil para mim, mas, de certo modo, ajudou na aproximação da minha família, assim, tive mais tempo com a minha esposa. Logo, mesmo com todas as mazelas que passamos, sou grato, sobrevivi à pandemia e à necropolítica implantada no Brasil.

Consegui chegar até aqui por meio das trocas que as comunidades que vivo me proporcionaram, o mestrado, as escolas que trabalhei e a minha família. E todos os brasileiros que, de alguma forma, indo às ruas ou nas redes sociais denunciaram os descasos com o nosso povo neste momento.

Estamos aqui, vivos e firmes, para tentar promover no ensino público, no ensino de história, momentos de reflexão e autonomia dos nossos alunos, a fim de que eles possam compreender as desigualdades sociais, e perceber a violência contra o nosso povo. Que possamos não naturalizar o sofrimento e tentar criar uma sociedade que possa novamente ter de voltar o sonho da alternativa, esperança da mudança, e senso de coletividade.

Considerar os docentes como sujeitos autores que atuam em contextos de autonomia relativa – não consideramos perspectivas voluntaristas que pressupõem uma autonomia ou emancipação ilusória – a partir de referências construídas ao longo de sua formação educacional e profissional, é outro desafio teórico a ser enfrentado. Este desafio aumenta em decorrência da perspectiva por nós assumida que considera a prática como espaço/tempo de mobilização de saberes, lugar teórico, portanto, no que se refere ao que é ensinado como também aos conhecimentos mobilizados para o ensino (MONTEIRO, 2015).

O chamado “novo normal” trouxe muitas mudanças de vida. O horário de trabalho do docente foi desregulamentado e as condições de emprego precarizada diante da sala de aula dentro de casa; predominância de uma relação de trabalho/aprendizagem flexível; momentos do avanço da pandemia; predominância do trabalho remoto; e, nos momentos de recuos da covid – 19, as atividades profissionais presenciais na escola.

Parte desse processo de viver a aula remota, de transformar o espaço privado em sala de aula e atendimento aos alunos, os professores de História, nessa conexão digital constante para o processo de ensino, vivenciaram a instantaneidade do tempo, dando espaço para esse “sujeito”, composto por esses diversos percursos e adaptações.

Desse modo, mediante uma realidade sufocante, a pandemia, além de um projeto político que tenta anular a potencialidade do professor, a “Escola sem Partido”, o Ensino de História ao abordar os Temas Sensíveis, propõe debater em sala de aula, o poder e a soberania do povo, o direito de resistência e legitimidade desses atos dentro do processo histórico do Brasil; como as propostas de aulas, que dialogam com as demandas emergenciais do tempo presente. Elas afirmam a necessidade do país valorizar a democracia, a justiça, a vida e a dignidade humana de todos. Não se resume apenas a uma abordagem narrativa ou metodológica, é a essencialidade do historiador/professor de história problematizar este presente e essa busca, visto que ela não decai apenas por uma necessidade pedagógica ou científica, mas também por um dever ético.

CAPÍTULO 2. ABORDAGENS DOS TEMAS SENSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Ser professor de História nos últimos anos tem sido um exercício de sobrevivência, resistência e paciência constante. As ações do governo Bolsonaro, e as suas falas negacionistas, homofóbicas e racistas acabam legitimando pontos de vista antidemocráticos, onde questões de igualdade, liberdade e o direito de ser o que se é, dá espaço para a ignorância, a boçalidade e o orgulho por parte do cidadão comum de expor seus preconceitos, criando assim uma cisão na simples convivência civilizada entre os desiguais (ALBERTI, 2021).

Dentro desse contexto, pesquisamos as aulas dos professores/professoras, alunos e alunas do Mestrado Profissional do Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Regional do Cariri (URCA), turma de 2020, os quais sofreram mais diretamente os impactos da pandemia de Covid-19. Neste sentido, o principal objetivo da pesquisa é investigar a condição dos mestrandos que conciliam a experiência na pós-graduação com o ensino de história. É nesses termos que algumas perguntas surgiram como eixos norteadores da pesquisa: qual o lugar dos chamados temas sensíveis no ensino? Como a pandemia afetou a condição dos mestrandos frente ao exercício do ensino de história? Qual o papel do professor de história em uma época de pandemia?

O caráter de interrupção do cotidiano escolar, trazido pela pandemia, somado ao contexto de aulas que ocorriam em ambiente doméstico – alunos sentados em seu próprio quarto, em uma cadeira posta no jardim da frente da casa, na parte dos fundos da casa, na mesa da sala, na garagem e até no banheiro –, mostrou o vigoroso surgimento da noção de aqui e agora, ou da noção de tempo presente ou ainda, reproduzindo uma expressão usada algumas vezes, de certa urgência do hoje (SEFFNER, 2021).

O tempo presente - como conceito e referência ao tempo vivido - é uma categoria polissêmica, como afirma Cavalcanti (2021), na aula de história e, por isso, não desfruta de consenso. Assim, entendemos que o presente significa um ponto de interseção entre o futuro, que ao mesmo tempo se transforma com o passado. Assim, na ideia dessas três dimensões temporais, o presente é aquele

que pode ser dissolvido ou invertido; logo, o futuro ainda não o é, e o passado já não é mais (KOSELLECK, 2014).

Todos os relatos escritos nesta pesquisa pelos professores de história cursistas do mestrado são professores autores, que expressaram nas respostas os seus saberes profissionais, os seus conhecimentos acadêmicos e a forma como percebem o mundo, o Brasil, um país, que se encontra polarizado, pandêmico. Perante a possibilidade de continuidade desse governo de extrema-direita negacionista, o professor de história, ao criar e relatar a sua aula, repensa e recria os seus espaços de atuação como professor de história (CARVALHO, 2021), expressando nas suas aulas sentidos que são acionados diante do tempo presente a partir de uma condição de estrutura do raciocínio histórico mobilizado (MONTEIRO, 2015).

O cotidiano escolar, por sua marca de espaço público, se faz a partir de socialização, de expressão do jeito de se vestir, dos cuidados com o corpo, das regras de convivência e de higiene, da obediência às normas e a autoridade escolar. A escola é um lugar importante de observação para a problematização dos temas sensíveis no Ensino de História.

Entendemos desse modo, a escola pública, como espaço potencial para a pluralidade e distribuição do bem público, como lugar de produção, compartilhamento, acesso e socialização do conhecimento histórico construído pelas gerações passadas, torna-se mediador do conhecimento histórico. É um local onde se encontra o jogo de mobilizações do saber, o que podemos problematizar, o que somos capazes de incluir como objeto de análises das nossas turmas (GABRIEL, 2019). Cada resposta proferida pelo professor de história não é apenas um relato da aula, mas uma escrita de si, uma construção de autoimagem, uma apresentação e representação de si e da realidade que vive (GOMES, 2004). Também se constitui como um registro de experiências no tempo, uma leitura do tempo presente, expressa no cotidiano de professores que lecionam, cursam mestrado e têm como objeto de estudo a sua prática, a fim de criar conexões entre os temas, o cotidiano e as experiências vividas na comunidade dentro do espaço escolar (CAVALCANTI, 2021).

Através da aplicação de um questionário, cada pergunta é direcionada a partir de temas geradores. A seguir, os temas geradores, assuntos que avaliamos como relevantes no período da pesquisa, com suas respectivas perguntas.

1. REGIME MILITAR. O governo Bolsonaro estabelece desde o início do seu mandato, ao passado do regime militar, uma valorização, uma disputa de memória com a historiografia, além dos levantes e tentativas golpistas do governo Bolsonaro no ano de 2020, em plena pandemia. Desse modo, você problematizou esse contexto nas suas aulas de História? (Relate sua experiência na sala de aula, com abordagem na aula de História, debate ou conversa com os alunos). Se não abordou o tema, por qual motivo isso ocorreu?

2. NEGACIONISMO. Nas aulas de histórias que você ministrou na pandemia de 2020 foi abordado/conversado com as suas turmas a questão do negacionismo (teorias da conspiração, urna eletrônica e anti-vacina)? (Relate sua experiência na sala de aula, com abordagem na aula de história, debate ou conversa com os alunos). Se não abordou o tema, por qual motivo isso ocorreu?

3. AMBIENTAL. A questão ambiental no Brasil foi abordada nas suas aulas de História no ano de 2020? (Relate sua experiência na sala de aula, com abordagem na aula de História, debate ou conversa com os alunos). Se não abordou o tema, por qual motivo isso ocorreu?

4. INDÍGENA. A questão indígena no Brasil foi abordada nas suas aulas de História no ano de 2020? (Relate sua experiência na sala de aula, com abordagem na aula de História, debate ou conversa com os alunos). Se não abordou o tema, por qual motivo isso ocorreu?

5. RACISMO. A questão racial no Brasil foi abordada nas suas aulas de História no ano de 2020? (Relate sua experiência na sala de aula, com abordagem na aula de História, debate ou conversa com os alunos). Se não abordou o tema, por qual motivo isso ocorreu?

6. HOMOFOBIA. A questão da homofobia no Brasil foi abordada nas suas aulas de História no ano de 2020? (Relate sua experiência na sala de aula, com abordagem na aula de História, debate ou conversa com os alunos). Se não abordou o tema, por qual motivo isso ocorreu?

2.1 TEMA SENSÍVEL: REGIME MILITAR

Dos professores pesquisados, a maioria abordou o tema sensível do regime militar nas aulas de História durante a pandemia, conforme mostra o gráfico abaixo:

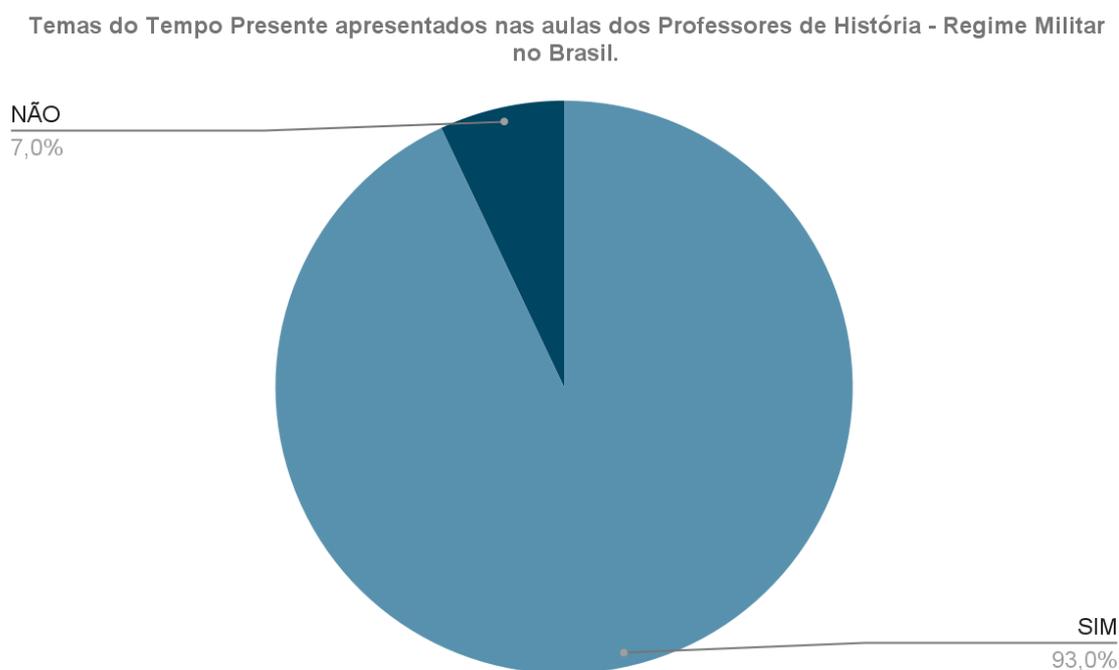


Gráfico 1: Produzido pelo autor

Como os professores abordaram o tema?

As aulas de História no período da pandemia acontecem geralmente nas plataformas de videoconferência como o "Google Meet", e foram realizadas a partir da metodologia do debate. Em outros momentos, não é o professor que estimula o debate do tema, e sim nasce do próprio público de alunos. Desse modo, o professor Almeida tenta até relacionar essa temática do regime militar no Brasil na atualidade, com o contexto da própria pandemia; e o negacionismo relacionado às vacinas.

Outro modo citado, referido pelo professor Santana, é a busca por criar conexões dos conteúdos abordados em sala de aula, com o contexto vivenciado

atualmente, buscando assim, segundo o professor, instigar um ambiente de reflexão para o aluno. Já a professora Oliveira traz esse conteúdo à tona quando vai falar a respeito da História do Brasil e das suas experiências golpistas. Desse modo, tenta criar uma ligação com o tempo presente, com o que se está vivendo hoje com as falas e atitudes do presidente Bolsonaro. A título de exemplo, tem-se as histórias falsas de ameaça comunista no Brasil, discurso reciclado da Guerra Fria, além das questões, discursos e atitudes negacionistas do atual presidente e de seu governo. Então, essa ligação com o tempo presente, feita pelos professores Santana e Oliveira a partir do conteúdo ministrado em sala de aula é uma tentativa de produzir reflexão dos alunos.

A professora Fernandes trabalhou o tema em sala de aula, porém, poucos alunos sabiam o que tinha sido o período da Ditadura Militar no Brasil. Mas, mesmo sem ter muito conhecimento, os alunos entendem que não há motivo para o presidente da república ser saudosista com esse período. O professor Silva abordou sobre a COVID-19, sobre o luto e sobre as práticas de injustiça durante o governo Bolsonaro referente à saúde.

Mesmo que os temas não sejam relacionados especificamente ao uso desse passado do regime militar pelo governo Bolsonaro, as práticas governamentais durante a pandemia fizeram refletir nos professores diversos temas que orbitam a partir dessas demandas do presente. Pode-se citar as abordagens feitas em sala de aula acerca das temáticas do luto e das injustiças do governo Bolsonaro e de outros, como fez o Professor Cunha, ao falar em suas aulas sobre a epistemologia da história, o negacionismo, a consciência histórica e os métodos da pesquisa historiográfica. Abordagem essa motivada pelos usos abusivos do passado e da história feita pelo atual governo. Como é uma questão que afeta a vida de todos, a Professora Costa concorda que é um debate importante a ser feito na sala de aula.

Tendo como exemplo, o professor Torres ficou feliz quando uma aluna, segundo o seu relato, diante de uma aula acerca do regime militar, entendeu o significado do “fora Bolsonaro!”. Por isso, o professor mostra que tenta, sempre que possível, abordar as questões do tempo presente nas suas aulas.

O professor Nunes, em umas das suas aulas remotas neste período da pandemia, ministrou a aula de história sobre a negação da ditadura militar e a negação da pandemia. O docente sentiu que o debate fluiu bem, mas um aluno, durante a aula remota, manifestou-se contrária a abordagem da aula, mudando a sua foto do perfil, colocando a foto do Presidente Bolsonaro. Apesar dessa manifestação, o aluno não fez nenhuma manifestação ou argumentação verbal.

O professor Mota ministrou uma aula problematizando o tempo presente com o passado do regime militar e a pandemia, com o seguinte tema de aula: “A importância da liberdade de imprensa no enfrentamento das pandemias”. O professor focou no tratamento da epidemia de meningite nos anos 70, durante o período da Ditadura Militar no Brasil, assim, ele criou um diálogo direto com o governo Bolsonaro, mostrando como este tem lidado com a pandemia e a imprensa no período que vivemos. Já o professor Souza realizou momentos pontuais nas suas aulas remotas sobre o tema, com o objetivo de promover um debate sobre a conjuntura em que vivemos. Mas ele acredita que se as aulas estivessem presenciais, o debate teria alcançado resultados melhores.

2.2 TEMA SENSÍVEL: NEGACIONISMO

Dos professores pesquisados, a maioria abordou o tema sensível do negacionismo nas aulas de História durante a pandemia, conforme o gráfico abaixo:

Temas do Tempo Presente apresentados nas aulas dos Professores de História - Negacionismo.

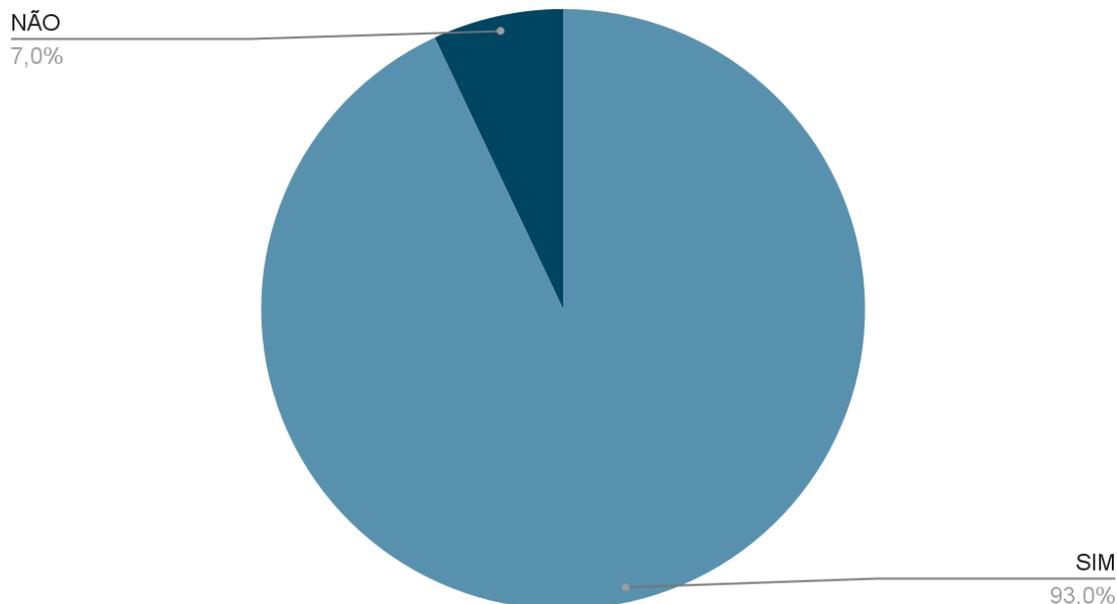


Gráfico 2 Produzido pelo autor

Como os professores abordaram o tema?

O professor Almeida abordou o tema a partir de uma aula temática acerca das teorias da conspiração. A aula aconteceu de forma virtual, as conspirações abordadas durante as aulas foram as conspirações do terraplanismo e da terra jovem. Outro momento importante para relacionar os temas foi durante a abordagem do conteúdo de totalitarismo na guerra, a partir da discussão do fascismo e do nazismo, gerando um paralelo com o bolsonarismo, inclusive no contexto de relativizar as ideologias, como, por exemplo, na afirmação que o nazismo seria uma ideologia de esquerda.

Da mesma forma, a professora Santana acredita que é importante sim abordar esse tema, de maneira que, na sua abordagem narrativa, ela tentou fazer sempre de forma sutil, para que dessa forma não gerasse conflitos dentro da sala de aula, principalmente com os alunos que fossem favoráveis aos temas abordados. O professor Nunes também abordou ambos os temas. Para o professor

Souza, o tema foi tratado de forma muito restrita no ano de 2020, por conta da pandemia e do ensino remoto.

Nas aulas de história da professora Oliveira ela abordou o tema tentando ressaltar a importância da ciência e o valor da vacinação, buscando demonstrar como o discurso anticomunista é utilizado pelo atual governo para defender, estimular um eventual golpe de estado. Assim, nas suas aulas, buscou demonstrar aos alunos o processo de evolução da ciência e do desenvolvimento social, o qual não aconteceu à toa, mas a partir de ações de superação de crises, similar aos movimentos da sociedade que a professora afirma que estamos passando no momento.

O professor Silva, na sua aula de história, de forma macro, abordou sobre o negacionismo através do tema da COVID-19, o descaso do governo atual sobre a falta de investimento nas vacinas e a preocupação com a população em situação vulnerável. Mas o professor também abordou a história do cotidiano, sobre a falta de respeito com a própria saúde, com o bem-estar do outro em sociedade, como, por exemplo, as pessoas que não cumpriram o isolamento social voluntário. Silva percebe que essa falta de consciência de parte da população é efeito do negacionismo que está no nosso cotidiano. Além de abordar a questão do luto coletivo, durante as aulas de história.

É essencial que nesse processo de produzir a aula de história, o professor consiga, por meio da escuta da sua turma, proporcionar um momento que pode até parecer sem atividades, mas que trabalhará os discursos dos alunos, a partir de fala oral e anotação de esquema em lousa. Desse modo, importa fazer uso dessas informações coletadas na vivência para que em outros momentos possam problematizar com o conteúdo de história, ou possa também historicizar o cotidiano do aluno no contexto do tempo presente. Nesses momentos mais dinâmicos, o aluno conversa sobre várias questões que refletem o seu cotidiano e o modo como diversos assuntos importantes são desdobrados, naturalizando a vivência desse estudante.

O professor Cunha também se preocupou com as temáticas em discurso e organizou com os seus alunos um seminário sobre o negacionismo, estimulando assim a pesquisa. Cada equipe ficou organizada nos seguintes temas: as

motivações centrais do negacionismo, os principais acontecimentos históricos que foram ou continuam sendo alvo do negacionismo; e a relação dos assuntos que os colegas apresentaram com a atitudes do presidente Bolsonaro mediante a sua postura anti-vacina e ao regime militar. O professor avalia que esse procedimento gerou nas turmas ótimas discussões.

O professor Torres, por sua vez, não planejou em si uma aula de história com foco nesse conteúdo, mas adotou um procedimento narrativo na sua aula, que tinha a oportunidade de as problematizações nas aulas de campo da história e do ensino de história. Explicando aos alunos que a sala de aula, é um lugar de disputa de poder e, desse modo, mostrando a importante diferença de um conhecimento construído cientificamente, na ciência, em geral, e na história, distinguindo a relação ao negacionismo histórico e científico que é disfarçado de revisionismo. Assim, nesse contexto em que vivemos, o professor afirma que é importante reforçar a importância da ciência.

O tema foi tratado indiretamente nas aulas da professora Mota. Com o tema “Vacinação como pacto social”, a vacina foi explanada como um problema de saúde pública e não de escolha individual. Assim, quando se tem um processo que nega essa vacinação, esse processo se apresenta como irresponsável e atrapalha a campanha de imunização e saúde da sociedade. Deste modo, o tema foi abordado transversalmente.

A professora Muniz abordou nas suas aulas de formação cidadã a temática de notícias falsas e a política. Como já abordado anteriormente, o professor de história, além das aulas de sua formação, pode lecionar outras disciplinas², como foi o caso da professora Mota, que vinculou a lotação de Professor Diretor de

² O Professor de História no Estado do Ceará é lotado em outras disciplinas, geralmente: 1. Por situações de lotação acordadas dentro da Instituição de Ensino; 2. Em seleções de professores para atender necessidades temporárias no Estado do Ceará, que em situações excepcionais a partir do parecer do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará - CEE nº 0582/2003, autoriza a contratação de professores que sejam bacharéis, um diploma de pós-graduação na disciplina, alunos no último semestre das licenciaturas, professores que tenham cursado licenciaturas ainda em processo de reconhecimento, professores formados em pedagogia e docentes formados em licenciaturas que tenham cursado o mínimo de disciplinas de outras áreas, comprovado através do histórico (CEARÁ, 2003);

Turma³, da qual também sou professor diretor. Então, a professor orientou os alunos acerca do negacionismo e da identificação de notícias falsas. Desse modo, será que hoje dentro do espaço escolar com o Professor de História lotado em outras disciplinas, a aula de História só acontece na aula de história? Ou ocorre a aula de História em outras disciplinas? A aula de História acontece apenas com o Professor de História? Ou a aula de História, com um Professor não formado em História, ainda é uma aula de História? Claro que esse estudo não dará conta desta problemática.

Igualmente o professor Muniz e o professor Bezerra abordaram o tema em uma disciplina chamada de "Atualidades"; no ano de 2020, ele problematizou nas suas aulas e organizou propostas de pesquisas no tema do movimento anti-vacina e o negacionismo no contexto político atual. Já a professora Costa, ministra aulas de geografia, no caso dela houve por parte dos alunos o questionamento sobre terra plana.

2.3 A QUESTÃO AMBIENTAL

Dos professores pesquisados, a maioria abordou o tema sensível da questão ambiental nas aulas de História durante a pandemia, conforme o gráfico abaixo:

³ O Professor Diretor de Turma, é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, implantada desde 2008, o professor de qualquer disciplina é lotado como Diretor de Turma com a função de ser responsável por uma turma, criar a mediação da turma com os demais atores da escola e ministrar aulas de formação cidadã e habilidades socioemocionais;

TEMAS DO TEMPO PRESENTE APRESENTADOS NAS AULAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA 6 TEMAS AMBIENTAL

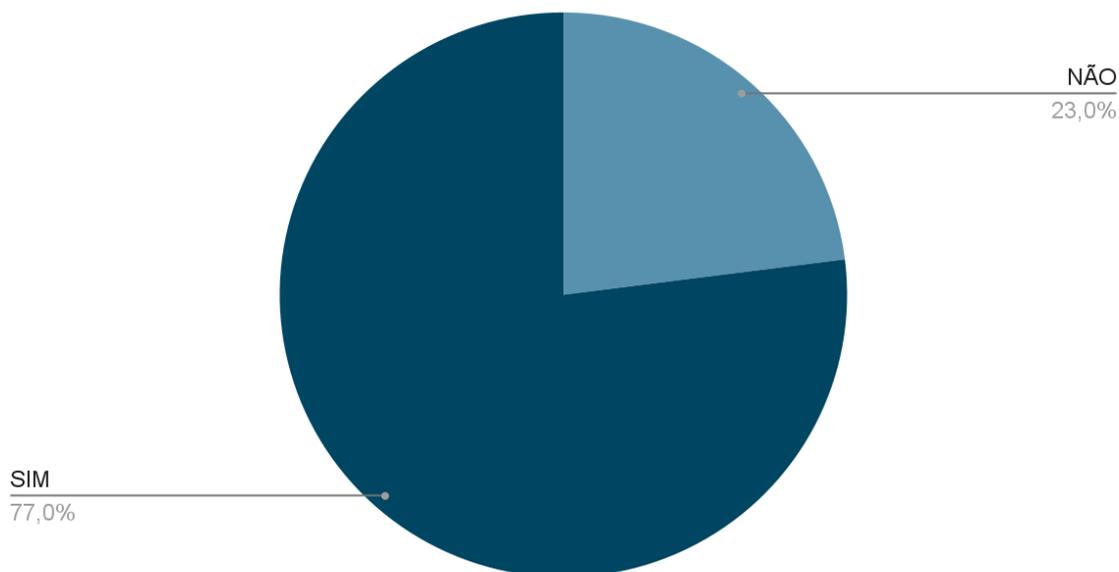


Gráfico 3 Produzido pelo autor

Como os professores abordaram o tema?

O professor Almeida abordou o tema sensível como tema transversal da disciplina de história, levantando questionamentos junto aos alunos a partir de uma série de reportagens sobre as queimadas do pantanal, além de ter passado uma pesquisa sobre esse tema. Já o professor Santana, em alguns momentos das aulas de história, abordou o tema ambiental de forma breve e objetiva.

A professora Oliveira afirma que incluiu esse tema durante as suas aulas, tentando a partir dessa abordagem conscientizar os alunos. Ela também se utilizou da vivência e dos fatos que ocorrem em nosso presente para mostrar os sinais e as consequências da falta de cuidado com o meio ambiente.

O professor Silva, por sua vez, apostou na metodologia da pesquisa. Durante essas aulas foram relacionados a questão ambiental ao Coronavírus, como essa pandemia tem relação das ações humanas no meio ambiente. Desse modo,

foi conversando durante a explanação sobre as políticas ambientais, as relações ambientais e a Rio 92.

Nas aulas do professor Cunha, ele partiu de duas premissas para desenvolver a sua narrativa de aula: primeiro partiu de uma problemática, o aumento das queimadas no ano de 2020 em praticamente todo o território brasileiro; segundo, partiu de uma perspectiva decolonial onde debateu com os alunos sobre os interesses políticos e econômicos por trás das queimadas, o processo de desmatamento e de apropriação de recursos naturais em terras brasileiras e como isso pode ser pensado como efeito de um projeto moderno/colonial.

O professor Bezerra, mesmo sendo docente de história, teve no período da pesquisa a sua lotação em outras disciplinas. No caso da disciplina de Geografia, o colega abordou debates sobre o tema. Nas aulas da professora Costa ela tentou ministrar o conteúdo da questão ambiental, contextualizando com as abordagens contemporâneas do tema, que envolvem os conceitos de sociedade, capitalismo e consumo. O professor Nunes, regionaliza o tema a partir das questões do município onde reside, como o debate sobre a preservação ambiental das lagoas e do rio Jaguaribe. O professor Sousa abordou o tema transversal ao de história⁴.

A professora Mota fez uma abordagem histórica específica a partir da aula temática: “A pandemia como fenômeno social”. Nessa abordagem, a professora debate as relações das sociedades capitalistas com o meio ambiente e como isso influencia o surgimento de pandemias e epidemias.

2.4 A QUESTÃO INDÍGENA

Dos professores pesquisados, a maioria abordou o tema sensível da questão indígena nas aulas de História durante a pandemia, conforme o gráfico abaixo:

⁴ Na educação brasileira, as disciplinas e/ou conteúdos transversais foram inicialmente preconizadas nas normas Curriculares Nacionais (PCN's), no ano de 1996, após a reestruturação do sistema de ensino. Atualmente com o novo ensino médio é implantado no currículo as denominadas disciplinas eletivas.

TEMAS DO TEMPO PRESENTE APRESENTADOS NAS AULAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA 6 TEMAS: INDÍGENA

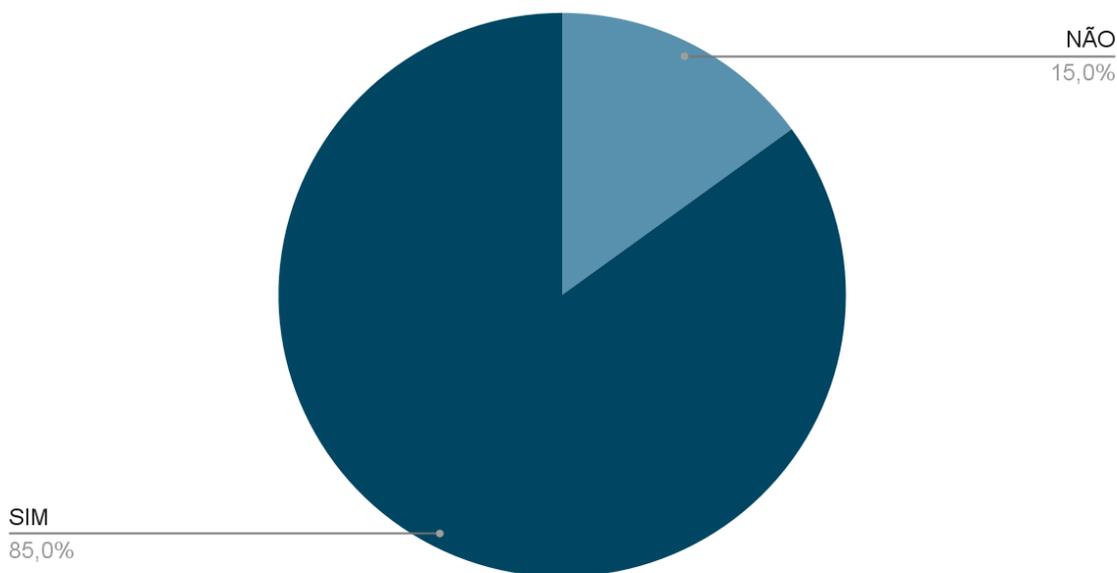


Gráfico 4. Produzido pelo autor

Como os professores abordaram o tema?

A questão indígena é abordada geralmente pelos professores quando são ministrados os conteúdos de história do Brasil, quando são recomendadas pelo currículo, ou quando são ministradas nas disciplinas eletivas. No caso do professor Nunes, este aborda a temática na disciplina eletiva que ele ministra, chamada de Memória e Cultura afro-brasileira, em uma escola de Ensino Médio Integral⁵. Nas aulas da professora Costa, ela relata que o conteúdo foi abordado em poucas aulas, pois precisava seguir com os conteúdos propostos pela escola.

Na contramão da burocratização do tema no conteúdo histórico, o professor Torres expôs uma teorização até na hora de trabalhar esse tema na sala, afirmando

⁵ A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, obriga as instituições de ensino fundamental e médio a estudar a história e a cultura indígena e afro-brasileira, hoje com o Novo Ensino Médio o Governo do Estado do Ceará cria um leque de disciplinas eletivas para as escolas da rede estadual escolher e ministrar.

que é importante falar da questão indígena sem a essencialização ou romantização da figura do índio. Existe a construção da figura do índio como uma pessoa que é isolada, que vive em preferência na Amazônia, sem nenhuma interação com a sociedade e com as tecnologias do mundo contemporâneo. Assim, o professor Torres, na sua narrativa de aula, localiza os indígenas a partir da menção dos Índios Cariri que existem e resistem no Poço dos Dantas na cidade do Crato.

O professor Cunha e o professor Silva produziram as suas aulas a partir dos textos do Ailton Krenak, a partir do pensamento ameríndio. Os docentes conseguiram perceber alternativas de sociabilidade de cosmovisão mediante a adversidade política, econômica e social durante a pandemia da Covid-19. Nas aulas de História, foi disponibilizado aos alunos, via aplicativo de mensagem, Google Meet, vídeos sobre a atuação do Krenak, desse modo para uma aula mais assertiva, os professores afirmam que leram o livro do autor para adaptar o conteúdo aos alunos.

A professora Oliveira também usou os vídeos de reportagem como recurso para debater o tema em sala de aula. O professor Santana na sua aula de história e a professora Muniz na sua de sociologia ministraram o conteúdo de forma breve, leve e objetiva com algumas reflexões sobre o tema.

O professor Almeida, em suas turmas do 7º ano do ensino fundamental, fez um paralelo do tema, problematizando a questão ambiental e o avanço do garimpo ilegal no Brasil com o conteúdo de primeiros habitantes do Brasil e as civilizações pré-colombianas.

2.5 A QUESTÃO RACIAL

Dos professores, a maioria abordou o tema sensível do racismo nas aulas de História durante a pandemia, conforme o gráfico abaixo:

TEMAS DO TEMPO PRESENTE APRESENTADOS NAS AULAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA 6 TEMAS: RACISMO

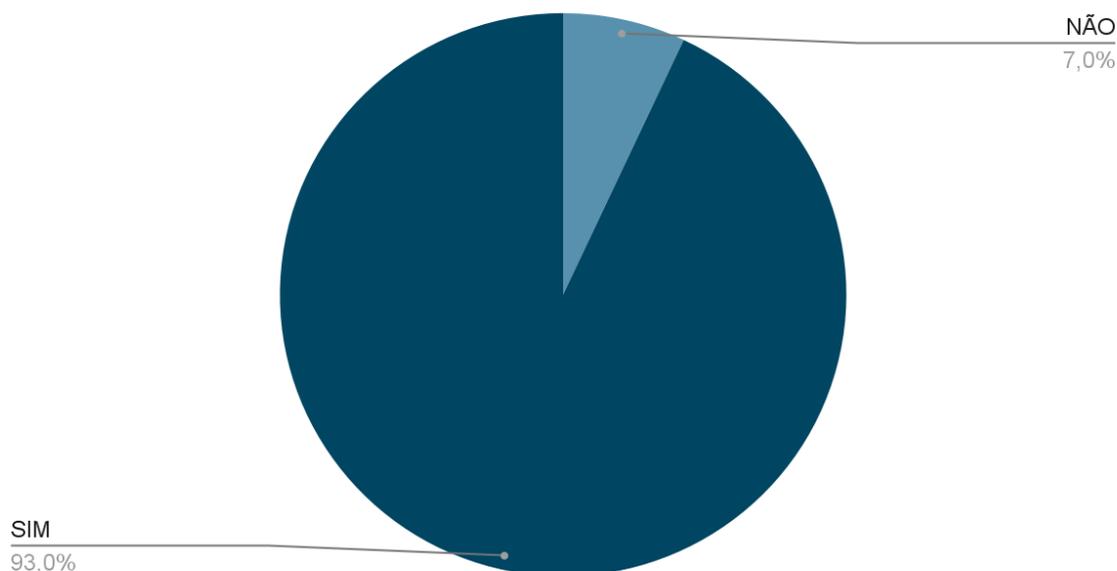


Gráfico 5. Produzido pelo autor

Como os professores abordaram o tema?

A professora Muniz afirma que na disciplina de história abordou levemente o tema, já que os professores muitas vezes ministram disciplinas que não tem formação, como filosofia e sociologia. A professora abordou o racismo, mas na disciplina de sociologia. A professora Fernandes, também afirma que abordou o tema, considerando que o fez de forma superficial a partir da leitura de um texto na sala de aula. Já para a professora Oliveira, o racismo é um dos temas mais abordados em suas aulas, mas até o momento do fechamento deste capítulo a professora não justificou a forma como ela trabalha o tema.

O professor Almeida relata uma atividade dos temas sensíveis que penso que seja um espaço mais confortável para os professores abordarem os temas, que são nos eventos temáticos promovidos pela escola. No caso em questão, a abordagem da temática do racismo foi abordada durante a semana de consciência negra, com a promoção de palestras que tratem das questões atuais até promovidas por esse governo, como a minimização do racismo estrutural e a

relativização da escravidão. O professor Santana afirma que também aborda a temática com mais espaço na semana de consciência negra, com a abordagem inclusive da negação do racismo no Brasil.

O professor Silva tentou realizar uma abordagem diferente das citadas acima. Durante a pandemia, o professor usou como recurso de comunicação a plataforma de rede social Whatsapp, fazendo com que seus alunos o estudo de “slides”, além da utilização de fonte literária para estudo que ajudou na realização de um jogo virtual.

O professor Cunha repetiu a experiência de usar o livro didático como espaço de debate e de questionamento por parte do aluno. Nessa nova abordagem, agora com o racismo, ele desenvolveu uma atividade onde os alunos analisaram o livro de história, observando como a história europeia, africana e ameríndia eram estruturadas no livro, e desse modo, a partir da análise dessa estrutura narrativa do livro didático, debateu os elementos do racismo no Brasil.

A professora Costa fez uso de aulas expositivas, dialogadas e com debates para abordagem do tema, além da utilização de filmes e documentários sobre a escravidão no Brasil. O professor Torres buscou desconstruir o mito da democracia racial, reforçando a importância da efetivação da lei 10.639/2003. O professor Nunes, abordou o tema nas aulas da disciplina de memória e cultura afro-brasileira e indígena. Nenhum dos colegas citados anteriormente descrevem com detalhes como se deu o processo de narrativa da aula.

Nas aulas sobre pandemia como fenômeno social, a professora Mota aborda o tema, além de ministrar as aulas que são sugeridas no currículo como o tema da desigualdade social. Já Souza debate o tema, ficando nessa aula o conteúdo de história do Brasil. Novamente sem relatos detalhados dos procedimentos narrativos da aula ensinada.

2.6 HOMOFOBIA

Dos professores pesquisados, a maioria abordou o tema sensível da homofobia nas aulas de História durante a pandemia, conforme o gráfico abaixo:

TEMAS DO TEMPO PRESENTE APRESENTADOS NAS AULAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA 6 TEMAS: HOMOFOBIA

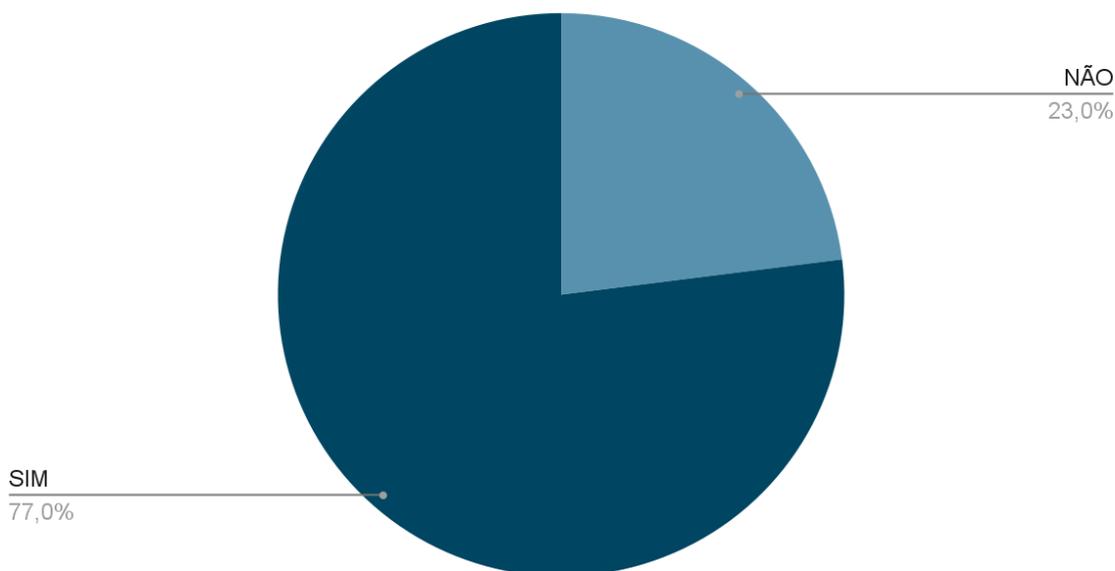


Gráfico 6 Produzido pelo autor

Como os professores abordaram o tema?

O professor Souza afirma que abordou sim o tema na sala de aula, mas não da forma objetiva e planejada que o tema precisa ser abordado. O professor Nunes também abordou, tanto na disciplina de história como na disciplina eletiva de direitos humanos e cidadania, mas não especificou como foi essa aula. O professor Bezerra abordou o tema, mas não na disciplina de história, e sim na de Atualidades, onde usou de textos, vídeos e proposição de debates. Ele percebeu que na sua abordagem os alunos aparecem ainda com posturas que são preconceituosas e cheias de tabu ao debater o tema.

O professor Torres, ao fazer o relato sobre a sua abordagem do tema, não especificou como aconteceu essa aula, mas descreveu como os meninos reagiram a sua abordagem. O professor Torres percebeu que teve uma resposta positiva, além de acreditar que essa geração seja melhor para trabalhar e conscientizar acerca da homofobia, mesmo acreditando que existe muita coisa ainda a ser feita.

Já a professora Lima relata que na abordagem desse tema não aconteceu apenas na aula de história, mas também conversas informais com os alunos.

O professor Cunha fez uso de uma abordagem diferente dos demais professores acima citados. Ele elaborou um trabalho com os alunos para analisar o livro didático e, a partir desse processo de análise do livro didático, trabalhou as seguintes problemáticas: 1. Quais partes do livro são reservadas para a população LGBTQIA+? 2. Existe um processo de apagamento desses sujeitos no livro abordado na escola? O professor utilizou de narrativa histórica e parte do princípio de perceber livro didático não apenas como um aparato de roteiro de aula, mas como um elemento de problematização da aula de história e documento de análise do aluno, em que O discente, nesse processo, é imbuído através de uma pergunta geradora ou problematização a pensar sobre esse livro didático. Essa metodologia, em um primeiro momento, poderia ser vista apenas como material de apoio à disciplina, mas a partir do uso que o professor Cunha concede ao livro, com base no seu relato, o livro didático torna-se essencial para a reflexão e mudança na visão de mundo do aluno, ao perceber que as minorias não estão representadas adequadamente no livro didático.

O professor Silva, através das aulas virtuais durante a pandemia, abordou o conteúdo nas suas aulas de história, falando sobre as relações de gênero, diversidade das relações e suas práticas. Oliveira sempre tenta abordar esse conteúdo nas suas aulas, e assim, sensibilizar os alunos. Assim como Santana, que tenta falar sobre essa questão através de debates e discussões. Já Muniz fez essa abordagem, mas não na aula de história, mas de formação cidadã e na de sociologia.

2.7 COMO OS TEMAS SENSÍVEIS FORAM ABORDADOS?

Todos os temas que propomos para análise dos professores de história foram abordados em sala de aula. Agora, como eles foram abordados? As propostas abaixo catalogadas podem ter acontecido na mesma aula de história. Geralmente a metodologia utilizada em sala de aula pelas professoras (es) pesquisadas (os), são os processos narrativos de historicizar e contextualizar o

conteúdo. Será que essa metodologia define o ensino de história? Quais são esses formatos identificados?

Identificamos o formato de debate, o qual pode acontecer de forma planejada, ou em formato de debate do tema sensível a partir da iniciativa dos alunos, através de uma aula dialogada ou de conversas informais durante a aula. Acreditamos que esse contexto que foge do planejamento da aula pode acontecer durante atividades individuais e coletivas, ou no chamado horário de estudo. Nesse contexto de aula, horário é flexível para que o aluno tenha a oportunidade de ter essa conversa informal com o professor de história ou até mesmo nos horários de intervalos. O outro formato para a abordagem do tema sensível é uma metodologia bem tradicional na escola brasileira, que é a aula expositiva. Identificamos que a abordagem do tema pode acontecer de duas formas, uma direta e indireta.

A forma direta acontece quando existe por parte do professor de história o planejamento do tema, onde são previstas as conexões com o tempo presente, utilizando o anacronismo controlado, uso de analogia, problematização do tema e criação de ligações narrativas com o presente. Como as questões locais da cidade, também com aulas temáticas com foco direto ao tema. Nesse caso, a oportunidade dessa abordagem acontece nas disciplinas ditas como eletivas que hoje no estado do Ceará são abordadas nas escolas regulares integrais e nas escolas regulares com o advento do Novo Ensino Médio. O professor pode ofertar uma disciplina que foque, se ele quiser, em um tema sensível. Em nosso relato, várias experiências de disciplinas eletivas em história foram citadas.

Identificamos a forma indireta de abordar o tema sensível a partir dos termos utilizados pelos entrevistados no ato de preencher os questionários. Os professores que assumiram que não planejaram diretamente uma aula do tema sensível, utilizou de termos como uma abordagem sutil, de forma indireta, breve, objetivamente e através de reflexões. Alguns professores abordaram o tema sensível de forma superficial ou criaram um debate transversal. Essas formas de abordagem demonstram do professor de história uma dificuldade de sair daquele formato que é forçado pelo espaço escolar, pelo currículo e pela rotina pedagógica. Em muitas ocasiões, o professor precisa lidar com diversas demandas além de dar

aula, e isso, em muitos casos, afeta o processo de planejamento do professor. Embora haja o medo de abordar questões polêmicas em sala, a abordagem dos temas sensíveis, mesmo que não seja feita de forma direta, a partir do planejamento, acontece nas fissuras das aulas. Desse modo, demonstra-se a dificuldade que os professores têm de abordar certos temas em profundidade com o aluno de forma que cause o efeito necessário na formação do aluno e da sua cidadania. Assim, os temas relevantes ao tempo presente resumem-se às pontuais falas dentro da aula de história.

Tivemos respostas que não têm detalhes metodológicos.

O outro processo importante é uso da metodologia de pesquisa na aula e a utilização do seminário.

Também como metodologia, foram citados os eventos temáticos ou semanas temáticas, que fogem do contexto da aula expositiva e criam uma oportunidade para trazer autores que abordam esse tema em outros espaços sociais.

Os recursos utilizados durante a aula citados nos questionários foram o uso de entrevistas, textos, vídeos, fontes literárias e livros didáticos. Percebemos que nas abordagens das aulas não existe uma diversidade de elementos didáticos utilizados na história ensinada nesse grupo de professores pesquisados.

2.8 MOTIVOS PARA NÃO ABORDAR OS TEMAS SENSÍVEIS

Como o professor de história, geralmente, ministra outras disciplinas, a abordagem dos temas foi feita nas disciplinas de história e filosofia. Os professores que não abordaram os temas sensíveis no ano de 2020 não tem a lotação em história. A abordagem foi feita apenas quando se estava na matriz curricular; quando não se encontrava, o professor optava por abordar superficialmente. Outros colegas não se lembram de terem abordado o assunto. Também foi relatado a dificuldade de abordar o conteúdo fora da visão ou atuação da secretaria de educação, no período da pandemia alguns gerenciamentos municipais

estabeleceram um currículo comum a ser seguido. Dessa forma, tirou-se oficialmente a autonomia do professor sobre o tema da aula, criando assim uma padronização do tema. Outros alegaram não abordar certos temas sensíveis pela falta de tempo e por conta da carga horária limitada.

2.9 CONTEMPLAÇÕES DA HISTÓRIA ENSINADA: TEMAS SENSÍVEIS

Mediante os relatos dos colegas professores, todos tentaram dar o seu melhor nas abordagens das temáticas, mesmo em um contexto de vivência em que a qualquer momento é necessário deixar o assunto de lado para parar algum conflito ou conversa que está acontecendo em sala de aula, visto que é essa, de fato, a essência do contexto de sala de aula, a qual pode parecer conflituosa em certos aspectos. A criação do professor e da turma é uma constituição de aula sempre em curso, em que permanentemente o objeto de estudo é transformado pelas próprias demandas e dinâmicas da escola. Além do próprio currículo, tem-se o encontro entre o professor de história e os demais professores da mesma disciplina e a confluência entre o professor de história e os alunos que geram esse processo de criar a aula de história (MATTOS, 2007). A aula de história é elaborada sempre no tempo presente, mas entendido não a partir do recorte temporal, mas do ponto de manifestação da interação e dos significados que aquela aula de história construirá sobre o passado. Essa visão do passado sempre tem como referência as demandas estimadas e urgentes dos professores, dos alunos, da comunidade escolar e da sociedade em torno (CARVALHO, 2021).

Desse modo, quando o professor de história problematiza um tema sensível, ele traz à tona várias manifestações desse tema na arena pública, que são discursos, relações e práticas que moldam os repertórios sociais compartilhados. Algumas formas de lembrar ou falar sobre o passado são memórias coletivas que estão em disputas, os professores estão então sujeitos a, em suas aulas de história, estarem no meio-campo da autoria da história ensinada (CARVALHO, 2021). Desse modo, conhecer a ciência que se ensina, inteirar-se dos processos metodológicos e entender os sujeitos (estudantes) a quem se

leciona são essenciais ao exercício da docência e à construção da história ensinada (COELHO, 2021).

Diversos sujeitos na cena pública, a partir do espaço midiático, produzem diversas narrativas acerca do período ditatorial do Brasil, e essa provocação vinda do presente se relaciona com embates políticos sociais que precisam ser problematizados em sala de aula. No sentido de reestruturar novas pautas e projetos para a democracia, que vive hoje em ataques constantes (CARVALHO, 2021). Precisamos, para isso, utilizar os documentos oficiais, que garantem o nosso direito de abordar o tema da Ditadura Militar no Brasil, mesmo que os documentos, como a Base Nacional Comum Curricular, não sejam incisivos na defesa da abordagem de aula, mas é o que se tem no momento. Portanto, esses documentos nos ajudam a nos defendermos da comunidade escolar em virtude do nosso direito de dar aula e ministrar aulas sobre os temas essenciais para o desenvolvimento dos nossos alunos, mesmo que esse tema seja, na atualidade, controverso para certos grupos (ALBERTI 2021).

No momento da aula sobre a temática do Regime Militar, o desafio que o(a) Professor(a) de História encontra hoje é uma censura prévia, como o governo Bolsonaro traz luz desse passado como referência de auge Nacional e tenta emular em seu governo que a solução ética e moral para o Brasil é a ocupação militar em todos os níveis da democracia, o professor de História através dos ataques sociais, do próprio presidente e dos defensores da “Escola sem Partido” e da construção pejorativa da ideia do professor de história ser considerado esquerdista, comunista, petista, desse modo, quando o professor de História ao abordar o tema da Ditadura Militar, é possível que se o aluno se identificar com esse discurso negacionista, ele irá negar totalmente ou parcialmente a abordagem do docente. Essa suposta tendência de certo alinhamento com pautas progressistas fosse um certificado de descrédito da competência do professor, onde ao falar sobre esse passado do Regime Militar e exibir as suas atrocidades, o docente está simultaneamente realizando críticas ao governo Bolsonaro, e não podemos fazer-lo, por que supostamente nosso discurso não tem peso, por sermos de “esquerda”. Então, ao abordar certos temas sensíveis socialmente, na construção da narrativa, é essencial que o professor fique atento aos sinais, para não parecer que a sua aula

é apenas uma fala militante, de denúncia ou um palestrante contra o governo Bolsonaro ou um defensor do governo Lula, claro que mesmo com todos esses “cuidados” se a turma for alinhada com as pautas bolsonarista o professor será mais ou cedo, ou mais tarde vítima de ataque. Assim, o professor de história fundamenta, ao produzir a narrativa da aula com o foco na historicidade do tema, sem sair do registro ético. Trazer, dessa forma, a metodologia do trabalho do historiador para dentro da sala de aula, para o alunos ser questionado sobre as suas construções de verdade, assim garantir um estudo efetivo, tentar fazer uso das ferramentas científicas com os alunos no desenvolvimento das atividades, e principalmente implementar o uso dos documentos históricos para criar, assim, conhecimento histórico (ALBERTI 2021).

O uso dos documentos históricos na sala de aula é uma forma que o professor de história pode encontrar para se proteger de possíveis ataques ou da negação que porventura venha a acontecer, por conta das narrativas da história ensinada proferida pelo docente que pode sofrer acusações de doutrinação ou ativismo por certo candidato.

A outra metodologia relatada pelos docentes pesquisados é a problemática histórica, com o uso de livros, filmes e com o processo de criar questionamentos. Criar desse modo o aprendizado da história a partir de problemas, de perguntas direcionadas a essas questões em sala de aula que pode ou não trazer resultados, mas se um momento para produzir ligações entre o conteúdo e o tempo presente. Uma problemática que pode resultar em diversas formas de trabalho. Nos relatos dos professores pesquisados, na temática do regime militar, não é explícito, o relato sobre os processos avaliativos aplicados. No contexto de uma proposta de aula tão rica de informações e de questionamentos que proporcionam uma aula dialogada, várias atividades podem ser desenvolvidas, desde a produção de seminários a apresentações teatrais, por exemplo. Então, o processo de problematizar e usar as fontes históricas durante a aula possibilita a produção do conhecimento, para que dessa forma o professor de história possa criar um ambiente ideal para o aluno produzir seu entendimento e constituir o saber histórico (ALBERTI 2021).

Além de ponderar se será importante relatar na sala de aula os registros de violência e tortura do regime militar, que é possível, como no caso dos meus alunos que são vítimas da violência policial do Raio, recém-chegada à cidade de Aurora. Pode-se normalizar a violência? Já normalizaram a ameaça, na semana passada (11/05/2022), quando foi registrado uma ocorrência de intimidação na sala em que sou Professor Diretor de Turma Um aluno ameaçou a colega de “dar um tiro no meio da sua testa”. Claro que é importante respeitar as vítimas do regime militar, claro que é essencial respeitar os alunos mediante à exibição da tortura (ALBERTI 2021). Nesse ponto, expor o conteúdo, vai normalizar ainda mais a violência física e verbal que já sofrem, ou ocorrerá a conscientização?

Claro que além dessa complexidade que é a realidade da escola, trabalhar com os documentos em sala de aula, proporciona não abordar um conhecimento histórico de forma rasa, e sim, trazer a possibilidade de construir uma compreensão histórica do período e explorar no processo da aula de história, a pluralidade, que é o passado, e promover um aprendizado efetivo, onde o aluno precisa reorganizar e reordenar o que já sabe para edificar novas categorias e entendimentos acerca deste conteúdo. É um exercício importante para a abordagem da Ditadura Militar no Brasil, já que esse passado é utilizado simbolicamente por vários grupos hoje, como bandeira e ideal político (ALBERTI 2021).

Além do tema da Ditadura Militar no Brasil, as outras temáticas apresentadas aos professores, tais como questão ambiental, indígena, racismo e homofobia, podem ser classificadas dentro de um guarda-chuva conceitual, onde o professor pode abordar esses temas separadamente ou dialogado com as diversas manifestações da realidade, que compreendemos como a desigualdade. Os temas sensíveis que foram abordados pelos professores pesquisados são acompanhados por essa face da desigualdade. A desigualdade que se manifesta na violência urbana, policial e de gênero surge com as desqualificações a outras culturas, estratégias autoritárias, a valorização de posturas antidemocráticas, a criminalização das culturas. Que fortalece a construção de poderes abusivos e assimétricos que usam do dinheiro, do classicismo para manter e aprofundar as mazelas da sociedade (SEFFNER, 2021).

Como afirma Seffner (2021), a desigualdade é uma questão essencial para o ensino de história, uma questão significativa no Ensino de História. De todas as urgências que o tempo presente impõe à escola, são as situações e fatos históricos que produzem as desigualdades sociais no contemporâneo. Além do mais, o público da escola pública não é apenas leitor dessa história de exclusão, mas sente na pele diariamente as manifestações do racismo, da homofobia e do preconceito em geral. As situações que se apresentam, as desigualdades tanto no conteúdo da história ensinada, como se apresenta no dia a dia do aluno, é a desigualdade econômica, que hoje se exhibe cruelmente através da inflação alta e do desemprego. Além de se desdobrar em outros aspectos, através do racismo estrutural, ambiental e da homofobia.

No mês de maio (2022), por conta do novo material de história do Novo Ensino Médio, com o livro compartilhado com outras disciplinas, abordei o tema dos quantitativos dos números frios e os índices de medição do desenvolvimento humano e da miséria do mundo. A aula foi orientada a partir do processo de colonização e esse procedimento de aula aconteceu nas turmas do 1.º ano do ensino médio. Nessa abordagem, organizei o seminário e a leitura de um texto extra; nos seminários abordamos o processo de colonização portuguesa, espanhola e americana, dividindo o conteúdo entre as nove equipes do 1.º ano de Desenvolvimento de Sistemas e Administração.

No texto extra entregue aos alunos abordei a relação dos índices de desigualdades com o nosso passado como colônia. O objetivo dessa proposta de aula era que o aluno pudesse compreender que certas questões do nosso presente são herdadas desse passado colonial.

No momento de dialogar com o texto, falar sobre o processo de pobreza, da realidade do abandono escolar e do impacto da inflação nas famílias mais pobres, percebeu-se que para alguns alunos isso não é uma vivência distante, sendo, na verdade, uma rotina. A dificuldade para se alimentar, a restrição da compra de certos produtos para poder economizar e, o que foi similar em todos os casos relatados pelos alunos, a mudança do cozimento dos alimentos do fogão a gás para retornar a utilizar o fogão a lenha. Os alunos relataram que já possuíam o fogão a lenha, mas tinha sido aposentado por ter um preço do gás favorável; agora,

com o custo caro, as famílias voltaram a cozinhar com a madeira retirada das matas próximas a suas residências.

Uma realidade que vem acompanhada da violência e de conflitualidades que surge contra a natureza, contra o indígena, contra os negros e a comunidade LGBTQIA+. Esse cenário da desigualdade e da violência estudada, mas que faz parte da rotina do aluno, estimula o professor a verificar as pertinências dessa realidade e servir como ponto de partida para o estudo de temas sensíveis na sala de aula (SEFFNER, 2021). Nesse ponto, quando dialogados com o texto, com a realidade dos alunos, conseguiu-se, desse modo, não apenas criar uma ligação do conteúdo com a vida do aluno, mas problematizar a própria rotina dos estudantes, incentivando a sensibilidade, a visão de desnaturalizar as desigualdades. Desta forma, compreendê-lo dentro de um contexto histórico e social, que é a sua realidade, também faz parte das aulas de História.

Além dos elementos metodológicos de abordagem já citados, como a problematização dos conteúdos em sala de aula, outro elemento importante para a abordagem de temas sensíveis, é o processo de escuta da realidade, de ter sensibilidade, de perceber as violências que estão em torno dos alunos, as formas como elas se manifestam e as consequências que elas acarretam. Então, com sensibilidade de escuta, podemos, quanto professores, não naturalizar a violência, a pobreza e a situação vivida.

Nesse ponto, esta semana (entre os dias 23 e 24 de maio de 2022) ocorreu uma situação que na escola que leciono, me senti motivado a problematizar a situação. Uma aluna do primeiro ano teve um vídeo íntimo seu vazado pelo companheiro, e essa situação de "viralizar" o vídeo causou um incômodo muito grande na escola, com os alunos comentando. Com base nesta problemática e dos comentários e piadas durante a aula, puxei o assunto e ouvi os alunos querendo justificar a prática.

A partir das falas dos alunos, problematizei três questões que avaliei, naquele momento, serem importantes: primeiro o aspecto histórico onde a mulher é colocada em um contexto vexatório, da perda da honra e ser vítima de uma humilhação pública. O agressor é alçado a herói ou não tem a mesma exposição, ou proporção de humilhação que seja proporcional à vítima.; segundo, i o debate

acerca da possibilidade da escola, a partir do seu público de aluno, não criamos um contexto de um ambiente que seja tóxico para certos grupos. Que o espaço escolar seja acolhedor para a diversidade, e nessa hora precisamos não criar uma situação de humilhação a jovem, mas de acolhimento; terceiro, a questão prática do crime cometido pelos alunos da escola, tanto da maioria quanto da minoria de compartilhar conteúdo de uma criança ou adolescente na situação que ela se encontrava. Nesse contexto, o processo de problematização se fez necessária para que, pelo menos eu como professor de história, tivesse o compromisso ético de conversar com os alunos, não na forma de fofoca, mas de não tomar aquilo como natural.

A sensação de inércia que sentimos em casos como esse da minha aluna, demonstra a relação da sociedade e da escola mediante o tema da desigualdade, em uma sociedade que produz as situações de alta desigualdades e entra na escola causando modos particulares de desigualdades. Quando uma escola tem a sua comunidade fazendo piadas com o vazamento ilegal de um vídeo íntimo, essa postura de manada expõe a violência de gênero aplicada ao corpo feminino, onde o espaço escolar, não consegue, ou não se dispõe a debater, nem combater (SEFFNER, 2021).

Com os relatos de experiências das aulas, expostas neste capítulo, e no nosso produto (ver capítulo 3), entendemos que o cotidiano escolar, é uma modalidade da vida no espaço público, com dinâmicas próprias. A vida pós-pandemia e retorno ao espaço escolar mostrou à comunidade escolar que os nossos desafios como professores de história vão além apenas de dar conta da defasagem do conteúdo. Situações externas à escola, como alunos meus que foram presos por tráfico de drogas, que são abordados pelo policiamento do raio, por questões que brigas e acontecimentos transporte escolar, ou até a comparação com outra escola da alimentação que é servida, de manifestações nas redes sociais sobre o cotidiano da escola, produzem efeitos dentro da sala de aula e fora dela.

Então, a vivência do cotidiano escolar é um motivador de problematizações e ter a sua possibilidade de caráter emancipatório e ampliador de horizonte proporcionado pelas narrativas da história ensinada, dialogados com os temas sensíveis (SEFFNER, 2021).

A escola é um ambiente de diversidade, como tal, as desigualdades, o racismo, a homofobia, a violência também se encontram. Desse modo, a forma de pensar historicamente pode auxiliar o espaço escolar a ser um lugar de conciliação, em que essa riqueza da diversidade, das contradições, torna-se uma negociação do cotidiano de eternas divergências. Com o ensino de história e a problematização de nossa prática social podemos construir acordos e conciliações, desse modo enfrentar a desigualdade que se encontra em nossa escola, e, quem sabe, reduzir as desigualdades exteriores a ela.

O cotidiano escolar não é lugar de simples reprodução dos rituais da sociedade, mas de verdadeira criação de modos de vida. Todos nós somos profundamente marcados pelas memórias das experiências escolares, onde se produzem muitas vezes os primeiros namoros e de onde se geram amizades para toda a vida. A vida no cotidiano escolar é marcada por um movimento de negociação que implica reelaboração de posições pessoais – trazidas da pertença familiar, da pertença religiosa e da pertença a culturas juvenis específicas. A definição de temas sensíveis aparece ligada a esses contextos de negociação entre pontos de vista e reelaboração de regras sociais por vezes percebidas, até aquele momento, como imutáveis ou eternas pelas crianças e pelos jovens, quando não pelos próprios docentes. (SEFFNER, 2021)

As questões das desigualdades são anteriores à pandemia, mas o seu aprofundamento e como ela se reflete em vários setores da sociedade, como no caso da escola e no ensino de história, tem relação entre si. Como afirma Seffner (2021), há dois elementos: a vida na pandemia e na pós-pandemia; ambas tornam-se marcadas por um elemento do passado nacional: forte desigualdade, e isso se reflete no estabelecimento da não resposta adequada para minimizar os efeitos da pandemia; O uso da pandemia para desestruturar a democracia e a nossa noção mínima de diálogo, não afirmando que antes era boa, mas não tínhamos um extremismo, um incentivo à discordância e à violência, onde não conseguimos nem escutar o outro. Nesse ponto, esses elementos também se enquadram no espaço escolar, refletindo a forma como os professores de história precisam, através do ensino, se posicionarem.

Outros contextos que precisamos enfrentar ao abordar temas sensíveis são os movimentos de perfil conservador, como o movimento “ideologia de gênero” e o movimento “Escola sem Partido”. Essas ideias geram dentro do espaço escolar tensões entre os supostos valores das famílias e os princípios da escola. Na escola

em que trabalho atualmente tenho dois colegas que se afirmam conservadores, um dos professores, e é até eleitor do Presidente Bolsonaro. Perante momentos na sala dos professores, os colegas falam as posturas que defendem, como não concordam com o estado impor como eles devem viver, e que a escola não deve interferir nos valores das famílias. Até temos a entrada dentro da escola de grupos religiosos que têm um discurso moralista aliado à extrema-direita.

Assim sendo, esse conflito hoje que enfrentamos dentro do espaço escolar, não é representado apenas pelos valores da escola e da família. Temos o elemento dos valores dos professores que agora no momento que vivemos não tem mais a vergonha de falar certos discursos que são contra à própria função de educar para a cidadania e a democracia.

Por consequência desses movimentos políticos que negam a autoridade do professor e o acusa de doutrinador, ministrar as aulas de história se encontra cada dia mais como uma disputa da fonte de autoridade, de um lado o acesso às informações em larga escala que os alunos hoje têm acesso, possibilitando uma variedade de informações, mas pela falta de seletividade da fonte de estudo, pela tendência que temos em acreditar apenas naquilo que vai confirmar a nossa ideia, toda a informação que é recebida pelo aluno é vista hoje com desconfiança, até a informação proferida pelo professor de história.

Dessa maneira, se faz essencial que o professor de história tenha um preparo melhor, tanto teórico, ético, como metodológico de suas abordagens de aulas. Para que esse processo de alargamento de horizonte conceitual de base científica do aluno, de compreensão de mundo e de ideias políticas não se torne uma disputa literal de autoridade. E que o professor de história, ao ministrar as suas aulas, não seja acusado de doutrinação pela família do aluno, grupos políticos ou sociedade (SEFFNER).

A compreensão dos temas sensíveis na história ensinada implica que essa conexão com os conteúdos curriculares em história tenha estratégias próprias, desenvolvidas pelos docentes através da sua leitura de mundo e das demandas que o próprio espaço escolar o proporciona. Então esse processo de elaborar um conhecimento específico para cada aula de história tem sua similaridade com a

prática do historiador na construção de sua pesquisa, para desenvolver esse saber, se faz essencial as conexões, as generalizações e as interpretações variáveis.

Dessa forma, o professor de história, além de ter os textos que o auxiliam a dialogar, tem a contribuição dos alunos, com cada pergunta, cada questionamento. Concebe reflexões novas, que são geradas, são criadas conexões. Além de conhecimentos sobre o presente e o passado que proporcionam não apenas a aprendizagem por parte do aluno, mas também pelo professor de história que inclui aquele debate ao repertório para os próximos momentos de ensinar história, assim, valorizando os saberes em diálogo (MOREIRA; SOUSA; DUARTE, 2021).

Com a abordagem dos temas sensíveis, podemos, quanto professores de história, criar espaços em nossas aulas para originar sentidos em direção à democracia, fazendo com que a partir da crítica, do pensar, o professor seja mediador do saber e assim produza conjuntos de conhecimentos e experiências que possam ir além das notas. Devemos criticar o passado e os conflitos e compreender a vida em democracia (CARVALHO, 2021). Que é uma vivência que a sociedade não naturaliza a violência, não ache normal uma pessoa morrer de frio, que não se normalize a humilhação, a perseguição entre colegas da mesma sala de aula, da mesma escola, incentivando, desse modo, a possibilidade de convivência entre os diferentes.

Nesse contexto, a escola enfrenta um grande desafio, a criação de espaços para a convivência e respeito às diversidades. Estamos há dois anos com o aluno em casa em ensino remoto, vivenciando a escola da forma que ele acha melhor, assistindo a aula, fazendo a atividade no tempo que ele julgava melhor. Agora, no caso da escola em que trabalho, o aluno precisa passar nove aulas do dia, tem horário para tudo, merenda, almoço e não pode simplesmente sair da sala para assistir a aula. Então, diariamente como já relatamos, sendo ponto de debate no capítulo 3, a sensação que tenho é que passamos mais tempo gerenciando essas resistências à disciplina do que realmente ministrando a aula de história. Nesse ponto de normalização das práticas, atuo em duas frentes.

A primeira, a partir dos instrumentos legais da escola para punição, o registro de ocorrências e intervenção; os dois documentos são burocráticos e têm

a função de criar um histórico do aluno nas suas posturas avaliadas pelo sistema escolar como inadequadas. Percebo que alguns colegas banalizam o registro, colocando “qualquer coisa” e de outro lado não registra ocorrências; no meu caso tento registrar situações que com diálogo não consegui resolver, temos a cautela de não usar a ocorrência como primeiro recurso.

Segundo, utilizo, para tentar conversar com os alunos sobre as práticas das indisciplinas, a problematização da aula de história, mesmo que o tema tenha ou não relação com o assunto, da mesma forma utilizamos da metodologia do relato de fatos para desse modo chegar a uma conclusão. O mais importante é ouvir o aluno. Na escuta desse aluno em sala de aula, ele expõe a sua visão de mundo sobre as relações que são construídas em sala de aula e, desse modo, problematizar essas falas para tentar perceber a realidade de outra forma. Tento diariamente, não apenas trabalhar os temas sensíveis que percebo que seja importante, mas tentar que a conversa promova reflexão e uma convivência que respeite as diferenças e as multiplicidades das existências.

Desse modo, penso que, por estar cursando o mestrado e abordando esse tema na dissertação, posso refletir sobre a minha prática e, de certo modo, existe uma troca entre o espaço escolar, as reflexões do ensino de história e os temas sensíveis. Entendo que não parte simplesmente no relato de certo tema em sala de aula, ou comentários pontuais como relatados pelos professores, pesquisador, mas que vai também na problematização do tema, e pela atuação do professor de história como agente público dentro e fora da escola.

3. “PODCAST: ENSINO DE HISTÓRIA, TEMAS SENSÍVEIS E O TEMPO PRESENTE”

Na primeira versão do projeto da dissertação, desejamos produzir um “podcast” como produto, mas a ideia também variou na produção do desenvolvido de um vídeo documental. Com o tempo, analisamos os custos e a logística disponíveis para a execução, além das mudanças na própria rotina do pesquisador. Por conta da aprovação no concurso de professor efetivo do Estado do Ceará e a convocação no ano de 2021, bem como as mudanças de cidade, de rotina que essa nova empreitada revelou, executar a ideia do vídeo ficava a cada dia mais complicado. Desse modo, retomamos para a produção do “podcast”, que no contexto se apresenta e é um produto de logística de execução simplificada com um potencial impressionante de consumo, de alcance e de público.

Alcance esse que tem potencial por conta das mudanças na forma de consumir e produzir os programas na e para a internet. O modo como produzimos e consumimos os conteúdos culturais mudou nos últimos anos, e a cada dia, com as produções em meios digitais, não tradicionais, como assistir a programas de “podcasts” e “youtubers” na tela do celular, “tablet” e na tv., isso não é mais uma novidade. Essa integração de tecnologias transformou a nossa forma de consumir, assistir e se relacionar. A produção desses conteúdos ficou democratizada, com poucos recursos, e qualquer pessoa, com disponibilidade e uma ideia, pode produzir conteúdo e distribuir nas redes de agregadores.

O “podcast” é um desses produtos culturais democratizados, é um arquivo de áudio, uma gravação digital, gratuita, disponibilizada através dos agregadores de “streaming” para reproduzir no próprio tocador ou realizar o “download” para a reprodução “off line”, objetivando criar um ambiente de massivas informações com transmissão pública. O desenvolvimento do “podcast” está relacionado quando Adam Curry da MTV e Dave Winer programador criaram um programa de rádio que permitia ser descarregado nos Ipod, um dispositivo de áudio e vídeo. A forma de consumir os “podcast” era acessando “blogs” dos programas e baixando o áudio; com o tempo, houve a evolução para os agregadores de “podcast”, que disponibilizam para baixar e ainda avisam ao usuário quando tem novos episódios.

Então, o “podcast” tem um grande poder de alcance, além de ser um produto barato de se produzir, com o tempo, organicamente pode agregar um bom público ouvinte.

A grande vantagem do podcast é o seu poder de alcance. O podcast é um produto barato e que pode impactar milhares de ouvintes. Para expandir seu alcance, é necessário que as pessoas assinem seu feed e é nesse ponto que entra o pulo do gato: podcasters compartilham de estratégias para ampliar o alcance e crescimento dos programas e sua expansão para um público maior através das trocas de influência, compartilhamentos e apadrinhamentos (BONASSOLI, 2014).

O formato de produção do “podcast” firmou-se no Brasil e conta agora com uma diversidade de programas e versões que são também distribuídas, além dos agregadores de “podcast” tradicionais, nas plataformas de vídeo como o Youtube e na Twitch. Desse modo, surgem variações do mesmo produto, em áudio e vídeo, e a possibilidade de assistir ao vivo. Na pandemia, o formato popularizou-se por conta da característica própria do “podcast”, que permite ao usuário liberdade ao escolher o produto que quer ouvir, além de promover uma interação maior entre ouvinte e produtores. Nesse sentido, além dos grandes “podcasts” das plataformas, temos experiências dos professores que começaram a gravar e distribuir suas aulas em “podcast” por conta da facilidade de criação e distribuição “online”.

Temos diversas experiências de “podcast” voltados para o conteúdo da História ensinada e resumos dos conteúdos, como o “História FM⁶”, “História em Meia Hora⁷”, “História pros brother⁸”, “História Online⁹”, “História Preta¹⁰”, “Café

⁶ <https://open.spotify.com/show/4d1lnERMnFpGTdJiu403pg>

⁷ <https://open.spotify.com/show/6uscSyqp0q7Cb0uoEujgL8>

⁸ <https://open.spotify.com/show/04a8C8gXTLj68lmZiQD8vm>

⁹ <https://open.spotify.com/show/1acvHDbNbnK40fFmCS49g>

¹⁰ <https://open.spotify.com/show/0gkJ4Wy8wXJkJc2IZVfLyx>

com História¹¹”, “História Pirata¹²”, “História no Cast¹³”, “Pod-questionar História¹⁴”, o “História e Sociedade¹⁵”, o “Fronteiras no Tempo¹⁶”, “Me conta essa História Podcast¹⁷”, “História Presente¹⁸” (LPPE — UERJ) e outras inúmeras iniciativas.

Este capítulo discutirá os temas debatidos no desenvolvimento do nosso produto. Produzimos uma série de podcast, intitulado “Podcast: Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo Presente”, o programa está organizado em três episódios, encontra-se disponível no Spotify¹⁹ e em página própria²⁰.

O formato empregado no nosso podcast é o programa temático de entrevista, não roteirizado, com convidados docentes, como a professora Eliana Pinheiro Muniz e os professores, Daniel de Araújo Nunes e o Fernando Feitosa de Almeida, todos mestrados na turma de 2020 do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, da Universidade Regional do Cariri — URCA. Com as perguntas encabeçando cada bloco do podcast, proporcionamos um ambiente para que o diálogo fluísse entre os professores convidados; a ideia inicial era deixar o mais informal possível, mas com todo o peso que o tema proporciona ao debate.

Cada episódio aborda um tema específico a partir de uma pergunta motivadora. Toda a conversa gravada, cada programa, são compostos com o áudio editado por material musical disponível na biblioteca de áudios do Youtube, música de abertura, de cortes e de encerramento. Gravamos o “podcast” no “Google meet”, utilizando os microfones dos participantes da videoconferência, salvamos a

¹¹ <https://open.spotify.com/show/47rR55OzudcltYVILwOF5q>

¹² <https://open.spotify.com/show/2G6ahjQVUjZod8LsfPYVRq>

¹³ <https://open.spotify.com/show/3IRM9QTViqng5MxJNlb2rS>

¹⁴ <https://open.spotify.com/show/2b82UDSyCVuipuK42fhjcS>

¹⁵ <https://open.spotify.com/show/32diBJaQXbkBmRY8zjH82n>

¹⁶ <https://open.spotify.com/show/7aTAzC7gfRfHfEp9o6XSHz>

¹⁷ <https://open.spotify.com/show/0FHocfYQhDdA1OQiHd7Et9>

¹⁸ <https://open.spotify.com/show/7CnCBhzlOE35bOb4YX2Xc3>

¹⁹ <https://open.spotify.com/show/623eNg62G1tSAvTL6vzQw2>

²⁰ <https://anchor.fm/joo-paulo-flores-torres>

gravação em formato de vídeo mp4, posteriormente foi convertido em arquivo de áudio. O áudio completo foi editado no aplicativo “Audacity”.

Com os programas editados, era o momento de publicar os episódios nos agregadores de “podcast”. Nesse caso, usamos o agregador “Anchor”, sítio “web” e aplicativo pertencente ao grupo “Spotify”. Com estrutura simples para publicar, editar e distribuir o produto, a divulgação do podcast acontece por meio das redes sociais como o Instagram e em grupos de “Whatsapp”.

Pensamos no programa como um ponto de partida e de chegada, um espaço importante para o desenvolvimento da formação de professores de história, que se combina com outros espaços para ampliar as possibilidades de aprendizagens (MORAN, 2004). Foi um momento da construção do conhecimento histórico e do ensino de história, que se dá de diversas formas, de linguagens simultâneas, onde acontece de forma aberta, integrada e multissensorial.

O nosso produto trata-se de uma iniciativa de promover uma contribuição à formação dos professores de história na abordagem dos temas sensíveis nas suas respectivas turmas. As falas dos convidados são uma síntese do período que vivemos na pandemia, abordando os desafios do retorno das aulas presenciais.

Discutimos nos programas os temas sensíveis na disciplina de história e o processo de cuidado e autocensura na abordagem das aulas, com o receio de ser vítima de perseguição e da relação do professor de história com o negacionismo em sala de aula.

O episódio #1, de 43 minutos, tem a seguinte problemática: “Quais os desafios e os processos ao planejar as aulas que envolve os temas sensíveis e o tempo presente?”. O episódio #2, de 33 minutos, a pergunta norteadora era: “Quando você escolher abordar certo tema, há um processo de auto censura ou de preocupação acerca da recepção daquela discussão em sala de aula?”. No episódio #3, de 27 minutos, o foco foi em “Como o professor consegue se preparar para possíveis falas dos alunos que negam ou não concordam com a narrativa abordada durante a aula? O que fazer quando existe esse tipo de questionamento negacionista?”.

Foi um momento importante dentro de nossa trajetória do mestrado, da mobilização dos nossos saberes, compartilhamos as nossas experiências para além do espaço formal de ensino, um universo de produção de narrativas históricas originais protagonizadas por professores. Cada relato de experiência reproduzido é único e soma às demais experiências dos outros convidados, tanto minha, como mediador e dos ouvintes, quanto de cada professor/historiador que tem na sua vida, um lugar privado a partir do qual percebe o mundo. Esse processo de compartilhar essas práticas e até ter situações comparáveis entre as realidades, nos fez chegar a uma interpretação histórica desse nosso tempo: cada um, à sua maneira, vive e existe no mundo e pensa, produz as suas aulas de história (HOBBSAWM, 1995).

Nesse processo de ministrar e debater os temas sensíveis durante a pandemia, discute-se não apenas o ensino de história na sala de aula, mas também como ser um professor de história em um ambiente escolar cada dia mais desafiador, conservador.

Primeiramente, cabe destacar que em conjunto com os licenciandos definimos o entendimento sobre o que são “temas sensíveis”. Em nossas conversas, tema sensível é aquele que, apesar de constar no conteúdo curricular de História, desperta desconforto, insegurança e por vezes medo nos futuros docentes, tendo em vista os ataques e desqualificações feitas aos professores [...] (PASSOS; ALMEIDA 2020)

Sem preparo algum, quando entramos no ensino remoto, na pandemia, atuamos num contexto atípico, nunca antes trabalhado; agora, voltamos às aulas presenciais sem organização, sem discussão sobre a escola que iríamos encontrar e quais as condições a serem enfrentadas diariamente como consequência desse novo público de aluno, de colegas professores. Essas pessoas há pouco tempo estavam isoladas em suas casas ministrando e assistindo aulas no formato remoto.

Desse modo, as experiências relatadas no programa é um passado atual, onde através das perguntas motivadoras e do próprio diálogo entres os atores que abordaram os acontecimentos que viveram durante a pandemia e vivem nesse processo de retorno às aulas presenciais foram incorporados e podem ser lembrados. Os relatos da experiência dos professores de história convidados são elaborações racionais, que preservam e envolvem não apenas a sua história,

mas a dos seus pares e dos processos de reflexão para as suas respectivas produções de mestrado (KOSELLECK, 2006).

A produção de um produto de dissertação em meio digital, como o caso do nosso podcast, gera duas questões importantes no sentido da produção historiográfica em rede, a primeira que o arquivo de áudio disponibilizado é suscetível a mudanças futuras e distorções feitas por terceiros. Simultaneamente amplia os ouvintes e leitores do tema que abordamos na dissertação, possibilitando também seu aspecto de registro de memória, das vivências e experiências docentes dos professores de história participantes.

As questões levantadas no programa produzido são relacionadas ao presente, do período pandêmico de 2020, da COVID-19 até o momento da gravação. A história ou os relatos de práticas de professores de história estão ligados à necessidade de se debater as questões relacionadas ao tempo presente, em um espaço onde o nosso objeto é o passado, mas é essencial a busca do professor na construção de sua narrativa. Busca-se realizar um alinhamento dos assuntos que afligem os professores, os alunos, a escola e a comunidade como um todo para que aquele conhecimento produzido no diálogo tenha um encontro com os saberes e as demandas diárias dos nossos alunos.

Busca-se também um diálogo com o conhecimento historicamente construído, não para servir apenas como conteúdo de aprovação em vestibulares, dos conhecimentos para gabaritar uma prova e passar de ano, mas também para que as possibilidades de reflexões e problematizações façam parte do processo de aprender a história contada nos livros e exercitar a sua própria história, que o aluno perceba essas ferramentas e a complexidade da nossa sociedade.

Organizamos o debate produzido no podcast nesse capítulo em quatro tópicos para análise: “Relação, professor de história/discente”, “Relação, professor de história/professor”, “Relatos de aulas/experiências em sala” e “O ensino de História, o conservadorismo e o negacionismo”.

3.1 RELAÇÃO, PROFESSOR DE HISTÓRIA/DISCENTE

O desafio de construir hoje as aulas de história, nesse retorno presencial, após dois anos de aulas remotas na ainda presente pandemia da COVID-19, passa

não apenas pelo processo de planejamento da aula, mas também através da criação de um elo de convivência dos alunos no espaço escolar.

A sensação quando a gente conversa com outros educadores, como na rede pública, privada, estadual, a gente percebe, por exemplo, voltando agora para o retorno, percebe que, as práticas, do estar em sala, do estar presencial, foram pouquinho perdida, pelos nossos discentes, o aluno, é como se, o tempo remoto, tivesse tirando, essa, essa, essa prática de dividir o mesmo oxigênio com o colega na mesma sala [...] [...] de bairro de periferia, raramente eles ficavam até o final da 5ª aula, aquela inquietude, a volta ao presencial, dividir o mesmo oxigênio, na sala com outros colegas, foi impossivelmente, impossível, eles já querem brigar, por qualquer ... se respira diferente, já é motivo de briga, a indisciplina tá muito alta [...] (EPISÓDIO #1, 2022)

Como afirma a professora Eliana, hoje vivemos uma realidade escolar que proporciona até uma “dificuldade de dividir o mesmo ar” (EPISÓDIO #1, 2022). Compartilho as dificuldades dos meus colegas com os alunos nessa relação da convivência, diariamente precisamos respirar fundo para não assimilar, os xingamentos, a falta de paciência, a desobediência às regras da escola. Constantemente, na vivência com os alunos, no meu caso, por trabalhar em uma escola profissional, torna-se mais delicada essa experiência, pela convivência de 10 horas diárias no mesmo espaço. Desse modo, como sair de um contexto de idealização do aluno perfeito e perceber esse estudante que há pouco tempo foi abandonado pelo sistema de ensino? Como criar um planejamento, onde geralmente toda ideia geral é rejeitada pela sala, por falta de disposição da turma?

O entrevistado Daniel, professor e coordenador da área de humanas, leciona em uma escola de ensino integral da rede Estadual do Ceará e percebe que vivemos num contexto de transição, que vai desde o momento da retomada das aulas presenciais, que deram no 4.º trimestre do ano passado com aulas em formato híbrido, e às aulas acontecendo totalmente presencial.

Vivemos um processo de aulas presenciais antes da pandemia, experimentamos as aulas remotas e agora estamos no formato presencial de novo. Daniel afirma que estamos em uma fase de transição e hoje é como se os professores tivessem (re)iniciado a forma de ministrar as suas aulas. Similar ao que relatou a professora Eliana, o professor Daniel confirma que também, em sua

realidade escolar, uma das questões pertinentes nesse retorno é que a escola retorna com conflitos. Primeiro porque a escola, na realidade do professor, não é a primeira opção dos alunos, e na primeira oportunidade conseguem transferência, e os docentes, colegas do professor, avaliam esse alunado como difícil.

[...] a gente tem lidado muito com conflitos, eu mudei de escola o ano passado, eu vinha de uma realidade que eu tinha um público mais tranquilo, era a realidade de escola profissional, passei seis anos trabalhando em escola profissional, e quando eu assumir o concurso, eu assumir em uma EMTI, aqui da cidade do Iguatu, e essa EMTI atende um público variado, misto, acaba que também é o público que não conseguiu entrar nas outras escolas, os alunos que não conseguiram entrar nas escolas profissionais, não conseguiu entrar nas outras EMTI's, que tem um nome mais conceituado na cidade, e acaba que a escola é para alguns alunos, que eu percebi lá, a última opção, tanto que alguns sempre que tem a oportunidade, saem da escola[...] então eu tendo percebido, da escola onde eu estou, a questão da violência, é algo mais gritante, a gente atende um público majoritariamente de periferia, então é uma galera que tá, que é sofrida, por diversas violências, ou seja elas violências institucionais, ou da própria dinâmica dos lugares, ou de vivem [...] e eu tenho percebido que boa parte dos meus alunos, estão forçados, estão obrigados, e ao mesmo tempo esses alunos, sejam eles do primeiro ano, do segundo ano ou do terceiro ano do ensino médio, todos eles estão sentido uma pressão, por esse retorno, terem passado dois anos, alguns nem assistindo aula, outros virtualmente, outro nesse modelo remoto, então todas as questões, estão ali misturadas, mas acho que sobretudo a própria dinâmica mesmo do cotidiano escolar está fragilizado, a gente está fragilizado, o estudante que passou dois anos com o celular na mão, e agora a gente tem que tá disputado com ele, essa atenção, e ele está distraído, ele não está conseguindo se concentrar [...] essa semana teve um episódio na escola de briga entre os alunos, então eles brigaram, foram as tapas [...] (EPISÓDIO #1, 2022)

Desse modo, a partir dos relatos da professora Eliana e do professor Daniel, no programa de “podcast” produzido neste trabalho, percebemos que antes mesmo do desafio de pensar a aula de história com os temas sensíveis, temos esse estímulo de tentar ministrar a aula em si. Porque esses processos de violência e impaciência dos alunos atrapalham até a tentativa de debate na sala dessa situação em que vivemos, sinto na pele, a pressão, o desgaste de como tentar resolver, reduzir ou problematizar esse contexto com as turmas.

Somos como escola o resultado desse isolamento social de dois anos; ao nível macro, os efeitos da pandemia no ambiente escolar precisam repassar por redefinições nos próximos anos, ir além do debate sobre o currículo, dos materiais

pedagógicos, do desempenho escolar dos professores e alunos, da redução da evasão. Concordamos que precisamos focar em propostas e programas para reduzir as desigualdades educacionais que se ampliaram com a COVID-19, bem como tratar os problemas de saúde mental dos alunos e de nós professores (SCHNEIDER, 2022).

Essas situações de violência, de ameaça e indisciplina, que não são casos isolados, só em São Paulo foram registrados 4.021 acontecimentos de agressões físicas nas unidades estaduais (PALHARES, 2022). Não encontramos registros oficiais da Secretaria de Educação do Estado do Ceará acerca do índice de violência nas escolas estaduais. Diariamente os jornais do Ceará relatam casos, como dos adolescentes que planejavam atear fogo na escola (ADOLESCENTE, 2022) e do aluno que tentou beijar a colega e iniciou um tumulto e agressões nas dependências da escola (POLÍCIA, 2022). Essa pressão virou rotina, tem sido comum os alunos quererem resolver as questões dos conflitos em sala, já partindo para a agressividade, isso são resultados desses últimos dois anos, da nossa impossibilidade de solucionar as hostilidades, por viver o contexto de estresse e alerta constantes (PALHARES, 2022).

3.2 RELAÇÃO, PROFESSOR DE HISTÓRIA/PROFESSOR

O principal desafio para superar e abordar os temas sensíveis e chegar no aluno, no processo de transformação desse contexto, são o fato dos professores criarem preconceitos com o público de estudantes. Com definições como alunos “sem futuro” e que não vão se misturar com eles. Então, como alcançar a ele e ter significado na aula, se não queremos nem entender o público que temos? (EPISÓDIO #1, 2022).

“[...] no menino que ele diz que é um vagabundo, licença da palavra, o termo que usam aí, esse menino, é rebelde, é um menino de periferia, um menino sem futuro, esse termo aí que eu queria chegar, um menino sem futuro, aí fica sem acreditar, tem uma professora que ela fala bem assim, eu não me misturo, eu não me misturo, e ela é professora de história, eu não me misturo com esse menino, deles eu quero é distância, e eu falo para ela, tu não se mistura? Tu quer distância? Como é que tu vai transformar? A tua função como professora é transformar e o que a legislação nos mostra enquanto professora de história, como professora da área de humanas, é que nós temos sim, nós somos respaldados pela

legislação da área de humanas, a trabalhar a temática sensível a transformar o nosso aluno, é essa questão e outra, [...]” (EPISÓDIO #1, 2022)

Passo por problemas similares na escola em que leciono. Lá sou professor diretor de turma e a minha sala, da qual sou responsável, é avaliada como uma turma problemática, que “não tem jeito” e nem solução. Segundo relatos dos meus alunos, alguns colegas professores de outras disciplinas chegam à sala na intenção de ajudar ou expor a sua raiva com a turma. Usam de termos que desmerecem a turma, colocam-nos como aqueles que não são bons, fazem comparativos com outras turmas e falam sobre a realidade de quem estuda. Essa situação de pressão diária, fica complexa de conviver; a impressão que se tem é que se gerou um contexto de relação de inimigos entre as turmas e o grupo de professores, que a qualquer momento pode explodir.

Realmente lecionar em uma sala problemática, que conversa, desrespeita os professores, dorme no momento da explicação, não presta atenção, dentre outros problemas é desafiador, tanto que estou lá, ministrando aula e tento, mesmo diante das dificuldades, não nos reduzirem à potência deles. Claro, que não é fácil, somos humanos e mediante muito estresse acabamos explodindo, sendo ignorantes com os estudantes. Mesmo com toda condição, o professor de história não deve cair nessa ideia rasa do molde do aluno perfeito. Compreender que a escuta é a melhor forma de alcançar esses alunos, mesmo que esse processo não seja um processo fácil, mas motivando-os através da negatividade, os desconsiderando em suas capacidades, isso sim, a cada dia, afastará eles da escola, das aulas, da sua potencialidade.

Outro desafio aos professores é a convivência com os colegas docentes, que avaliam muitas vezes a sua prática como errada, na ideia de que o esforço empregado pelo docente é exagerado, que deveríamos fazer apenas o básico.

O desafio dos professores de humanas, em especial, de história, é o aumento do movimento conservador entre os próprios colegas de instituição, que isso se reflete na escola. Na tendência da unidade escolar, assumir um pensamento que seja unilateral, de impor uma única forma de pensar e, desse modo, manter a

ideia de naturalização das desigualdades sociais deve ser firmado (OLIVEIRA, 2020).

[...] agora tem um desafio, acho que todos nós professores de humanas estamos experimentando, nesses últimos anos, sobretudo do governo Bolsonaro, até mesmo antes do governo Bolsonaro, arrisco em falar de 2016 para cá, que é esse aumento do conservadorismo, sobretudo, entre nós, entre nossos colegas [...] (EPISÓDIO #1, 2022)

Uma questão observada pelo professor Daniel é que anteriormente poderíamos, há pouco tempo, conversar sobre cotas raciais, homofobia, liberdade e isso eram temas normais dentro do espaço da sala dos professores. Hoje, quando o professor de História aborda um desses temas ele é considerado radical progressista demais. Dentro desse ambiente de não diálogo, acabamos de assumir uma postura de silêncio para não ficar a todo momento em confronto com os colegas (EPISÓDIO #1, 2022).

[...] então quando você quer puxar um debate até na sala dos professores, sobre determinado tema, fica parecendo, que você é progressista demais, temas que eram básicos no nosso debate, quando a gente falava de cotas raciais, quando a gente falava da homofobia, quando a gente falava de liberdade, a um tempo atrás, isso era tranquilo, a gente conseguia discutir entre os nossos pares, de maneira saudável, e agora até mesmo entre professores, tá difícil discutir, por que tem um neoconservadorismo, que chegou na sala de aula, dentro da escola, com uma força grande que muitas vezes a gente como estratégia de convivência a gente se cala, a gente precisa se calar, se não a gente se calar, não vai ter um conflito, vai ter confronto, então a gente tem que acaba de fazendo uma ponderação nos nossos posicionamentos [...] (EPISÓDIO #1, 2022)

Na escola em que trabalho, diariamente acontecem falas homofóbicas, transfóbicas e debates sobre a linguagem inclusiva. Sentimos que nesse contexto, em muitas ocasiões se era puxado o tema a partir de colegas que se consideram de esquerda, mas que tinha naquela conjuntura não uma intenção de debater e de aprender, mas apenas polemizar ou silenciar a questão. Desse modo, a escola, através de seus agentes de educação, professores, funcionários, faziam piadas ou queriam apenas polemizar a questão para, desse modo, negar e ignorar as sexualidades dos seus estudantes. Desta forma, continua a escola sendo um lugar que invisibiliza esses estudantes e promove, reforça, o desconhecimento e a ignorância dos seus estudantes e da comunidade escolar (LOURO, 1999)

Além de relatos e situações em que colegas de trabalho defendem abertamente o presidente Bolsonaro e as teorias da conspiração, e quando a escola se defronta com questões de ter alunos homossexuais e transexuais, na rotina, o que escutamos são queixas, preconceitos e falsas equivalências. Onde as pautas das sexualidades fluidas tornam-se tabus? Sinto-me, no ambiente de trabalho, de certo modo silenciado. Da mesma forma é para o Daniel, onde para criar uma convivência que seja harmônica, para o preço de não expor o que pensa (EPISÓDIO #1, 2022).

O professor Daniel exemplifica a realidade escolar dele, onde na escola em que ele trabalha houve uma briga entre alunos, que foram às vias de fato, com tapas e socos. A escolha da direção da escola foi chamar a polícia para resolver. Polícia essa, que o aluno vive diariamente exposto a essa violência. O professor Daniel se comoveu com aquela situação, tentou problematizar com os demais professores o fato e o que ouviu foi que “tinha que chamar mesmo, aqui não é espaço para vagabundo”. (EPISÓDIO #1, 2022).

Na escola que trabalho também tem essa tendência de a solução pedagógica ser deixada de lado e partir apenas para a solução policial, com casos de drogas em que a opção não foi o debate sobre o tema, de usar a coação. Até preferir a solução que o aluno fique fora da escola, do que “arrumando” problemas.

[...]e a opção da direção foi de chamar a polícia, quando eu vi a polícia chegando, quando chegou a viatura da polícia, fiquei observando, aquela situação, aquilo me mexia muito comigo, por que de novo, uma insensibilidade de não perceber que aqueles estudantes, tão ali, eles já sofrem com a violência policial todos os dias em suas comunidades, então quando eu professor, chamo a polícia eu como se eu estivesse dizendo, oh, eu estou trazendo seu inimigo aqui, tentei problematizar isso na sala dos professores, e a resposta que eu ouvir da maioria foi, tinha que chamar mesmo, por que a escola não é lugar de vagabundo, e eu fiquei cara com aquilo na minha cabeça, porra velho, nós estamos regredido, se a cada conflito, dos nossos estudantes, ou a cada situação de violência que a gente tiver, no nosso cotidiano escolar, a gente não conseguir resolver, e a gente ter que chamar a polícia, a polícia não é preparada para isso, a polícia não é pedagógica, a polícia militar ela é ostensiva, e quando a polícia chegou já tinha se resolvido, os alunos já estavam apartados, já estava cada um no canto, já estava conversando com um dos envolvidos, o cara já tinha relaxado, já estava mais calmo, ou seja a polícia foi desnecessária, e fiz um papel que acho que a gente também nessas situações de violência a gente precisa também fazer, que é ficar observando e junto a abordagem policial, o papo foi até interessantes, você tem 16 anos, devia tá estudando, só que o método, a fala pode ter

sido interessante, mas o método não foi, inclusive um dos policiais queria ir para a sala de aula, revista a mochila do aluno, eu disse “não vai”, se o senhor quer revista a mochila dele eu vou buscar a mochila, por que vai ser mais constrangedor para o professor, que tá lá dando aula, vai ser constrangedor para os alunos que estão em sala, receber um policial em sala [...]”(EPISÓDIO #1, 2022)

As discussões de confronto, das resistências da politização dentro da escola, ficam a cada dia mais conservadoras, criando então, na escola, uma teia de conflitos, precisando que a direção e a coordenação possam fazer a intervenção para evitar situações mais graves. Esse discurso conservador, de um passado não tão distante, avaliamos como distante por ser ataques proferidos por políticos aos professores, agora é percebido que já chegou à escola, e aos colegas professores, que possuem, por vezes, esse olhar mais conservador e de direita (EPISÓDIO #1, 2022).

Percebemos essa característica como um elemento nocivo e lugar de ideologia nefasta; nesse contexto do projeto da Escola sem Partido, tudo é visto como doutrinação (GHIRALDELLI, 2019). O professor de história, torna-se alvo de um processo de deslegitimação do trabalho, com palavras de rótulos de petista, "esquerdoparta", de doutrinador, um processo feito agora não apenas por políticos, mas também pelos seus pares (EPISÓDIO #1, 2022).

3.3 RELATOS DE PRÁTICAS/EXPERIÊNCIAS DAS AULAS

A sensação que temos é que o desinteresse, a conversa e a indisciplina nas aulas aumentaram. Logo, como criar uma conexão com os alunos e as turmas? Durante o programa, a professora Eliana relata o uso de músicas de artistas comumente escutados pelos alunos para abordar o conteúdo de aulas conjuntas das disciplinas de história, língua portuguesa e matemática.

“[...] eu lembrei de uma aula, foi planejada, por dois professores que eu coordeno, que eles trouxeram as músicas, usaram qual ferramenta, qual metodologia, eles utilizaram das músicas, não sei o que vaqueiro, eu não sei nem o nome, umas músicas, estão sendo, que viralizou entre os jovens, o que acontece, eles pegaram esse material e exploraram, de forma interdisciplinar, acho que, uma forma de preparar a aula, com esses temas sensíveis é utilizar metodologias ativas, e utilizar as telas de forma interdisciplinar, acho que seria o caminho, o que que foi feito, eu louvei muito aquilo ali [...]” (EPISÓDIO #1, 2022)

Essa sensação de desinteresse, por parte do alunado, diz respeito aos espaços sociais que compõem cada grupo escolar, segundo interpretação da professora. Para ela, professores e os alunos estariam distantes de suas experiências, vivências e realidades (EPISÓDIO #1, 2022). Assim, a música como recurso para ministração da aula de história multidisciplinar torna-se, nesse contexto de aula, uma conexão, um momento de apropriação do conhecimento entre os alunos e o relato do conteúdo que o professor pretende abordar.

A aula de História apresenta-se como o momento em que o professor proporciona aos alunos condições de apropriarem-se do conhecimento, percorrendo os caminhos da sua construção. Desse modo, professor e aluno reencontram-se na prática do historiador; e o aprendiz distingue-se como sujeito da sua aprendizagem. (DAVID, 2012)

A escola é a oportunidade de estabelecer um contato com o conhecimento sistemático e com os saberes didáticos dos alunos. Desse modo, o desafio do professor de história é encontrar esse meio entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento do aluno (DOMICIANO, *et al.* 2021).

O professor Daniel entende que para realizar o planejamento da aula, o ponto importante é o processo de observação, entender “o chão que está pisando”. Para a escola, cabe abordar temas que sejam importantes para os alunos, que devem nascer do processo de ler e interpretar o que está mais gritante nessa realidade de convivência. E a questão gritante, é a violência (EPISÓDIO #1, 2022).

[...] pensar o planejamento, de uma aula, ele vai muito além do método que você quer fazer ali naquela aula, a metodologia que você quer executar, ele precisa tá, ancorando, nesse todo, no todo da escola, nessa realidade, que cada um vai perceber, essa realidade que eu estou não é a mesma realidade do Flôres, não a mesma realidade do Fernando, nem da Eliana, cada um de nós vai estar, imersos em realidades que vão ser diferentes, mas ao mesmo tempo, a nossa sensibilidade, e a nossa capacidade de lidar com esses conflitos, precisa ser trabalhada, [...] estou nessa da observação, eu já observei diversas questões, que podem ser trabalhadas, e vão ser trabalhadas, ao longo do ano, dentro das aulas de história, mas também como eu estou coordenador da área, como PCA, são temas que eu vou tá trabalhando, com os professores da área, para a gente poder, tá atuando nesses temas sensíveis [...](EPISÓDIO #1, 2022)

Planejar a aula de história e de temas sensíveis vai além da metodologia que você quer executar, a metodologia precisa ter a âncora no todo, nesse todo,

da escola, da realidade que os professores estão inseridos. Nesse ponto, o professor, para abordar esses temas, precisa ter a sensibilidade trabalhada para realizar a inclusão de forma responsável (EPISÓDIO #1, 2022).

No caso do professor Fernando, ele foca mais no período da pandemia, mesmo com a burocracia, no que é formatado pela BNCC, a realidade específica de cada escola é o maior desafio. O Fernando trabalha em dois sistemas de ensino, no Ceará e na Paraíba; ele percebe uma realidade diferente. A maior dificuldade do professor nem era a de planejar a aula, mas de manter o aluno na escola. Evitar a evasão, em uma escola precária, sem recursos, um perfil de aluno que não tem acesso à informática, com o perfil de agricultura familiar, cidade pequena de 10 mil habitantes (EPISÓDIO #1, 2022) compunha o desafio enfrentado por esse professor.

A escola pequena, frágil, de estrutura frágil, de ensino fundamental, que ainda é de responsabilidade do estado e não exclusivamente do município. Pós-remoto, com turmas reduzidas, com dois, três alunos em uma sala. Tiveram que lutar contra a dificuldade de acesso do aluno e lutar contra a desmotivação do período. O estado foi omissor nesse processo, e ofereceu uma estrutura de internet já perto do retorno presencial, não aconteceu uma resposta de emergência para resolver ou aliviar o problema (EPISÓDIO #1, 2022).

O professor Fernando avalia que o poder público abandonou a escola, os estudantes e os professores. Pela própria iniciativa da comunidade escolar e tirando dinheiro do bolso, a escola promoveu palestras, momentos de reunião da comunidade e até sorteios de brindes para tentar motivar a comunidade escolar a continuar na escola.

Nessa realidade apresentada, o planejamento está em segundo plano, mesmo fazendo parte do protocolo; o foco foi realmente sobreviver e não apenas a pessoa, mas que a escola sobrevivesse por esse momento, que a pessoa não perdesse o emprego, que o profissional não fosse removido. Então a equipe viveu um momento de tensão, da sobrevivência da COVID-19 e do ganha pão, diversas iniciativas foram desenvolvidas para os alunos sem acesso à “internet”, como a entrega de atividades impressas (EPISÓDIO #1, 2022).

Para superar esse momento, foram tomadas iniciativas, como protocolar de conteúdo e abordar os temas sensíveis que aconteceram nas turmas das séries

finais do ensino fundamental, por serem turmas mais numerosas e geralmente tinha adesão ao ensino remoto; quanto menor a turma na idade, maior era a dificuldade de engajamento. Então o professor Fernando teve a preocupação sim de trazer os temas sensíveis, mas aliados à matriz curricular da disciplina e diálogo com outros conteúdos (EPISÓDIO #1, 2022).

O planejamento, segundo a professora Eliana, parte da percepção desse aluno. A avaliação é um processo de construção contínua do ensino, para conquistar esse aluno para a sua aula, tentar despertar do aluno o desejo de melhorar. Nesse processo de fazer essa aula que inclua os alunos, até os momentos que não foram tão bons precisam ser incluídos, todas as experiências são importantes para o aprimoramento da aula (EPISÓDIO #1, 2022).

No processo de planejamento de aulas que dialogam com a história e a realidade do aluno, precisa-se planejar com muito cuidado, saber pontuar como será a abordagem. A professora Eliana relata um momento que ministrou como tema transversal na aula o tema gravidez na adolescência e sexualidade, um dos guardas da escola relatou à professora que quando ela aborda esse tema nesse espaço escolar, os jovens não acham graça.

Então, a professora Eliana entendeu que um tema pode ser abordado sem fugir da sua seriedade, quando ele é tratado com estudo e argumentos. Até no caso de falar quando cabe do atual governo, na sala pode existir simpatizantes e nesse ponto a forma de superar os problemas são desenvolvendo um bom argumento, contextualizando e não realizando a crítica pela crítica. Outra forma de tentar se defender de ataques na hora de ministrar as aulas é se resguardar sempre na letra da lei (EPISÓDIO #2, 2022).

Se o professor está ciente das restrições legais que tem na sala de aula e conhece as restrições legais aos direitos dos jovens, ele pode se sustentar para não ser vítima de discurso que oprime a liberdade de ensinar, quando fizer sua abordagem.

Por exemplo, se o professor quer abordar temas de violência homofóbica e de gênero, tem no documento legal das diretrizes nacionais de educação garantia para ensinar esses assuntos que são transversais, então, a lei está de acordo com os docentes. Estes não podem ter medo se forem expostos a temas que são

registrados como importantes para a sociedade. Medo de exposição a determinados temas, mesmo no contexto dessa proteção legal, de como os colegas de trabalho os perceberão, pavor de quais adjetivos podem ser chamados, quão louco essa professora será, temor de não lidar com a política do turno da noite, são alguns dos temores abordados pelos os professores (EPISÓDIO #2, 2022).

Chamamos atenção para a situação de que o simples fato de posicionamentos contrários serem abordados em sala de aula não deveria ser motivo de medo para os futuros professores (licenciandos). Contudo, especialmente desde a época das eleições presidenciais de 2018, o tema em questão tornou-se demasiadamente polêmico, uma vez que diversas autoridades do presente governo - incluindo o atual ministro e o ex-ministro da educação, além do próprio Presidente da República, dentre vários outros políticos - negam a existência da Ditadura Militar no Brasil. Como já apontamos anteriormente, em alguns casos esses representantes chegam a defender a comemoração da tomada do poder pelos militares em 1964. Tais falas que se contrapõem ao saber histórico produzido academicamente muitas vezes vêm acompanhadas de um discurso de ódio contra os professores - de História, especialmente -, acusados de "doutrinação ideológica". (PASSOS; ALMEIDA 2020)

Esse medo gera nos professores a postura de trabalhar só o básico, de não trazer os temas para evitar problemas e se livrar da exposição. Nesse contexto de se estar acuado, parece que falar o óbvio tornou-se crime. Nesse processo, o professor deve agir escutando a todos, sem se posicionar como se fosse o dono da verdade, respeitando as falas e as posturas.

Realmente é um trabalho de paciência do professor de História, tem que educar diariamente pessoas que se posicionam na defesa do governo atual, e com falas que sejam racistas, machistas e homofóbicas, querendo impor o direito de ser preconceituoso e de negar a existência do outro. Trabalhar essa escuta é essencial. Assim, a disciplina de história vem para produzir as subjetividades, para tentar humanizar o ser humano, que seja não apenas um ser informado com o conhecimento escolar, mas que possa ser um ser sensível, sensibilizado com as questões do nosso presente (ALBUQUERQUE JR., 2012).

Penso sobre isso: será que devemos apenas abordar os temas transversais que são sugeridos pelos documentos legais? Será que o professor de História, a partir da sua observação, não pode abordar temas que nem estejam previstos nas

cartilhas? Nesse contexto, todo tema, que não seja recomendado, não pode ser ministrado? O papel do professor de História é despertar a criticidade do aluno?

O professor Fernando fala que a maior preocupação dele é como será a recepção dos temas pelos alunos e a repercussão dos temas na comunidade escolar, de ter uma reação dos pais por não saber se estes compreenderam esses temas de forma antagônica, estigmatizada, rotulada do outro lado. Mesmo sem ter tido nenhum caso, sempre que o professor aborda os temas nos momentos de aula sonda como foi a recepção do tema.

O professor Fernando expõe que no período da pandemia trabalhou mais os temas sensíveis no 9.º ano, por conta do currículo da disciplina de história nesta série possibilitar um diálogo mais cômodo com a nossa atualidade, como a questão da república, do racismo estrutural. Também por os alunos serem maiores, existe uma forma simples, didática de repassar e promover os debates. Além de que, na maioria das vezes, essas turmas maiores trazem demandas do seu dia a dia para o ambiente da sala e fazem conexões com o conteúdo, relacionando o período estudado em sala com o tempo presente e as questões que afligem a nossa realidade, como na abordagem do tema presidencialismo ao falarem do presidente Bolsonaro (EPISÓDIO #1, 2022). Nesse contexto, as polêmicas que não geram diálogo podem ser contornadas dando voz a todos os falantes da sala. Conduzir durante a aula, respeito e validade ao que o aluno diz, nesse processo de argumento, é possível para promover na sala de aula outras perspectivas sobre o tema e o processo de escuta do aluno tornar-se essencial.

No caso das turmas do 8.º ano, o Professor Fernando afirma que é possível abordar temas aliando o conteúdo da revolução francesa com assuntos como a questão dos conceitos de liberdade e da liberdade de gênero, o papel da mulher na sociedade atual e a história do tempo presente. Pode-se partir também das falas dos alunos, com o uso de problemáticas que vão instigar debates e subsídios ao professor para trabalhar o assunto em sala e melhorar o diálogo do tema com os estudantes. Agora para o aluno entender que essa luta contra o racismo é um enfrentamento centenário, precisamos na narrativa histórica incluir o nosso alunado, herdeiro dessa exclusão social de século e incluí-lo como entre vítima e participante desse processo (EPISÓDIO #2, 2022).

Desse modo, ao explicar o conteúdo e abordar a fala dos estudantes, as suas opiniões sobre o tema, se está diante de um momento rico. Sobre esses momentos de riqueza de diálogo, e de incluir o tema do racismo próximo à realidade do aluno, tive esse momento hoje (dia 12 de abril de 2022), no ato da escrita dessas linhas. Pela manhã, tivemos uma aula de revisão do conteúdo e fomos debater uma das questões que passei como atividade de casa, proposta do livro didático do novo ensino médio, que a escola adotou. Era uma atividade do livro, que trazia a obra do “Redenção de Cam”; debatemos o processo no Brasil de querer, durante a Primeira República do Brasil, após a abolição da escravidão, embranquecer a classe trabalhadora, com o incentivo da vinda de imigrantes europeus ao Brasil.

Nesse processo de construção narrativa da aula, falando sobre o processo dos termos moreno e pardo, uma aluna perguntou se eu era negro, ao que afirmei que sim. A aluna se assustou e afirmou que eu não era moreno. Nesse momento, retorno ao quadro do “Redenção de Cam” para mostrar o sucesso do projeto racista do Brasil. Onde, a partir do imaginário criado, as pessoas negras eram pessoas ruins, pessoas perigosas de má índole. Fomos, com o tempo, no nosso imaginário coletivo, afastados de nossas vidas, essa pele, esse corpo que é visto como marginal. Assim, nessa tentativa de ser aceito por um país racista, vamos nos embranquecendo, vamos nos apagando, esquecendo de nós, de nossos ancestrais, das nossas raízes negras, indígenas e dando apenas voz à nossa contribuição branca portuguesa.

Negando a nossa ancestralidade, mostrando o sucesso do projeto racista brasileiro que é a negação de nós, passei pela sala e disse que desejava que a negação dessa diversidade de cores, cabelos, costumes, de corpos, onde essa diversidade que conseguimos ver nessa sala, estivesse cabendo em todos os espaços. Que todos possam ter acesso a ser gente, a ser potência e a ocupar os espaços que antes eram tidos apenas como exclusividade de um grupo. Então, a escola que hoje fazemos parte, precisa ocupar a diversidade, porque nossos ancestrais não tiveram acesso.

Por isso, entendemos, a partir dos relatos dos colegas e da minha experiência, que um importante tarefa da disciplina de história no ensino básico é capaz de construir no processo da aula maneiras diversas de olhar o mundo.

Perceber o social e entender a sua e a temporalidade do coletivo, contribuem para se criar um olhar em perspectiva global para desse modo conseguir perceber as complexidades deste mundo (ALBUQUERQUE JR., 2012).

Desse modo, respeitando os processos e os acessos ao conhecimento podemos dar aula de história e não apenas ministrar a posição política a que simpatizamos. Deve-se ter esse cuidado no momento da aula, na abordagem de em qualquer tema, tendo cautela de abordar todos os aspectos daquele tema e não apenas a posição a que somos favoráveis; nessa equivalência de valor, o professor promove um processo de aprendizagem. Desse modo o Professor Daniel afirma que,

“[...] eu aprendi também até nesse processo de autocritica e crítica da nossa prática enquanto professor há ter um certo cuidado a trabalhar qualquer tema independente de ser sensível ou não por exemplo quando a gente estava debatendo sobre socialismo, a pensar talvez que boa parte de nós estamos mais alinhados a essas ideias, é ter o cuidado de trabalhar por exemplo o liberalismo, trabalhar conceitualmente tal qual a gente trabalha uma ideia que a gente é mais, tem mais afinidade, então o meu cuidado, não seria a autocensura, o meu cuidado a trabalhar qualquer tema é em primeiro lugar, é não explicitar apenas uma visão de mundo que eu concordo, eu aprendi isso na pratica[...]” (EPISÓDIO #2, 2022)

Tendo como base o relato acima, entendemos que o mestrado profissional do ensino de história proporciona aos seus alunos um momento de reflexão da própria prática e, desse modo, essa postura permanece no profissional. Assim, contribuindo na melhoria da educação, melhora-se também a própria postura do professor de observar, de escutar e planejar a sua aula a partir desses elementos da escola.

Daniel relata um procedimento que ele fez em sala, debatendo acerca da constituição e o conceito de liberdade, quando uma aluna pergunta se ele é a favor do aborto, e nesse ponto entra a postura recomendada pelo professor. Ao invés de dar a opinião sobre o aborto, o professor problematiza a questão, ao falar que é a favor da liberdade das mulheres.

Continua a sua fala relatando que o aborto em si é algo ruim, até quem defende o aborto, concorda com essa perspectiva. Mas a questão aqui colocada não é essa do aborto, mas sim o debate acerca da liberdade da mulher. Quem ter

a liberdade de decidir o aborto? Nesse contexto, vê-se que se provocou “nó na cabeça” e não se trouxe um ponto de vista, de fato. . Problematizar a partir de visão conservadora, como pode ser um debate sobre o conceito de família, e nesse caso como vivemos em uma sociedade que é conservadora, talvez hoje esses temas, precisam ser tratados de outra forma (EPISÓDIO #2, 2022).

Será que a mudança no termo para temas sensíveis tem relação de se afastar de uma postura apenas militante do tema? Deve-se trazer dentro da temática dos assuntos de histórias? Nesse ponto, é realmente um desafio segundo o professor Daniel, trazer esses temas à tona, em uma sociedade que é machista, homofóbica e que não entende essas mudanças sociais, essas novas realidades, fazendo com que os indivíduos permaneçam dentro de "caixinhas" preestabelecidas. O professor deve continuar a abordar temas que, de certo modo, mediante a lei, são crimes, e isso é um desafio pedagógico, a saber: abordar esses temas e não se tornar um alvo da patrulha conservadora.

O professor Daniel concorda com a professora Eliana ao dizer que um fator importante para o desenvolvimento de temas sensíveis em sala de aula é ter um diálogo com a legislação. Nesse elo com a legislação, deve-se explicar à luz desse processo, que, por exemplo, a liberdade de expressão tem limites. O limite é a lei que entende que quando expressa uma determinada postura se está praticando a liberdade de expressão. A pessoa não possa ter o direito de expor uma postura nazista, racista. Nesse caso, que seja aplicada a lei e o professor seja capaz de reforçar esse parâmetro legal da legislação brasileira. Nesse ponto, a nossa validade de fala sempre estará atrelada a força de uma lei? Então, com essas ferramentas pode-se exercer o debate e o conteúdo ser abordado nas suas diversas dimensões, criando uma contextualização temporal de nossa história para problematizar temas sensíveis e desenvolver a narrativa da aula, não com as respostas prontas para os alunos, mas em um processo que eles possam buscar as suas conclusões. Desta forma, o aluno por um processo próprio, entende a complexidade que é nosso Brasil. Assim, a partir de dados do tempo presente, esse contexto em que vivemos não pode ser entendido a partir de uma naturalização dos fatos, mas que é uma engenharia social formada há séculos.

Então, superar a naturalização da realidade é um caminho para podermos combater a Escola sem Partido que acusa os professores de humanas, em especial, os professores de história, de defender apenas um lado, de serem doutrinadores. Nesse caso, deve-se proporcionar um debate aberto e formar a nossa criticidade para se proteger dessa perseguição.

Desse modo, também deve-se levar essa discussão de contextualizar a nossa realidade e contextualizar a nossa escola para os colegas professores, porque geralmente a impressão que temos é que o professor deseja uma escola onde todos querem estudar, onde todos se comportam de uma forma harmoniosa, uma escola em que não haja conflito, que o professor possa ir para a sala de aula e não ter que lidar com essas questões, mas a escola que temos não é essa e entender a escola é entender como conversar com o aluno e que a aula faça sentido. Porque agora temos uma escola que recebe todo mundo, todo mundo com as suas diversas condições.

Assim, o ensino de história é essencial para a conscientização dos estudantes, do diálogo da história com os produtos culturais, criados nas mais diversas formas, mesmo com as condições contrárias, de deslegitimação do conhecimento e da autoridade do professor, é importante investir em caminhos para alcançar o nosso público (DOMICIANO, et al 2021).

Para ter uma abrangência e aceitação de abordar temas sensíveis na sala de aula, é preciso não abordar apenas a visão de mundo do professor e ter a coragem de trazer as várias visões de mundo, deixando que o aluno forme a visão de mundo dele ou debatendo o ponto de vista que ele já tenha; se ele for machista, preconceituoso, racista, deve-se, através da aula dialogada, buscar desconstruir tal conduta.

O ensino de História, que forma para o sensível, contribui para uma sociedade que vê o outro com a mesma dignidade atribuída a si mesmo. Nessa perspectiva, ao invés de deixar as paixões humanas mencionadas anteriormente (como o ódio, a inveja e a malevolência) guiarem as relações humanas e sociais, que seja possível abrir espaços de diálogo e reflexão que possibilitem olhar para o outro com compaixão e acolhimento das diferenças. Ademais, que seja permitido posicionar-se contra o negacionismo histórico, que produz narrativas pautadas em interesses de uma pequena elite, e alinhar-se empaticamente à vida e à história de pessoas que sofrem/sofreram com as tragédias provocadas pela natureza, pelas guerras, pelos preconceitos, pela segregação, entre

tantas outras formas que evidenciam a fragilidade da vida humana. (DOMICIANO, et al 2021).

Nesse aspecto da homofobia, também tenho experiência similar na escola que trabalho. Em uma situação em que uma aluna se considera “trans”, percebo que os professores têm dificuldade e falta de sensibilidade para chamá-la pelo seu nome. Então, houve relatos de queixas pela obrigação disso; houve explicações homofóbicas ao perguntar às alunas que se vestem no estilo heteronormativo se eram meninos trans. No relato de alunas namorando na escola, ouve-se falas como " esse mundo está perdido", mas o mesmo relato para casais héteros é dito com brincadeiras e piadas que normalizam, mas fazem um espanto quando observam casais homossexuais.

Além da necessidade de querer polemizar qualquer tema. Em certo momento de planejamento, um professor chega na sala dos professores e pergunta a todos que estão presentes acerca do uso do termo neutro ou inclusivo no dia a dia, fazendo piada que hoje é obrigado a falar “todes”. Ao perguntar a minha opinião, afirmei que todos têm direito de ter uma pauta, que a língua é cultura e se é cultura ela é dinâmica, então, mudanças no idioma fazem parte do processo cultural de todo povo e concluir afirmando que nesse ponto, não tenho opinião se é certo ou errado. O professor quis insistir que eu deveria ter uma opinião sobre o assunto.

Depois, outro colega relatou a obrigação de fazer isso o incomoda, mas o que percebo não é uma pressão para a inclusão, mas uma imposição de permanência do *status quo*. Quando os professores não abraçam, recebem e entendem essas complexidades do mundo, que o ato de respeitar a potência e a existência do outro é o caminho, podemos ter ainda ambiente conflituoso na escola. Essa escola que forma e transforma o mundo, mas que também é um reduto para manter as coisas como estão.

3.4 O ENSINO DE HISTÓRIA, O CONSERVADORISMO E O NEGACIONISMO

O professor Daniel, em sua dissertação de mestrado, tem trabalhado esse tema, o negacionismo. Das questões que o professor abordará em seu trabalho estão o saber abordar o negacionismo em sala de aula (EPISÓDIO #1, 2022).

É devido a tais discursos conservadores que observamos tamanha a dificuldade dos docentes em tratar desses temas, agora tomados como sensíveis, em sala de aula. As narrativas negacionistas e revisionistas invadem os espaços educacionais descredibilizando os saberes dos professores e até mesmo a própria escola enquanto um ambiente produtor e disseminador de conhecimento. Contudo, frente a esses ataques, devemos elaborar táticas de sobrevivência que visem uma educação crítica, dialógica e libertadora. (PASSOS; ALMEIDA 2020)

Desse modo, o professor elaborou a seguinte tática descrita no Programa 3 do nosso produto, “trate o negacionista com um absurdo maior que ele traz”, por qual motivo utilizar essa tática? O negacionista não aceita os dados, nem os fatos, nem a ideia de autoridade. Nesse contexto, qual é a posição negacionista? Quando você apresenta para o negacionista qualquer dado ele vai afirmar que esse dado é falso, se você trouxer autoridades para falar do assunto, que seja a ciência, o próprio conhecimento histórico, ele afirmará que essa autoridade está mentindo.

O negacionismo contemporâneo é diferente do negacionismo clássico, que é aquele que negava o holocausto e era muito próximo da forma como escrevemos a história e a historiografia. Então, eles escreviam aquela visão, mas não afirmando que aquilo era uma negação, mas uma revisão do passado (EPISÓDIO #3, 2022).

Esse negacionismo atual, proporciona a própria destruição da ciência, é o próprio questionamento da ciência como possibilidade de verificação da realidade.

Através desse contexto, o professor Daniel defende que para combater o negacionismo ou negacionista, é preciso debatê-lo com um absurdo maior que ele traz, por exemplo, alguém diz que a terra é plana, e desse modo o professor pode rebater com o argumento, que sim é verdade que a terra é plana e a lua nem existe. O negacionista dirá: “Existe, eu vejo ela”, o professor dirá: “Existe não! O que você tá vendo é uma ilusão, aliás, aqui é noite e no resto do

mundo também é noite!”, “Lá no Japão é noite!”, ao que o aluno dirá: “Não professor, lá é dia”, e o professor: “Não, a terra é plana, você acabou de dizer que a terra é plana! Logo, se é noite é para ser noite em todo lugar!”.

Então, a tática é jogar para o indivíduo seus próprios discursos, pois muitas vezes, a posição negacionista é apenas a falta de informação, ou as informações que chegaram para aquela pessoa formam informações deturpadas, pois a pessoa não nasceu negacionista, ela aprendeu a ser negacionista, como uma pessoa racista, que aprendeu a ser racista.

Desse modo, segundo o professor Daniel, não dá para combater o negacionismo a partir do modo como fazemos ciência, mas podemos combater o negacionismo no momento que conseguimos levar o negacionista a refletir acerca do absurdo que ele diz.

Como o absurdo da vacina, que diz o negacionista não ser eficiente. A esse respeito e como resposta o professor pode dizer: “Isso é verdade, inclusive, com as vacinas, mais pessoas têm morrido do que sem as vacinas”. Então, rebatase o questionamento para o indivíduo, para dessa forma, a partir da indagação do próprio absurdo, o aluno possa refletir sobre esse processo do pensamento negacionista. Proporcionar o estudante pensar sobre o absurdo que ele está dizendo, a partir da exposição de um ilógico maior, o fará imaginar que o absurdo é grande mesmo e desse modo ele não poderá mais continuar a defender aquilo. Será que esse processo pode ser aplicado para a diversidade de público que temos na escola?

Na fala do professor Fernando, reagindo à estratégia do Professor Daniel, para ir contra o negacionismo ele fazia uso do método clássico, do de contra-argumentar a fala do aluno. Utilizando desse modo o ponto de vista científico, histórico e desse modo, quanto mais se insistir nesse método, mas o aluno vai teimar. Porque esse negacionismo atual também tem um aspecto de conspiracionismo, tudo é uma conspiração do próprio governo, do estado e da própria ciência. A resistência que o professor Fernando sentiu, ocorreu no período pré- pandemia, em turmas do ensino médio. O aluno que era de tendência conservadora, mas com diálogo e conversando, eles conseguiram ampliar as visões de mundo. Na fala da professora Eliana, ela relata que sofre com a questão

do negacionismo, não apenas com os alunos, mas no trabalho diário de coordenação, na conversa com os pais. Como gestora, ela atendeu uma mãe que tirou o filho dela de uma escola, porque lá estava cobrando o passaporte vacinal.

A professora Eliane explicou que a obrigatoriedade do passaporte vacinal não está relacionada a uma opinião e sim a questão que a lei obriga o comprovante de vacina para ter a matrícula. Desse modo, a pessoa tem a opção de não querer se vacinar, mas para estar no ambiente público que é a escola, ele precisa usar a máscara e estar vacinado. A mãe do aluno afirmou que a professora estava atendendo e começou a abordar várias falas falsas sobre a vacinação. Então para abordagem de falar dos fatos que comprovam que a vacinação não teve efeito na imunização da população o argumento que funcionou foi o uso da legislação. Mesmo em cidades pequenas, como os municípios em que os entrevistados residem, é um ambiente onde se alastra as ideias negacionistas.

Através do debate com os colegas, o professor Daniel, complementa a sua fala da estratégia para enfrentar o negacionismo dentro da escola. A primeira de usar o absurdo como arma, para fazer o aluno pensar sobre o que ele mesmo fala, outro fator importante para combater a negação é utilizar a lei. Nesse caso, utilizar quando o responsável do aluno não quer vacinar.

É importante utilizar desses argumentos ou da lei para refutar, porque a pessoa negacionista, ao terminar a sua defesa argumentativa, sempre usa a justificativa que essa é a “minha verdade”. Devemos entender esse fenômeno, geralmente a partir do negacionismo clássico; e, segundo professor Daniel, temos a dificuldade de analisar esse fenômeno, porque ele é outro, então precisamos ir atrás de novas referências e ter uma base neoliberal.

Esse fenômeno negacionista do Brasil tem relação com outros movimentos e iniciativas, como o Brasil Paralelo e o "Escola sem Partido", que já pode ser encontrado segundo a professora Eliana em livros didáticos distribuídos nas escolas públicas. Como passar esses materiais no Plano Nacional do Livro Didático - PNLD e esse processo que estamos vivendo hoje são parte de um movimento de disputa de autoridade com essas figuras negacionistas. Essas novas autoridades, que têm o apoio do atual governo, podem agora ser acessadas em

canais públicos como a TV Escola que exhibe o documentário do Olavo de Carvalho, dos documentários do Brasil Paralelo.

É possível observar a constante referência à cultura nas descrições dos vídeos, entrevistas e materiais produzidos pela empresa. A ideia de resgate cultural permeia as ações e práticas do Brasil Paralelo. Este resgate, vinculado ao conjunto de ideias defendidas pelos proprietários da empresa, está representado pela produção audiovisual que perpassa diferentes temáticas da história, política, economia e cultura do Brasil. Dessa forma, defende-se a hipótese de que a empresa opera como agente da guerra cultural, entendida enquanto um conflito entre diferentes formas de compreender o mundo (BRITO; JÚNIOR, 2021).

Como essas falas já estão na escola? Por um bom momento quando esses atores cresciam como comunidade acadêmica e escolar, ficamos muito tempo rindo dessas situações. Lembro muito, ainda trabalhando em uma escola privada da cidade de Juazeiro do Norte, que conversei em um planejamento de humanas, sobre o meu medo desses questionamentos à história e críticas que recebi dos alunos acerca do feminino e exaltação do regime militar e até do atual presidente Bolsonaro. Os colegas e a coordenação achavam na época que essa minha preocupação era à toa. Nesse período, os ataques à minha pessoa aumentaram, com acusações dos alunos. Fui demitido em 2017, ainda sem entender direito esse contexto conservador que crescia e, no ano seguinte, explode em todo o Brasil uma onda conservadora.

Mesmo que eles pareçam que seja louco esse tipo de preocupação, eles têm um projeto consolidado e estão avançando para chegar aos nossos públicos, pais, professores e alunos já estão consumindo esses materiais e reproduzindo essas ideias e visões de mundo. Nesse ponto, quando o professor aborda um tema sensível, essas estratégias precisam ser bem pensadas, porque a lógica clássica de análise de fontes, de dados e refutação a partir do argumento de modo operante não vale mais. Porque o negacionismo que enfrentamos na escola se organiza da forma como vivemos em sociedade, que é a forma neoliberal, da cultura do eu, que vale mais que o coletivo, onde as pessoas têm o orgulho de dizer “a minha verdade”. Nesse contexto, se cada um tiver a sua verdade, qual é a verdade que vale?

Porque passamos mais de dois séculos questionando a verdade e agora precisamos muito dela, e nessa nova realidade onde não podemos mais identificar o que é verdadeiro e o que falso, por conta da nova forma de consumo e produção de conteúdo pulverizado, agora, com várias pessoas que defendem discursos sem nenhuma base científica, a gente sem entender o que é o que não é ciência, o que é fato e o que não é fato, nós professores estamos penando, estamos patinando. Porque o professor traz algo científico, e a pessoa traz algo não científico, mas que esse discurso não científico tem toda uma roupagem, que a pessoa tende a acreditar que aquilo é um fato, é uma verdade, que aquela informação tem fundamento.

Mesmo sem base nenhuma, chegamos a um ponto de não saber mais argumentar. Esse conteúdo negacionista, como é vendido, é mercadoria, pois ele se estrutura também, como produto financeiro, na ocupação dos espaços de mídia e na venda de cursos. Na defesa do argumento, certas empresas e setores ganham dinheiro com essas informações falsas e manipulações dos algoritmos de redes sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho docente em Ensino de História nunca foi fácil, mas nesses últimos tempos o nosso desafio aumentou bastante, pois isolados, ficamos produzindo em casa, distante de todos. No retorno presencial, estávamos ansiosos por esse momento, na ilusão de ser como antes. Mas não foi isso que aconteceu, o que se achou foi um ambiente de estresse, violência e turmas indisciplinadas. Como proceder com debate, diálogo se as turmas querem tudo, menos ouvir o professor? Ao mesmo tempo, uma realidade complexa e cheia de potencial para compreender e transformar. Uma escola que vive os processos complexos, contido na nossa sociedade, desse contexto neoliberal, de ataques constantes contra a escola, contra o professor e principalmente o professor de história, acusado de ser doutrinador é difícil de ser manejado. Agora, um novo processo, a fala conservadora que ouvíamos fora dos muros da escola, se encontra entre nós, nos chamando de radical, de defensor do comunismo.

Então, antes mesmo de pensar nessa aula de história, em metodologia, como vamos restabelecer a nossa reconexão? A reconexão do respeito, da escuta, do ser escutado. No decorrer do texto, visualizamos algumas alternativas como proceder, uma das táticas é a escuta e pela necessidade de observação. Além na construção da aula, do processo de observação da realidade em torno, da disposição para o desenvolvimento das aulas e da narrativa inclusiva de temas que sejam relevantes para o tempo presente.

Para o combate ao negacionismo, ao obscurantismo, deve-se criar retóricas absurdas, mais exageradas que as negacionistas? Usar a letra da lei para garantir a nossa voz?

Quais temas são importantes para os nossos alunos, que na própria vivência da relação escolar também são vítimas dessa violência, preconceito e racismo? Desse modo, o professor além de promover avaliações das experiências e a reflexão da prática, deve observar o que foi feito antes, o que deu certo e o que não deu para replicar ou modificar em outras propostas de aula. Precisa tentar incluir na sua narrativa histórica essa diversidade que se apresenta nas turmas.

Precisamos, também, como afirma Paulo Freire (2014), vislumbrar nosso trabalho como professor de história, em uma perspectiva histórica para virar esse jogo e buscar transformações necessárias para as gerações futuras, mas essas mudanças só acontecerão se houver luta e ocupação dos espaços.

Desse modo, a luta dentro do espaço escolar está hercúlea, com o avanço das ideias conservadoras entre os pares, lidamos com debates, discussões, e, para evitar maiores conflitos, ficamos em silêncio. Podemos lutar sem voz? Achar outras formas de luta? Assim, o professor de história ao abordar os temas sensíveis, precisa reforçar o desenvolvimento da escuta no momento da aula, de ouvir todas as opiniões, todas as vozes, até as contrárias a que o professor defenda, principalmente essas, para tentar a construção de história ensinada inclusiva.

FONTES

EPISÓDIO #1. **Podcast Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo presente**. Entrevistados: Daniel de Araújo Nunes, Eliana Pinheiro Muniz e Fernando Feitosa de Almeida, Entrevistador: João Paulo Flôres Tôrres. João Paulo Flôres Tôrres, 19 de março de 2022. Podcast. Disponível em link: <https://open.spotify.com/episode/1EEcQ0ykZs0XhNeNVfp0LL>

EPISÓDIO #2. **Podcast Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo presente**. Entrevistados: Daniel de Araújo Nunes, Eliana Pinheiro Muniz e Fernando Feitosa de Almeida, Entrevistador: João Paulo Flôres Tôrres. João Paulo Flôres Tôrres, 19 de março de 2022. Podcast. Disponível em link: <https://open.spotify.com/episode/7nFD9hOt9XzSUM5nYl1fwZ>

EPISÓDIO #3. **Podcast Ensino de História, Temas Sensíveis e o Tempo presente**. Entrevistados: Daniel de Araújo Nunes, Eliana Pinheiro Muniz e Fernando Feitosa de Almeida, Entrevistador: João Paulo Flôres Tôrres. João Paulo Flôres Tôrres, 19 de março de 2022. Podcast. Disponível em link: <https://open.spotify.com/episode/4nBYxXKxYnmByHKsN8VkkK>

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Jorge. Os super-ricos estão desequilibrados e precisam de limites. **Folha de São Paulo, Colunas e Blogs**, 05.ago.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jorge-abrahaao/2020/08/os-super-ricos-estao-desequilibrados-e-precisam-de-limites.shtml> . Acesso em: 23 de jun. 2022;

ADOLESCENTE que planejava atear fogo em escola no Ceará é descoberto pela polícia com faca e gasolina. **G1 CE**. 27 de abr. 2022 Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/04/27/adolescente-que-planejava-atear-fogo-em-escola-no-ceara-e-descoberto-pela-policia-com-faca-e-gasolina.ghtml> Acesso em 30 de abr. 2022

ALBERTI, Verena. **Ditadura militar brasileira nas aulas de História. Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0102>.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Fazer defeitos nas memórias**: para que servem e o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (org.). Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANGELO, Tiago. Relembra casos em que o governo decretou sigilo de 100 anos. **Poder 36**, 15 abr de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembra-casos-em-que-o-governo-decretou-sigilo-de-100-anos/> . Acesso em: 28 de jun. 2022.

BÄCHTOLD, Felipe; ARCANJO, Daniela. Psicanalistas veem Bolsonaro com atitude paranóica e onipotente diante da pandemia. **Folha de São Paulo**, política, 04.abr.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/psicanalistas-veem-bolsonaro-com-atitude-paranoica-e-onipotente-diante-da-pandemia.shtml> . Acesso em: 17 de jun. 2022.

BARROS, Celso Rocha. O golpismo tem que custar caro. **Folha de São Paulo, Colunas e Blogs**, 01.mar.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2020/03/golpismo-tem-que-custar-carro.shtml> . Acesso em: 16 de jun. 2022.

BERGAMO, Mônica. Ocupação de UTI Covid ultrapassa os 80% em quase metade dos hospitais privados de SP. **Folha de São Paulo, Colunas e Blogs**, 15.jun.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/06/ocupacao-de-uti-covid-ultrapassa-os-80-em-quase-metade-dos-hospitais-privados-de-sp.shtml> . Acesso em: 16 de jun. 2022.

BONASSOLI, Kell. Uma mão lava a outra, duas mãos batem palmas. In: LUIZ, Lúcio (org.). **Reflexões sobre o podcast**. Nova Iguaçu, Marsupial Editora, 2014. p. 15-22.

BOND, Letícia. "Violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia". **Agência Brasil** [online], 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/spviolencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso em 20/04/2020.

BRANCO, Juliana Cordeiro Soares; NEVES, Inajara de Salles Viana. Trabalho docente em tempos de COVID-19: EaD e Educação Remota Emergencial. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 3, n. 25, p. 19-33, nov. 2020. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao>. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº1.066, de 2020. Auxílio emergencial. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141270>.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020** - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 9/2020, aprovado em 8 de junho de 2020** - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 10/2020, aprovado em 16 de junho de 2020** - Prorrogação do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, em razão das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020** - Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020** - Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 16/2020, aprovado em 9 de outubro de 2020** - Reexame do item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de

julho de 2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 19/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020** - Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020** - Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020** - Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021** - Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021** - Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

BRASIL. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito. Pandemia. Relatório Final.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>.

BRITO, K. O.; RODRIGUES JÚNIOR, O. A cruzada “alternativa” da Brasil Paralelo: a história como instrumento da guerra cultural. *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 45, p. 231–246, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.60386. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/60386>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. **Tempo e Argumento**, Florianópolis,

v. 13, n. 33, e0103, maio/ago. 2021.
<http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0103>.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. A história sem presente e o ensino sem futuro: representação do tempo no ensino de História pelos alunos da Educação Básica. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0109, maio/ago. 2021.
<http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0109>

CEARÁ. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Parecer CEE/CE nº 0582/2003, aprovado em 30 de abril de 2003** - Altera o Parecer 233/2003, o qual responde consulta da Secretaria de Educação Básica sobre o perfil de candidatos para o concurso de professores para o Ensino Médio.

COELHO, Mauro Cezar. “Decifra-me ou te devoro!” - os desafios propostos pelas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação de professores e as licenciaturas em História (2002-2019). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0112, maio/ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0112>

CSSEGIS e Dados/COVID-19. Johns Hopkins Universidade, 2022. Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>. Acesso em: 16 de jun. 2022;

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>. Acesso em: 03 fev. 2021.

DAVID, Célia Maria. **Música e ensino de História: uma proposta**. UNIVESP, 2012. Disponível: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46189>.

DE VARGAS GIL, Carmem Zeli; CAMARGO, Jonas. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DOMICIANO, Derick; KRAMES, Ilisabet Pradi; SOUZA, Marcel Oliveira de; CAMPOS, Sabrina Silva O ensino de história diante dos discursos negacionistas e revisionistas no contexto da pandemia: desafios e possibilidades Fronteiras - **Revista Catarinense de História** | <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index> ISSN 2238-9717 | n. 37, p. 45-60, jul.-dez./2021 | DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2021n37.12371>.

DUNKER, Christian. **Eleições, teorias da conspiração e paranoia coletiva**. [Entrevista concedida a] Islaine Maciel. Psico. USP Portal de Divulgação Científica do IPUSP – Instituto de Psicologia da USP, 13 de nov. de 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/psicousp/eleicoes-teorias-da-conspiracao-e-paranoia-coletiva/> Acesso em: 28 de jun. de 2022.

FABRINI, Fábio. Procuradores citam risco de genocídio indígena e cobram do governo medidas de proteção nas aldeias. **Folha de São Paulo**, Coronavírus, 02.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/procuradores-citam-risco-de-genocidio-indigena-e-cobram-do-governo-medidas-de-protexao-nas-aldeias.shtml>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

FELLET, João. Após saída de médicos cubanos, mortes de bebês indígenas crescem 12% em 2019. **Folha de São Paulo, BBC News**, 02.mar.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/apos-saida-de-medicos-cubanos-mortes-de-bebes-indigenas-crescem-12-em-2019.shtml>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Jânio de. O mau cheiro do golpismo. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 15.mar.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2020/03/o-mau-cheiro-do-golpismo.shtml>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

GABRIEL, Carmen Teresa. Pesquisa em ensino de história: desafios contemporâneos de um campo de investigação. In: MONTEIRO, Ana Maria; RAJELLO, Adriana (org.). **Cartografias da pesquisa em ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 143-162.

GASPARI, Elio. A realidade paralela de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 15.mar.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2020/03/a-realidade-paralela-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 17 de jun. 2022;

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HISTÓRICO da pandemia de COVID-19. Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 43, n. 11, p. 103-12, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, André Luiz da Silva et al. Covid-19 nas Favelas: cartografia das desigualdades. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. p.111-122.

LIMA, Flavia O vírus do preconceito. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 01.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/03/o-virus-do-preconceito.shtml> . Acesso em: 21 de jun. 2022.

LOPES, Fernanda Janaina Dantas (Se cuida, Nanda! I).Study vlog - escrita acadêmica e persistência. Youtube, Abril/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uvHdOSBipY> . Acesso em: 26 de jul. de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MATTOS, Ilmar de. “Mas não somente assim!”: leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Revista Tempo**, Niterói, v. 11, n. 2, p. 5-16,2007.

MÉDIA de casos de Covid no Brasil continua em alta e passa de 19 mil por dia. **Folha de São Paulo**, Saúde, 17.mai.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/05/media-de-casos-de-covid-no-brasil-continua-em-alta-e-passa-de-19-mil-por-dia.shtml>. Acesso em: 16 de jun. 2022;

MENDES, Conrado Hübner. O dever de desobedecer ao presidente. Folha de São Paulo, Colunas e Blogs, 01.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2020/04/o-dever-de-desobedecer-ao-presidente.shtml> . Acesso em: 17 de jun. 2022.

MONTEIRO, Ana Maria F. da Costa. Aulas de história: questões do/no tempo presente. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 31, n. 58, p. 165-182, 2015.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, vol. 4, n.12, p. 13-21, Mai./Ago. 2004.

MOREIRA, Ana Isabel; SOUSA, Maria Elisa; DUARTE, Pedro. Uma flor com História: ensinar o fim da ditadura em Portugal a partir de uma narrativa literária. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0106, maio/ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0106>.

OLIVEIRA, Sônia Maria Soares De et al. **Saberes, ensino e formação do professor de história em tempos de negacionismos: para onde caminhamos?** Anais VII CONEDU – Edição Online. Campina Grande. Realize Editora, 2020.

Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualiza/69530>>
Acesso em: 27/04/2022 04:18.

Our World in data. **Coronavírus Vaccinations**. Disponível em <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>.

PALHARES, Isabela. Casos de violência e ameaças aumentam 48% em escolas de São Paulo. **Folha de São Paulo**, 9 de abr. 2022. FolhaJus. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/04/casos-de-violencia-e-ameacas-aumentam-48-em-escolas-de-sao-paulo.shtml> Acesso em 30 e abr. 2022.

PASSOS, Pâmella Santos dos; ALMEIDA, Luciana de Sá Guigues. Como ensinar História em tempos de avanço conservador? Conversas com estudantes de Licenciatura do Rio de Janeiro, **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 7, n. 2, jul./dez. 2020.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018.

PERIFACONNECTION. O coronavírus mata, mas a desigualdade social acelera o óbito. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 19.mar.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/perifaconnection/2020/03/o-coronavirus-mata-mas-a-desigualdade-social-acelera-o-obito.shtml> . Acesso em: 21 de jun. 2022.

POLÍCIA apura caso de estudante que teria tentado beijar menina à força dentro de ônibus escolar em Juazeiro do Norte, no Ceará. **G1 CE**. 08 de abr. 2022 Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/04/08/policia-apura-caso-de-estudante-que-teria-tentado-beijar-menina-a-forca-dentro-de-onibus-escolar-em-juazeiro-do-norte-no-ceara.ghtml> Acesso em: 30 de abr. 2022.

RIBEIRO, Djamilla. Governo Bolsonaro vai remover comunidades quilombolas no Maranhão. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 03.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/04/governo-bolsonaro-vai-remover-comunidades-quilombolas-no-maranhao.shtml> . Acesso em: 22 de jun. 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SÁ, Dominichi Miranda de. **Especial Covid-19: Os historiadores e a pandemia**. Casa de Oswaldo Cruz, 18 de set. de 2020. Disponível em: < <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html> > Acesso em: 28 de jun. de 2022.

SALDANÃ, Paulo. Por unanimidade, Supremo declara inconstitucional lei municipal de 'ideologia de gênero'. **Folha de São Paulo**, Educação, 24.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/stf-forma-maioria-para-declarar-inconstitucional-lei-que-veta-discussao-de-genero-nas-escolas.shtml> . Acesso em: 22 de jun. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Almedina. Coimbra, 2020.

SANTOS, Bruna et al. Reflexões sobre a Tradição Autoritária Brasileira e a Desdemocratização no Governo Bolsonaro. IN: CARDOSO JÚNIOR, José Celso et al; (org.). **Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e desconstrução do Estado**. Brasília, DF: Associação dos Funcionários do Ipea: EDUEPB, 2022. PDF. p. 150 – 191.

SCHNEIDER, Alexandre. O que os governos estaduais podem fazer pela educação? **Folha de São Paulo**, 24 de abr. 2022. Colunas e Blogs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandre-schneider/2022/04/o-que-os-governos-estaduais-podem-fazer-pela-educacao.shtml> Acesso: 30 de abr. 2022.

SEFFNER, Fernando. Se não agora, quando? A urgência do hoje e a desigualdade como tema no Ensino de História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0107, maio/ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0107>.

SERRA, Cristina. Ignorância e cumplicidade. **Folha de São Paulo**, Colunas e Blogs, 03.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristina-serra/2020/03/ignorancia-e-cumplicidade.shtml>. Acesso em: 17 de jun. 2022.

SOUZA. Raone Ferreira. O podcast no ensino de história e as demandas do tempo presente: que possibilidades? **Revista Transversos**. “Dossiê: As NTICs e a escrita da história no tempo presente”. Rio de Janeiro, nº. 11, pp.42-62, Ano 04. dez. 2017. Disponível em: ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.31585.

TURIN, Rodrigo. 3x22: temporalidades, com Rodrigo Turin, YouTube, 18 de nov. de 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=LWw45rD9FLM>>. Acesso em: 27 de jun.2022.

TURIN, Rodrigo. Politizar o tempo. Entrevista com o historiador Rodrigo Turin. Youtube. 30 de abr.2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=orRhTDzCZmA> >. Acesso em: 27 de jun.2022.

TURIN, Rodrigo. Tudo ao mesmo tempo: pandemia nos confinou a diferentes dimensões temporais. Entrevistador: Juliana Sayuri. Japão, TAB Uol: 12 ago. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/12/tudo-ao-mesmo-tempo-pandemia-nos-confinou-a-diferentes-dimensoes-temporais.htm> . Acesso em: 28 jun. 2021.

VALENTE, Rubens. MP de Bolsonaro pode dar poder para que Salles controle verba de R\$ 7,6 bi de multas. **Folha de São Paulo**, Ambiente, 05.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/03/mp-de-bolsonaro-pode-dar-poder-para-que-salles-controle-verba-de-r-76-bi-de-multas.shtml> . Acesso em: 21 de jun. 2022.

WATANABE, Phillippe. Flávio Bolsonaro quer 'desatar nós' para ter mais cruzeiros em Noronha. **Folha de São Paulo**, Ambiente, 03.abr.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/03/flavio-bolsonaro-quer-desatar-nos-para-ter-mais-cruzeiros-em-noronha.shtml> . Acesso em: 17 de jun. 2022.

